

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E TECNOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E DIREITOS
HUMANOS
DOUTORADO EM POLÍTICA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS**

JOSÉ MIGUEL PRETTO

**AS COOPERATIVAS DE LEITE AUTODENOMINADAS DA
AGRICULTURA FAMILIAR, CLAFs: O EQUILÍBRIO INSTÁVEL
ENTRE INCLUSÃO E SUSTENTABILIDADE**

Pelotas-RS

2019

JOSÉ MIGUEL PRETTO

**AS COOPERATIVAS DE LEITE AUTODENOMINADAS DA AGRICULTURA
FAMILIAR, CLAFs – O EQUILÍBRIO INSTÁVEL ENTRE INCLUSÃO E
SUSTENTABILIDADE.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Políticas Sociais e Direitos Humanos da Universidade
Católica de Pelotas.

Orientador: Prof. Dr. Renato da Silva Della Vechia.

Coorientador: Prof. Dr. Carlos Águedo Nagel Paiva.

Pelotas-RS

2019

P942c Pretto, José Miguel

As cooperativas de leite autodenominadas da agricultura familiar, CLAFs : o equilíbrio instável entre inclusão e sustentabilidade / José Miguel Pretto. - 2019.

131 f.

Tese (Doutorado em Política Social e Direitos Humanos) - Universidade Católica de Pelotas, 2019.

Orientador: Prof. Dr. Renato da Silva Della Vechia.

Coorientador: Prof. Dr. Carlos Águedo Nagel Paiva.

1. Cooperativas. 2. Agricultura familiar. 3. Leite. 4. Inclusão. 5. Sustentabilidade. I. Vechia, Renato da Silva Della. II. Paiva, Carlos Águedo Nagel. III. Título.

CDD 361.6

Catálogo na fonte: Bibliotecária Jetlin da Silva Maglioni CRB-10/2462

JOSÉ MIGUEL PRETTO

AS COOPERATIVAS DE LEITE AUTODENOMINADAS DA AGRICULTURA
FAMILIAR, CLAFs – O EQUILÍBRIO INSTÁVEL ENTRE INCLUSÃO E
SUSTENTABILIDADE.

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e
Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor em Política Sociais e Direitos Humanos.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Renato da Silva Della Vechia

Coorientador: Prof. Dr. Carlos Águedo Nagel Paiva

Prof^a. Dr^a Cristine Jaques Ribeiro

Prof^a. Dr^a Patrícia Martins da Silva

Prof^a. Dr^a Sidemar Presotto Nunes

AGRADECIMENTOS

Aos meu pais;

À minha esposa Christiane e ao meu filho Miguel;

Aos amigos Luis Antônio e Carol, pelo acolhimento e pelas conversas;

Aos amigos Ickx, Omar e Ramais, pelas conversas;

Aos professores que me acompanharam neste trajeto;

À Vera Regina Ferreira Carvalho e Everton Lazzaretti Picolotto, cujas teses de doutoramento foram de grande valia para esta pesquisa;

Aos entrevistados, que conferiram valor à esta pesquisa com seus depoimentos;

Aos amigos cooperativistas, que colaboraram direta e indiretamente com este trabalho;

Aos professores que participaram da banca de qualificação e de defesa, Cristine Jaques Ribeiro, Lúcio André de Oliveira Fernandes, Patrícia Martins da Silva e Sidemar Presotto Nunes, por suas contribuições;

Ao orientador, Prof. Renato da Silva Della Vecchia, e ao coorientador, Prof. Carlos Águedo Nagel Paiva, pelas orientações, a paciência e amizade;

...O pensamento original – sublinhou Keynes em palestra a 6 de novembro de 1933 – inicia-se como um “monstro cinzento, felpudo e peludo” na nossa cabeça. O uso da linguagem vem em estágio posterior do desenvolvimento dos nossos pensamentos. “Pode-se pensar efetiva e acuradamente muito antes que se possa fotografar os pensamentos, por assim dizer. (SKIDELSKI,1999, p.95.)

RESUMO

Esta tese tem como objetivo analisar a trajetória de um grupo de cooperativas de leite autodenominadas da agricultura familiar, as CLAFs, com base na teoria da *path dependence*. Criadas nos anos 1990, a partir de uma crise das cooperativas tradicionais, que resultou na exclusão de produtores de menor porte. As CLAFs emergiram no momento em que a própria categoria da agricultura familiar ganhava expressão social e formaram, juntamente com a FETRAF e as CRESOL, um campo político com forte presença na Região Sul do Brasil. Caracterizamos este campo como “Campo Político da Agricultura Familiar” (CPAF), caracterizado pela defesa da inclusão social e produtiva deste estrato econômico particular. Após um período de crescimento, com a formação de três centrais de cooperativas, COORLAC no Rio Grande do Sul, ASCOOPER em Santa Catarina e SISCLAF no Paraná, a trajetória destas CLAFs passou a dar sinais de esgotamento. A introdução da Instrução Normativa 51/56, que pretendia melhorar a qualidade do leite produzido colocou o CPAF em uma disjuntiva, pois aceitar a normativa implicaria excluir parcela dos produtores. O CPAF e as CLAFs mantiveram sua ação inclusiva, mesmo percebendo que a qualidade do leite produzido seria inadequada, o que implicaria em perda de espaço no mercado leite. A venda da COORLAC para a Laticínios Bom Gosto no ano de 2008 marca o início da crise das CLAFs. No ano de 2014, a Operação Leite Compensado, que visava combater fraudes no leite, mais os efeitos da recessão econômica, aprofundou a crise das CLAFs, causando forte redução do número de produtores associados e liquidação ou fechamento de diversas cooperativas.

ABSTRACT

The aim of this thesis is to analyze the trajectory of a group of cooperatives of familiar milk producers – the CLAFs - based on the path dependence theory. Created in mid 90's the CLAFs started after a crisis that extinguished many traditional cooperatives and resulted in the exclusion of smaller producers. The CLAFs emerged as the family farming category itself gained social expression and formed, together with FETRAF and CRESOL, a political field with a strong presence in Southern Brazil. We characterize this field as the “Family Farming Political Field” (CPAF), characterized by the defense of the social and productive inclusion of this particular economic stratum. After a period of growth, with the formation of three cooperative centers, COORLAC in Rio Grande do Sul, ASCOOPER in Santa Catarina and SISCLAF in Paraná, the trajectory of these CLAFs started to show signs of exhaustion. The introduction of Normative Instruction 51/56, which aimed to improve the quality of milk produced, put the CPAF in a disjunctive, because accepting the normative would imply excluding part of the producers. The CPAF and CLAFs maintained their inclusive action, even realizing that the quality of milk produced would be inadequate, which would lead to a loss of space in the milk market. The sale of COORLAC to Dairy Bom Gosto in 2008 marks the beginning of the CLAF crisis. In 2014, Operação Leite Compensado, aimed at combating milk fraud, plus the effects of the economic downturn, deepened the CLAF crisis, causing a sharp reduction in the number of associated producers and the liquidation or closure of several cooperatives.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - BRASIL, ESTRATIFICAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR, FAO/ INCRA, 2000.	43
TABELA 2 - REGIÃO SUL, ESTRATIFICAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS, FAO/ INCRA, 2000.	44
TABELA 3 - PARANÁ, ESTRATIFICAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS, FAO/ INCRA, 2000.....	44
TABELA 4 - SANTA CATARINA, ESTRATIFICAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS, FAO/ INCRA, 2000.	45
TABELA 5 - RIO GRANDE DO SUL, ESTRATIFICAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR, FAO/ INCRA, 2000.	45
TABELA 6 - PERFIL DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, CENSOS AGRO 2006 E 2017.....	46
TABELA 7 - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE LEITE NO BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERATIVAS SELECIONADAS, DO ANO DE 1990 AO ANO DE 2018, EM MIL LITROS.....	49
TABELA 8 - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE LEITE NO BRASIL E REGIÕES, PARTICIPAÇÕES NA PRODUÇÃO TOTAL DO BRASIL, PERÍODO 1990 A 2018.	50
TABELA 9 – PRODUÇÃO DE LEITE NO BRASIL, REGIÃO SUL, NO ESTADO DO PARANÁ E NA MESORREGIÃO SUDOESTE PARANAENSE, 1990, 2000, 2010 E 2018.....	51
TABELA 10 – PRODUÇÃO DE LEITE NO BRASIL, REGIÃO SUL, NO ESTADO DE SANTA CATARINA E NA MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE, 1990, 2000, 2010 E 2018.....	51
TABELA 11 – PRODUÇÃO DE LEITE NO BRASIL, REGIÃO SUL, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E NA MESORREGIÃO NOROESTE RIO GRANDENSE, 1990, 2000, 2010 E 2018.	52
TABELA 12 – EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS IMPORTAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO NACIONAL DE LEITE, 2011 A 2018 (ESTE ANO COM DADOS PARCIAIS), EM VALORES ABSOLUTOS E PERCENTUAIS.	52
TABELA 13 – 10 MAIORES LATICÍNIOS DO MUNDO, 2010, 2014 E 2018.....	62
TABELA 14 - PERFIL DO LEITE FLUIDO PROCESSADO NO RIO GRANDE DO SUL, 1991 A 1999.	66
TABELA 15 – BRASIL, 2006 A 2008, LEITE PRODUZIDO E LEITE PROCESSADO, E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO LEITE PROCESSADO SOBRE O TOTAL PRODUZIDO.....	68
TABELA 16 – RANKING MAIORES LATICÍNIOS DO BRASIL, 2006 A 2018.	69
TABELA 17- RANKING LEITE BRASIL 2006.	70
TABELA 18 - RANKING LEITE BRASIL 2017.....	71
TABELA 19 – RANKING MAIORES LATICÍNIOS DO BRASIL, 2011.....	75
TABELA 20 - RANKING HIPOTÉTICO 2011.....	75
TABELA 21 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS QUE PRODUZIAM LEITE QUANDO DA REALIZAÇÃO DOS CENSOS AGROPECUÁRIOS DE 2006 E 2017.	78
TABELA 22 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS QUE COMERCIALIZARAM LEITE QUANDO DA REALIZAÇÃO DOS CENSOS AGROPECUÁRIOS DE 2006 E 2017.	79
TABELA 23 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS QUE COMERCIALIZARAM LEITE QUANDO DA REALIZAÇÃO DOS CENSOS AGROPECUÁRIOS DE 2006 E 2017, BRASIL, REGIÕES.....	79
TABELA 24 – BRASIL, TOTAL DE ESTABELECIMENTOS QUE PRODUZIRAM LEITE, QUE VENDERAM LEITE, E QUE VENDERAM PARA OS MAIORES LATICÍNIOS, 2006 E 2017	80
TABELA 25 – ESTADO DO SUL, TOTAL DE ESTABELECIMENTOS QUE PRODUZIRAM LEITE, QUE VENDERAM LEITE, E QUE NÃO VENDERAM LEITE, 2006 E 2017	80

TABELA 26 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CONTRATOS, MONTANTE DE RECURSOS FINANCIADOS E VALOR MÉDIO DE CONTRATOS, BRASIL, 1995 A 2018.	85
TABELA 27 – PRONAF CUSTEIO DE LAVOURAS NO BRASIL, ANOS DE 1999 E 2018, PRINCIPAIS CULTURAS FINANCIADAS.	88
TABELA 28 - EXECUÇÃO DO PRONAF, NO BRASIL E NA REGIÃO SUL, ANOS DE 1999, 2008 E 2018.	90
TABELA 29 – PRONAF TOTAL 2018, DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS FINANCIADOS POR REGIÃO DO BRASIL.....	90
TABELA 30 - PRONAF 2018 - DISTRIBUIÇÃO POR UNIDADE FEDERATIVAS, EM ORDEM DE VALOR.....	92
TABELA 31 – PRONAF POR TIPO DE BENEFICIÁRIO, SOMATÓRIO DOS ANOS DE 2013 A 2018.	94
TABELA 32 – PRONAF POR TIPO DE BENEFICIÁRIO, 2018	95
TABELA 33 - EXECUÇÃO DA LINHA PRONAF COTAS PARTES, BRASIL, DE 2013 A 2018.	97
TABELA 34 – PRONAF AGROINDÚSTRIA DESTINADO A INVESTIMENTO, 2013 A 2018.	98
TABELA 35 – CRESOL SC/RS – CUSTEIO AGRÍCOLA E PECUÁRIO, 2006 A 2018, ATIVIDADES SELECIONADAS....	100
TABELA 36 – COPERAL, PERFIL DA PRODUÇÃO, DEZEMBRO DE 2005 E OUTUBRO DE 2019.....	115
TABELA 37 - COOPAR, PERFIL DA PRODUÇÃO, DEZEMBRO DE 2005 E OUTUBRO DE 2019.	115

LISTAS DE QUADROS

QUADRO 1 – 20 MAIORES DO MUNDO, RABOBANK, 2010.	61
QUADRO 2 – LEITE PASTEURIZADO E LEITE LONGA VIDA, BRASIL, 1980 A 2000, PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL. ..	65

LISTA DE DIAGRAMAS

DIAGRAMA 1 – ALCANCE E SUSTENTABILIDADE.....	118
--	-----

LISTAS DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE LEITE NO BRASIL, 2000 A 2008.....	50
GRÁFICO 2 – PERFIL DA PRODUÇÃO DE LEITE FLUIDO E LEITE LONGA VIDA, RIO GRANDE DO SUL, 1991 A 1999. ...	67
GRÁFICO 3 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CONTRATOS DE PRONAF, BRASIL, EM MIL CONTRATOS, 1995 A 2018..	86
GRÁFICO 4 – EVOLUÇÃO DO VOLUME DE RECURSOS FINANCIADOS SOB AMPARO DO PRONAF, BRASIL, 1995 A 2018, EM R\$ 1,00.....	87
GRÁFICO 5 – EVOLUÇÃO DO VALOR MÉDIO DOS CONTRATOS DE PRONAF, BRASIL, 1999 A 2018, EM R\$ 1,00. ...	87
GRÁFICO 6 - PRONAF 2018, DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS FINANCIADOS POR REGIÃO DO BRASIL.....	91
GRÁFICO 7 – RECURSOS DO CRÉDITO RURAL DO PRONAF ACESSADOS NO ANO DE 2018, POR UNIDADES FEDERATIVAS.	93

LISTAS DE SIGLAS

AF - Agricultura Familiar

CLAF – Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar.

FETRAF – Federação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar.

UNICAFES - União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária.

UNICOPAS - União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias.

CPAF - Campo político da agricultura familiar

CRESOL – Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária.

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos.

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar.

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

COORLAC - Cooperativa Riograndense de Laticínios e Correlatos.

ASCOOPER - Associação das Cooperativas e Associação dos Produtores Rurais do Oeste Catarinense.

SISCLAF - Sistema de Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária.

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IGL - Instituto Gaúcho do Leite.

FHC – Fernando Henrique Cardoso.

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

COSULATI - Cooperativa Sul Riograndense de Laticínios.

CCGL - Cooperativa Central Gaúcha de Leite.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores.

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural.

FED - Federal Reserve System.

CUT - Central Única dos Trabalhadores.

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

VBP – Valor Bruto da Produção.

EU – União Europeia.

EUA – Estados Unidos da América.

UHT – Ultra High Temperature.

BACEN – Banco Central do Brasil.

DAP – Documento de Aptidão ao PRONAF.

COOPAR - Cooperativa Mista de Pequenos Agricultores da Região Sul Ltda.

COPAL – Cooperativa de Produção Agropecuária de Aratiba Ltda.

COPERAL - Cooperativa dos Produtores Rurais do Alto Uruguai Ltda.

IFR – Instituição Financeira Rural.

COPASUL- Cooperativa de Pequenos Agropecuaristas de Campinas do Sul.

AGRICOOOP – Cooperativa Central Agrofamiliar.

COOPAC - Cooperativa de Pequenos Agropecuaristas de Constantina.

IN 51/56 - Instrução Normativa 51/56

IN76/77 - Instrução Normativa 76/77

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
1.1. JUSTIFICATIVA	17
1.2. O PROBLEMA	26
1.3. HIPÓTESE	26
1.4. OBJETIVOS	26
1.5. METODOLOGIA.....	27
2. O AMBIENTE DAS CLAFS	30
2.1. OS ANTECEDENTES – A REVOLUÇÃO VERDE, A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA DA AGRICULTORA BRASILEIRA E SUAS CONSEQUÊNCIAS	30
2.2. A CRISE DAS COOPERATIVAS E A EXCLUSÃO DOS ASSOCIADOS MENOS VIÁVEIS ...	32
2.3. A EMERGÊNCIA DA CATEGORIA AGRICULTURA FAMILIAR	34
2.4. A FORMAÇÃO DO CAMPO POLÍTICO DA AGRICULTURA FAMILIAR - CPAF	38
2.5. A AGRICULTURA FAMILIAR- UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO.....	40
2.6. O LEITE – A PRINCIPAL ATIVIDADE PRODUTIVA	47
2.6.1. <i>Evolução da produção de leite no Brasil, e regiões unidades federativas selecionadas</i> 49	
2.7. UMA INTRODUÇÃO AO TEMA DA CONCENTRAÇÃO E DA FINANCEIRIZAÇÃO OU, COMO O LEITE FOI PARAR NA BOLSA DE VALORES.....	53
2.8. O ENFRAQUECIMENTO DO WELFARE STATE OU “NOVA” FINANCEIRIZAÇÃO.....	57
2.9. AS MEDIDAS DE AUSTERIDADE FISCAL E A CADEIA PRODUTIVA DO LEITE.....	60
2.10. O LEITE NO MUNDO – BREVE IMAGEM DAS MAIORES	60
2.11. A CADEIA PRODUTIVA DO LEITE NO BRASIL.....	63
2.11.1. <i>Estabelecimento de políticas de cota para produção de leite na União Europeia, no ano de 1984</i> 63	
2.11.2. <i>O fim do tabelamento de preço de leite no Brasil, no ano de 1991.....</i>	64
2.11.3. <i>A introdução da embalagem tetra pack.....</i>	64
2.12. CONCENTRAÇÃO NA CADEIA PRODUTIVA DE LÁCTEOS NO BRASIL RECENTE, OU “A DANÇA DAS CADEIRAS”	67
2.12.1. <i>O caso da Parmalat.....</i>	72
2.12.2. <i>O caso da Elegê/Perdigão/BRF.....</i>	74
2.12.3. <i>O caso da Bom Gosto</i>	76
2.13. A CONCENTRAÇÃO ENTRE OS PRODUTORES	78
2.14. O PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF - ANTECEDENTES, PÚBLICO E CARACTERIZAÇÃO.....	83

2.14.1. <i>Os grandes números do PRONAF Crédito Rural – a evolução do número de contratos, dos valores, da destinação e da distribuição regional</i>	84
2.14.2. <i>A destinação dos recursos do Pronaf Custeio de Lavouras, ou as culturas temporárias que vêm sendo financiadas</i>	88
2.14.3. <i>A distribuição regional do PRONAF</i>	89
2.14.4. <i>A concentração por tipo de público beneficiário</i>	93
2.14.5. <i>O PRONAF para cooperativas da agricultura familiar</i>	95
2.14.6. <i>PRONAF Cotas Partes - Crédito para Integralização de Cotas-Partes por Beneficiários do Pronaf Cooperativados</i>	96
2.14.7. <i>PRONAF Agroindústria</i>	97
2.14.8. <i>PRONAF para Investimento em Agroindústrias</i>	98
2.14.9. <i>O financiamento da produção de leite, o PRONAF Custeio Pecuário</i>	100
3. A TRAJETÓRIA DAS COOPERATIVAS DA AF	102
3.1. A ORIGEM DAS CLAFs E O PROCESSO DE INCLUSÃO.....	103
3.1.1. <i>A inclusão e os rendimentos crescentes, os feed backs positivos</i>	104
3.2. A SUSTENTABILIDADE - A QUESTÃO DA ESTRUTURA DE CAPITAL, RESERVAS E SOBRES E A QUESTÃO DA QUALIDADE	106
3.2.1. <i>A qualidade</i>	108
3.2.2. <i>O campo político da AF – a instrução normativa e suas consequências</i>	109
3.3. A IN 51/56 E O LOCK IN OU O FECHAMENTO POR DENTRO	111
3.4. SUSTENTABILIDADE, INCLUSÃO E SUA RELAÇÃO	116
3.5. 2014 - A NOVA CONJUNTURA CRÍTICA – A RECESSÃO, A OPERAÇÃO LEITE COMPENSADO E O FUTURO.....	119
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS – REMANDO CONTRA A MARÉ	121
4.1. A QUESTÃO DA CAPITALIZAÇÃO, OU ESTRUTURA DE CAPITAL E A GANGORRA DA SUSTENTABILIDADE.	126
4.2. AS POSSIBILIDADES DE FUTURO.....	127
5. REFERÊNCIAS	129

1. INTRODUÇÃO

Este estudo tem por objeto as dificuldades vividas por um grupo de cooperativas de leite autodenominadas da agricultura familiar, as CLAFs, vinculadas à Federação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar – FETRAF e que, nacionalmente, se organizam em torno da União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária, UNICAFES, e da União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (UNICOPAS) e que integram o que pode ser denominado de campo político da agricultura familiar - CPAF.

A questão central desta tese é a sustentabilidade das CLAFs, questão que emergiu como objeto no ano de 2007. Durante este ano o autor realizou consultoria para o extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário e auxiliou na organização, de um curso de pós-graduação realizado pelo Instituto de Filosofia Padre Berthier, de Passo Fundo (quando também ministrou aulas) e pela Cresol Central SC/RS.

Nestas duas oportunidades, o “*monstro cinzento, felpudo e peludo*” como disse Keynes (citado na epígrafe), emergiu para o autor. O grupo de cooperativas de leite objeto da consultoria, assim como o grupo de cooperativas de crédito rural objeto do curso de pós-graduação, tinham origem idêntica, e alguns integrantes deste grupo já haviam sido, ao mesmo tempo dirigentes de cooperativas de crédito rural e de leite, outros ainda ocupavam este tipo de função – dirigente da Cresol e de uma CLAF, vice-presidente de uma CLAF e presidente de uma CRESOL, por exemplo.

E o tema da sustentabilidade, ou mesmo da insustentabilidade de um projeto, já surgia de forma incômoda. De um lado, enormes crescimentos de investimentos por parte das grandes empresas da cadeia produtiva do leite. De outro, por parte das CLAFs, uma incompreensível resistência ao enquadramento nas normas sanitárias em vigor e, ao mesmo tempo, uma permanente expansão horizontal, um crescimento permanente do número de associados.

No caso das CRESOL, já perceptível uma orientação ao financiamento de commodities agrícolas, e um certo distanciamento do financiamento de comidas.

Dois anos depois, no ano de 2009, houve a possibilidade da publicação de um livro com artigos decorrentes das aulas do curso de pós-graduação, e foi o que ocorreu, com a publicação de um artigo denominado **Elementos para discussão de um projeto sustentável para a agricultura familiar.**

Neste artigo, o monstro já pareceu menos cinzento, menos felpudo e menos peludo. Eu já conseguia perceber que predominava neste grupo social, uma relação fraca com os temas que envolvessem o **mercado** e a causa mais provável deveria estar na origem das pessoas que criaram estas cooperativas da agricultura familiar. Boa parte delas teve origem nas Pastorais, nos sindicatos, mas o que é fundamental, nas lutas antissistema.

Mas, já não estavam mais do **lado de fora**, por assim dizer. Estavam inseridas, presidiam e dirigiam organizações econômicas como cooperativas de produção, ou instituições financeiras de tipo cooperativo. E continuavam agindo como se estivessem nos sindicatos.

Em uma conversa, na hora do intervalo de uma destas atividades de trabalho, um dirigente que era ao mesmo tempo presidente de uma CLAF e vice-presidente de uma CRESOL relatou que sua CLAF continuava incluindo novos associados, que se um produtor com 10 litros de leite por dia quisesse se associar, eles tentavam viabilizar a coleta do seu leite.

Tinha tudo para não dar certo. Perceba-se, ao mesmo tempo, as cooperativas maiores e as empresas maiores da cadeia do leite já evitavam coletar leite de produtores com menos de 50 litros por dia.

Para leigos, cabe uma figura de linguagem: Se é sabido que um barco tem capacidade para levar 20 passageiros, é de se esperar que ele não leve muito mais do que estes 20 passageiros, ele não foi feito para tanto, ele pode afundar. As cooperativas também têm suas capacidades, seus limites.

Boa parte destas CLAFs foram criadas nos primeiros anos da década de 1990, em um movimento de reação à exclusão de expressivo contingente de pequenos produtores rurais, que vinha ocorrendo desde a década de 1970 e se dedicaram à produção de leite.

Importante esclarecer que estas cooperativas integrantes deste campo político não se dedicaram somente a produção de leite, mas, também, há um grupo de cooperativas de crédito rural, as CRESOL – Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária e um grupo de cooperativas cuja maioria foi criada já em meados dos anos 2000, e que se dedicaram essencialmente a operação através de políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado no ano de 2003, e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), assim denominado no ano de 1976 (muito embora já existisse desde o ano de 1955, com a denominação de Campanha de Merenda Escolar, CME), subordinada ao Ministério da Educação. Modificado em meados dos anos 2000, passou a permitir que parte dos alimentos destinados à alimentação escolar fosse adquirida diretamente de agricultores familiares e de

suas cooperativas.

PAA e PNAE são as políticas públicas que estruturam o que se convencionou denominar mercado institucional.

Esta pesquisa investigou apenas aquelas cooperativas de leite da AF, **doravante denominadas de CLAFs**, surgidas por dentro do campo político que hoje se identifica com a FETRAF e UNICAFES/UNICOPAS, valendo-se, eventualmente, de informações obtidas com cooperativas de crédito rural do Sistema Cresol, na medida em que são cooperativas parceiras das cooperativas de leite e operam o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o PRONAF, política pública determinante para agricultores familiares que também são produtores de leite e, por conseguinte, para suas cooperativas.

Estas CLAFs, organizaram-se em centrais, associações ou sistemas. No estado do Rio Grande do Sul organizaram-se em torno de uma central, a Cooperativa Riograndense de Laticínios e Correlatos, COORLAC, que chegou a contar com 22 cooperativas filiadas. No estado de Santa Catarina organizaram-se em torno de uma associação, a Associação das Cooperativas e Associação dos Produtores Rurais do Oeste Catarinense, ASCOOPER, que chegou a contar com 14 cooperativas associadas, e no estado do Paraná organizaram-se em torno de um sistema, o Sistema de Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar, SISCLAF, que chegou a contar com 27 cooperativas filiadas.

Estas três organizações de segundo grau – COORLAC, ASCOOPER e SISCLAF e algumas cooperativas singulares filiadas a elas se constituíram em parte central desta investigação. Mas, é necessário dizer, estas cooperativas integram, ou integraram, em algum momento um determinado campo político da agricultura familiar, e este campo é, ou foi constituído por várias outras organizações, como sindicatos de trabalhadores rurais, ONGs dedicadas à sua assessoria e ainda cooperativas de crédito rural - o uso do verbo no passado e no presente deve-se ao fato de que algumas destas organizações já não existem formalmente.

Esta investigação entrevistou dirigentes, ou ex dirigentes, destas organizações – ONGs, sindicatos, cooperativas de crédito rural, que em algum momento participaram da vida das CLAFs. É possível dizer que este campo político atuava efetivamente como um campo, sendo que algumas diretrizes mais importantes eram tomadas como orientações mais gerais, e seguidas, de alguma forma, por todas as organizações, cada uma a seu modo.

1.1. Justificativa

De antemão, é necessário destacar duas questões: primeiro, cooperativas sempre significaram uma alternativa econômica para melhorar a vida de seus associados, basta revisar o caso da famosa cooperativa de Rochdale, cooperativa de consumo criada no ano de 1844, em Manchester, Inglaterra, para minimizar os problemas da carestia vivida pelos tecelões.

Segundo, via de regra, estas CLAFs agregam, essencialmente, agricultores familiares menos capitalizados e, justamente por isto, representam a sua melhor possibilidade de inclusão produtiva.

Cabe, ainda, dizer que este campo de cooperativas da AF vem fazendo parte das atividades profissionais deste doutorando, direta ou indiretamente, desde os primeiros anos da década de 1990, quando da sua formação, e foram objeto de estudo durante o Mestrado em Desenvolvimento Rural concluído no ano de 2005.

Retomando, os agricultores familiares menos capitalizados representam uma parcela considerável do total de agricultores familiares existentes. Importante estudo acerca da agricultura familiar brasileira, editado no ano de 2000, com base nas informações do Censo Agropecuário IBGE 1995/96, denominado **FAO/INCRA – o novo retrato da agricultura familiar - o Brasil redescoberto**, estratificou os agricultores familiares brasileiros em quatro grupos – maiores rendas, rendas médias, renda baixa, e quase sem renda.

No Brasil, os estratos renda baixa e quase sem renda, somados, montavam a 46% da totalidade dos agricultores familiares existentes, cerca de 4,14 milhões, quando da realização do referido Censo Agropecuário. Na Região Sul, os estratos renda baixa e quase sem renda, somados, montavam a 41% dos 907 mil agricultores familiares existentes. E no Rio Grande do Sul, os estratos renda baixa e quase sem renda, somados, montavam a 37% dos 395 mil agricultores familiares existentes.

Estas cooperativas começaram a ser criadas nos primeiros anos da década de 1990, em um movimento de reação à exclusão de um expressivo contingente de pequenos agricultores em função de sua inadequação ao pacote tecnológico associado a uma pretensa modernização da agricultura brasileira, processo que ficou conhecido como Revolução Verde.

Cabe destacar que um dos problemas centrais identificados, à época de sua criação, foi a ausência de um mecanismo de financiamento (crédito rural) adequado às necessidades dos pequenos agricultores. E, de um modo geral, estas cooperativas tinham como principal bandeira de luta a sustentabilidade dos agricultores familiares, preconizando, para tanto, a produção de

alimentos saudáveis, a produção ecológica, a comercialização direta e a gestão democrática das cooperativas.

Conforme o Censo Agropecuário IBGE do ano de 2006 havia 414 mil estabelecimentos agropecuário produzindo leite na Região Sul e, destes, 282 mil comercializaram leite na Região Sul. Para o caso do Rio Grande do Sul, é mais adequado utilizar as informações do Relatório Socioeconômico da Cadeia Produtiva do Leite no Rio Grande do Sul, levantamento de campo conduzido pelo Instituto Gaúcho do Leite, IGL, e realizado pela Emater/RS. (http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/IGLpara%20biblioteca2015.pdf e www.iglr.com.br/wp-content/uploads/docs/00000679.pdf)

No ano de 2015, conforme este relatório, havia cerca de 198 mil produtores de leite no RS, sendo que, destes, cerca de 84 mil comercializavam leite.

E no ano de 2017, em novo levantamento, o número total de produtores de leite havia reduzido para 173 mil produtores, sendo que número de produtores que comercializaram havia reduzido para 65 mil. Cabe acentuar a significativa redução, de 2015 para 2017, no número dos produtores que, de alguma forma, realizavam comercialização de sua produção - *vendem leite cru para laticínios, cooperativa ou queijarias*, 19 mil produtores, o que equivale a 22,5% do total.

Importa perceber que se passaram mais de vinte anos desde o surgimento destas CLAFs, e, em paralelo, ou simultaneamente, ocorreu também a criação de um conjunto de políticas públicas orientadas à sustentação e ao apoio ao enorme contingente de agricultores qualificados como familiares, assim como de suas cooperativas.

No ano de 1996, durante o governo FHC, foi criado o Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar, o PRONAF, a primeira linha de crédito com recursos públicos orientada ao financiamento dos agricultores familiares. Atualmente não seria equivocado qualificar o PRONAF como o maior programa público de financiamento da agricultura camponesa/familiar existente fora da Europa e dos Estados Unidos, disponibilizando um conjunto de linhas de crédito com condições extremamente favoráveis aos agricultores familiares e para as suas cooperativas. Para o ano agrícola de 2019/2020, o Governo Federal, através da Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, MAPA, disponibilizou para o PRONAF um montante de R\$ 31,2 bilhões. (www.agricultura.gov.br/noticias/plano-safra-2019-2020-entra-em-vigor-nesta-segunda-feira)

Ainda, por ocasião do primeiro governo Lula, iniciado no ano de 2003 o Governo Federal passou a constituir um conjunto de instrumentos de política pública de apoio dedicados tanto às cooperativas da agricultura familiar como aos seus associados – PAA e PNAE são os instrumentos mais importantes.

Mesmo assim, paradoxalmente, não há como identificar, neste grupo de cooperativas, as CLAFs, nenhum caso de crescimento e de consolidação de um projeto "alternativo" ao campo das cooperativas de leite "tradicionais", integrado, no Rio Grande do Sul por cooperativas como a COSULATI, CCGL, Santa Clara, PIÁ, LANGUIRÚ e DÁLIA, por exemplo, penas para citar as cooperativas mais conhecidas.

O termo "alternativo" está relacionado tanto à produção agropecuária, englobando o que hoje se conhece como produção agroecológica, como a mecanismos de constituição e gestão destas cooperativas.

Pelo contrário, relatos informais de lideranças e dirigentes deste grupo de cooperativas da AF, dão conta de um conjunto de problemas e dificuldades que, se confirmados, porão em risco não somente as cooperativas, mas, por óbvio, fragilizarão um grupo muito grande de agricultores familiares associados.

Os problemas relatados são principalmente de duas naturezas: uma crise na demanda, ou excesso de oferta, por leite, que atinge a Região Sul do Brasil e, particularmente o Rio Grande do Sul, e os cortes orçamentários conduzidos pelo Governo Federal desde janeiro de 2015, que afetam particular o PAA. A maioria das cooperativas da agricultura familiar vinha concentrando sua vida econômica em duas atividades: produção de leite para comercialização no mercado *spot*¹ e para comercialização através de programas governamentais

Cabe explicar que o mercado *spot* é um recurso para os laticínios complementarem sua atividade. Via de regra, laticínios contam com um grupo de produtores que fornecem leite regularmente, recebem assistência técnica e supervisão por parte do laticínio. Na medida em que há necessidade, os laticínios adquirem produtos de terceiros, através do mercado *spot*.

Boa parte das CLAFs costuma vender seu produto no mercado livre, conhecido como mercado *spot* de leite, leiloando sua produção em contratos de curto prazo para indústrias de laticínios. No ano de 2013, iniciou-se uma estabilização no consumo, reduzindo a demanda por

¹ O mercado *spot* é o mercado livre de leite cru, no qual indústrias processadoras - cooperativas também, adquirem matéria primas para processar.

leite cru, estabilização esta que foi agravada pela realização, no ano seguinte, de operação conduzida pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, a **Operação Leite Compensado**, que visava combater as fraudes no leite, e o mercado *spot* retraiu-se substancialmente, comprometendo a atividade econômica destas cooperativas.

Algumas destas CLAFs tinha como uma de suas receitas a venda de leite para programas governamentais – PAA e PNAE. Os cortes orçamentários conduzidos pelo Governo Federal também atingiram, em alguma medida, estes programas, e os relatos dão conta de que muitas cooperativas vêm apresentando sérias dificuldades econômico-financeiras.

Conforme informação obtida com a UNICAFES/SC, cerca de um terço de suas cooperativas associadas - nem todas produtoras de leite - encerrou suas atividades no ano de 2016.

Portanto, tratou-se de investigar a situação de cooperativas que surgiram com o intuito central de reverter o processo de exclusão de um considerável contingente daqueles que eram, então, denominados de pequenos agricultores, e hoje são denominados agricultores familiares, e que sofreram as agruras do processo de concentração produtiva que se acentuou nas décadas de 1960 e 1970, com a pretensa modernização da agricultura brasileira.

Ao que parece, apesar da existência, por longo período, de um conjunto de políticas públicas construídas justamente para apoiar e fortalecer aos agricultores familiares e suas cooperativas, de um significativo crescimento do mercado de leite, pelo menos até o ano de 2013, é possível que este campo social que envolve as cooperativas de leite da AF esteja convivendo com dificuldades que podem inviabilizar a sua sustentabilidade, sua sobrevivência na atividade.

Destaque-se, novamente, que estas cooperativas agregam, essencialmente, aqueles agricultores familiares menos capitalizados, fortemente relacionados com algumas políticas públicas, em particular PRONAF, PAA e PNAE, e por isto mesmo esta investigação foi realizada neste programa de Pós-Graduação e na linha de pesquisa Questão social, Trabalho, Sociabilidades e Resistências Políticas.

Problematização - É possível pensar que as CLAFs surgiram a partir de uma crítica às cooperativas tradicionais ou empresariais, que vinham excluindo de seus quadros sociais aqueles associados menos viáveis e, também, de uma crítica ao modelo hegemônico da agricultura brasileira, calcado nos princípios da Revolução Verde.

A aplicação do modelo produtivo da Revolução Verde acentuou o processo de exclusão dos agricultores menos viáveis, pouco ou nada aptos a acompanharem a velocidade do que alguns autores chamam de “*treadmill*” (uma treadmill e uma esteira ergométrica.) na medida em que o ritmo da inovação e da intensificação do uso de capital aumenta, os menos viáveis tendem a ficar pelo caminho.

É possível também, pensar que esta crítica às cooperativas tradicionais estava estruturada sobre alguns eixos, que deveriam representar uma contraposição ao comportamento das cooperativas tradicionais. Aqui cabe ressaltar que, até o momento, foram encontradas poucas referências escritas sobre o que seria o perfil desejado de uma CLAF.

Então, é possível supor que as CLAFs deveriam:

- Ser inclusivas, para fazer frente à exclusão dos associados menos viáveis;
- Produzir principalmente comida (mais feijão e menos soja), preferencialmente orgânica, na medida em que as cooperativas “tradicionais” estavam produzindo commodities, e sua produção estava vinculada a mercados externos;
- Procurar constituir mecanismo de comercialização direta para escoar estes alimentos, preferencialmente com consumidores urbanos organizados;
- Recusar os processos de capitalização e patrimonialização com base em retenção de renda dos associados, já que, em alguma medida, a crise das cooperativas tradicionais era associada a um processo de crescimento e de “patrimonialização” e, o que é central, ao comprometimento de parte da renda dos associados neste processo de patrimonialização.
- Ainda, em contraposição à profissionalização da gestão das cooperativas tradicionais (contratação de profissionais de fora do quadro social), estas cooperativas seriam democráticas e gerenciadas diretamente pelos próprios agricultores associados.

É possível depreender, também, que as cooperativas de leite da AF deveriam ser “pequenas”, neste caso, fundamentalmente “sem patrimônio”, bastando uma pequena sala, eventualmente emprestada, e deveriam dedicar-se, na medida possível, à produção e comercialização de leite e de mais alguns alimentos.

Ressalte-se, a questão da capitalização/constituição de patrimônio, ou não capitalização, é absolutamente central nesta estratégia de criação de cooperativas ditas alternativas. Ao que parece, estas cooperativas deveriam “renegar” processos de capitalização. Para tanto, a ação econômica destas CLAFs deveria ser pautada por um princípio, que poderia ser denominado de

“**princípio do privilegiamento dos interesses dos associados**”. Para melhor compreensão, privilegiar o associado deveria implicar em não reter renda do associado com a finalidade de constituir patrimônio ou reserva de capital na organização coletiva, no empreendimento coletivo. Dito de outra forma, estas cooperativas podem ter renunciado à produção de excedentes, e renunciado a qualquer forma de acumulação.

Então, ao que parece, um campo político que lutou contra os bancos, contra as empresas compradoras de produtos agrícolas, contra a inércia dos governos, etc, criou suas próprias organizações econômicas, um grupo de **organizações econômicas da agricultura familiar**, que apresentaram um comportamento resistente à algumas regras básicas de condução de empreendimentos econômicos.

O referencial teórico utilizado por esta pesquisa foi o institucionalismo histórico e dependência da trajetória – *path dependence*.

Nesta seção será feita uma abordagem do referencial teórico utilizado nesta investigação sobre estas cooperativas de leite da agricultura familiar surgidas no início dos anos 1990, integrando um determinado **campo político** que constituiu uma **trajetória** muito peculiar dentro do cooperativismo de produção, tendo como valores centrais a inclusão e o tamanho do empreendimento, aqui entendido como a construção de cooperativas pequenas, eventualmente sem estruturas ou patrimônio.

Estas cooperativas conseguiram realizar a inclusão de uma quantidade considerável de agricultores familiares que se dedicavam à produção de leite e conseguiram, até alguns anos manter alguma inserção na cadeia produtiva do leite, mesmo que frágil.

Para analisar a trajetória destas CLAFs este estudo utilizou o referencial teórico do Institucionalismo Histórico, que concentra sua análise a partir do conceito de dependência da trajetória, ou *path dependence*.

O institucionalismo histórico e dependência da trajetória – *path dependence*.

Este autor já havia apontado, em artigo publicado em 2009, que as organizações econômicas da agricultura familiar apresentavam um determinado comportamento, relatado como “*resistente ao mercado*”, e que este comportamento deveria estar relacionado com a origem de seus dirigentes.

E a causa mais provável desta fraca relação com o mercado pode estar em um aspecto cultural dos dirigentes das organizações econômicas da AF. A maioria destes dirigentes teve sua origem nas Pastorais e nos sindicatos, atuando em lutas contra o mercado, contra os bancos, contra a ação dos intermediários e dos comerciantes de

produtos agrícolas” Na opinião do autor, esta condição gerou uma determinada percepção acerca do ambiente econômico no qual vivem estas organizações, que poderia ser qualificada como uma percepção “aparentemente resistente ao mercado”. (PRETTO, 2009, p. 70).

Esta aparente resistência ao mercado, que não somente persistiu como se aprofundou, merece uma breve caracterização. Não se tratava apenas de não olhar para o ambiente do consumo. Mais que isto, era possível perceber uma dúvida quanto a uma possível trajetória ou caminho de futuro. A dúvida em questão tinha origem em um “dilema”: crescer, capitalizar e patrimonializar, ou seja, ganhar força, com o sentido de força de mercado, ou perseverar na condução de organizações de pequeno porte, mas “próximas dos associados” o quanto fosse possível.

E este dilema estava profundamente arraigado nestas organizações e pode ter definido a vida destas organizações. Portanto, entendemos que a utilização de uma análise historicizada pode auxiliar na análise da situação atual das cooperativas de leite da AF. Neste sentido é a opção pelo Institucionalismo Histórico, uma das três escolas do **neo-institucionalismo**. Mesmo que possamos aceitar que as três versões do neo-institucionalismo (histórico, racional e sociológico) pudessem ser utilizadas, de alguma forma e em algum momento, para analisar a situação atual das cooperativas da AF, esta investigação vai concentrar sua atenção no Institucionalismo Histórico e na *path dependence* ou dependência da trajetória.

Para compreender o **institucionalismo histórico**, duas questões são fundamentais.

A primeira refere-se ao fato de que os teóricos do Institucionalismo Histórico compartilham de uma compreensão acerca do que são instituições, como relatam a seguir Hall e Taylor.

Como os teóricos do institucionalismo histórico definem instituição? De modo global, como os procedimentos, protocolos, normas e convenções oficiais e oficiosas inerentes à estrutura organizacional da comunidade política ou da economia política. Isso se estende das regras de uma ordem constitucional ou dos procedimentos habituais de funcionamento de uma organização até às convenções que governam o comportamento dos sindicatos ou as relações entre bancos e empresas. Em geral, esses teóricos têm a tendência a associar as instituições às organizações e às regras ou convenções editadas pelas organizações formais. (HALL e TAYLOR, 2003, p. 196).

No caso, organizações econômicas como as cooperativas, e seus procedimentos habituais, podem ser compreendidas como instituições.

A segunda refere-se ao fato de que os teóricos do institucionalismo histórico compartilham de uma visão particular de desenvolvimento, que leva em conta a história, rejeitando a modelagem neoclássica, predominantemente a-histórica. Ao referirem-se às características do institucionalismo histórico, Hall e Taylor destacam que...

Os adeptos do institucionalismo histórico também vinculam-se estreitamente a uma concepção particular do desenvolvimento histórico. Tornaram-se ardentes defensores de uma causalidade social dependente da trajetória percorrida, path dependent, ao rejeitarem o postulado tradicional de que as mesmas forças ativas produzem em todo lugar os mesmos resultados em favor de uma concepção segundo a qual essas forças são modificadas pelas propriedades de cada contexto local, propriedades essas herdadas do passado. (HALL e TAYLOR, 2003, p. 200).

Então, afinal como caracterizar a *path dependence*? Sobre *path dependence* é possível dizer que uma determinada trajetória costuma ter início a partir de um evento crítico, ou *critical juncture*, que força uma organização ou instituição a fazer uma opção por uma determinada trajetória. Na medida em que esta opção se mostra acertada, tendem a surgir resultados positivos e estes resultados positivos tendem a aprofundar a opção inicial até que ocorra um *travamento por dentro* desta opção, um *lock in*.

O “travamento por dentro” é uma espécie de síntese, é justamente o que confere o caráter de dependência, situação na qual fica muito **caro, difícil e mesmo improvável** que se apresente uma saída da trajetória, salvo ocorra uma nova conjuntura crítica.

Sobre conjuntura crítica vale recorrer ao que dizem Hall e Taylor.

No mesmo espírito, numerosos teóricos dessa escola tendem a distinguir no fluxo dos eventos históricos períodos de continuidade e “situações críticas”, vale dizer, momentos nos quais mudanças institucionais importantes se produzem, criando desse modo “bifurcações” que conduzem o desenvolvimento por um novo trajeto. O principal problema consiste evidentemente em explicar o que provoca as situações críticas, e em geral os teóricos insistem no impacto das crises econômicas e dos conflitos militares (HALL e TAYLOR, 2003, p. 201).

Portanto, uma das chaves para a compreensão de dependência da trajetória é a ocorrência de uma crise que vem a gerar uma bifurcação. No caso do cooperativismo agropecuário houve uma conjuntura crítica, em meados dos anos 1980 – a crise da dívida externa que diminuiu o volume de recursos destinados ao financiamento das cooperativas, e esta conjuntura crítica deu origem a uma bifurcação que, por sua vez, fez surgir um novo conjunto de cooperativas e um **novo trajeto**.

A outra chave de compreensão é o que se denominam rendimentos crescentes, ou a existência de *feed backs* positivos a partir da bifurcação. Bruno Boti Bernardi, em artigo denominado “O conceito de dependência da trajetória (Path Dependence): Definições e controvérsias teóricas” trata dos rendimentos crescentes, dizendo que

A análise se foca, portanto, em processos nos quais, depois de momentos formativos iniciais, uma opção de instituição ou política é escolhida (critical junctures) e cada passo nessa mesma trajetória produz consequências que aumentam a atratividade relativa desse path na próxima rodada, gerando um poderoso ciclo de autorreforço em que os custos de transição para outras alternativas aumentam consideravelmente com o tempo e tornam uma mudança radical ou reversão de curso cada vez menos provável. Desse modo, os resultados institucionais ou de políticas obtidos nos

estágios iniciais de uma sequência se retroalimentam e reforçam, de forma que resultados antes plausíveis deixam de sê-lo, prevalecendo, antes, um padrão de mudanças que se restringem a ramificações (branches) dentro da mesma trajetória. (BERNARDI, 2012, p. 151).

Dito de outra forma, na medida em que uma opção parece correta, gera um sentimento de ânimo nas instituições, que tendem a concentrar exatamente sobre aquilo que já demonstrou ser certo. Passa a valer algo semelhante a uma máxima utilizada em futebol, de que “*não se mexe em time que está ganhando*”. Temos, então mais uma das chaves para a compreensão do que é dependência da trajetória, os **rendimentos crescentes**, também descritos na literatura como **feedbacks positivos**.

Antônio Sérgio Araújo Fernandes, em artigo denominado “Path dependency e os Estudos Históricos Comparados”, reforça o caráter central do **lock in** para a compreensão de dependência da trajetória. O autor relata que...

Levi (1997: 28) provê uma explicação mais apurada: “path dependency não significa simplesmente que a história conta. Isto é tanto verdade quanto trivial. Path dependency significa que um país, ao iniciar uma trilha, tem os custos para revertê-la aumentados. Existirão outros pontos de escolha, mas as barreiras de certos arranjos institucionais obstruirão uma reversão fácil da escolha inicial. (FERNANDES, 2007, p. 1).

Portanto, uma vez iniciada uma determinada trajetória, fica cada vez mais difícil reverter ou sair da trajetória escolhida, como relatam Pierson e Skocpol:

Una vez que los actores se han aventurado en un camino particular, sin embargo, es probable que les sea difícil revertir ese curso. (PIERSON e SKOCPOL, 2008, p. 13).

O curso (da trajetória) em questão tende a levar a uma situação de “aprisionamento por dentro” ou “bloqueamento por dentro”, uma livre tradução para o termo *lock in*.

Bernardi também discorre sobre a questão do *lock in* ou aprisionamento em torno da escolha inicial.

Um dos principais argumentos do institucionalismo histórico e, mais especificamente, de um dos seus ramos, a análise histórica comparativa, é o de que as escolhas realizadas no momento de formação das instituições e das políticas exercem um efeito de constrangimento sobre o seu futuro desenvolvimento em razão da tendência inercial das instituições que bloquearia ou dificultaria subsequentes mudanças. (BERNARDI, 2012, p. 138).

1.2. O Problema

Por que, apesar do crescimento da produção e consumo de leite vivido no Brasil e na Região Sul do Brasil, nos últimos vinte anos, da existência de PRONAF e de outros instrumentos de políticas públicas em vigor neste período, como o PAA e o PNAE, não há evidências de que este grupo de cooperativas de leite da AF que se envolveram na produção de leite tenha conseguido constituir e/ou ocupar um espaço relevante no mercado de leite?

Por que parecem apresentar uma razoável dificuldade de consolidar ou conferir sustentabilidade ao seu projeto econômico, mesmo tendo contando com ambiente econômico favorável e com políticas públicas adequadas?

1.3. Hipótese

A percepção dos dirigentes das CLAFs e do campo político da AF acerca de como deveria se dar o processo inclusão de associados terminou por afetar a sustentabilidade destas organizações econômicas.

A intenção de constituir cooperativas pequenas, que abdicariam da produção de sobras e de outros mecanismos de produção de reservas, repassando aos associados toda a renda, privilegiando a inclusão permanente de agricultores menos viáveis não resultou em uma situação sustentável, salvo eventuais exceções. Mais que isto, pode ter prejudicado justamente aqueles agricultores que mais necessitavam da cooperativa.

1.4. Objetivos

Objetivo Geral: Investigar as causas ou razões que levaram as CLAFs a não ocupar espaço importante ou relevante na cena econômica da produção de leite no país, apesar do crescimento da produção e consumo de leite e da existência de um conjunto de políticas públicas e instrumentos de apoio tanto aos produtores associados como das próprias cooperativas.

Objetivos específicos:

- Investigar questões relacionadas à origem das CLAFs, trajetória e comportamento, com base no Institucionalismo Histórico, à luz do conceito de *path dependence*, ou dependência da trajetória.

- Investigar o papel das diferentes políticas públicas dedicadas ao apoio a cooperativas no desenvolvimento das CLAFs, em particular o PRONAF;
- Sugerir critérios, condições que apontem para uma condição mais sustentável das CLAFs sem que estas abram mão da sua ação inclusiva.

1.5. Metodologia

Tratou-se de realizar um estudo de caso comparado, centrando as atenções em três organizações de segundo grau – COORLAC, no RS, ASCOOPER em SC e SISCLAF no PR. Estas organizações, uma central, uma associação e um sistema foram organizadas de forma a articular a ação econômica das suas CLAFs, as cooperativas singulares. Como já foi relatado, a COORLAC chegou a agregar 22 cooperativas singulares, a ASCOOPER congregou 14 cooperativas singulares e o SISCLAF, por sua vez, 27 cooperativas.

Mesmo que a COORLAC/RS não exista mais como tal desde 2008, existe uma sucessora, a Cooperativa Central Agrofamiliar, AGRICOOP. Conforme informações obtidas, a ASCOOPER/SC ainda existe, formalmente, e integra a UNICAFES/SC. O mesmo vale para o SISCLAF.

Da mesma forma, foram investigadas duas CLAFs singulares, que integram ou que em algum momento integraram estas organizações.

A investigação seguiu o seguinte roteiro:

- Revisão da literatura acerca de cooperativas, do campo político da AF, das cooperativas de leite da AF, *path dependence* ou dependência da trajetória, campo político, sustentabilidade e causação circular cumulativa.
- Revisão de documentos das entidades e organizações integrantes do CPAF
- Revisão de bases de dados acerca de PRONAF e leite e, na medida do possível, da destinação de PRONAF para a atividade de produção do leite.

O campo empírico foi realizado com entrevistas de dirigentes das CLAFs, a saber:

- Ari de David, engenheiro agrônomo, atuou como dirigente da COORLAC, no Rio Grande do Sul, e assessor da direção do SISCLAF no Paraná;
- Gervásio Plucinski, ex presidente da extinta COORLAC e atual presidente da UNICAFES/RS;

- Mário Farina, ex dirigente da extinta COORLAC, membro da direção da AGRICOOP e da COPERAL, sucessoras da COORLAC;
- Olavo Gheidini, ex presidente da ASCOOPER, SC;
- Fabio Bender, responsável pela atividade do leite na COOPAR, de São Lourenço do Sul, RS;
- Alexandre Mendonça, médico veterinário, ex presidente da COPASUL, de Campinas do Sul, RS;
- Wilson José Alba, membro da direção da FETRAF/Sul;

As entrevistas foram realizadas por Skype, com exceção da entrevista com Gervásio Plucinski, gravada ao vivo, e Alexandre Mendonça, gravada a partir de ligação de WhatsApp.

O roteiro preparado para as entrevistas concentrou-se nas categorias inclusão e sustentabilidade, campo político e na investigação da *path dependence* ou dependência da trajetória, envolvendo a crise ou conjuntura crítica, a bifurcação, as novas cooperativas e uma nova trajetória, os rendimentos crescentes e o “*lock in*”.

Ao final das entrevistas, no momento da sua conclusão, todos os entrevistados foram questionados sobre o futuro, sobre como estão vendo o futuro da atividade da produção de leite e o futuro das CLAFs.

Ainda, foi possível coletar dados do perfil de produção de algumas das CLAFs. Cabe destacar que várias informações poderiam agregar valor ao conteúdo desta tese não puderam ser obtidas, essencialmente por um motivo: várias já não existem mais, como as centrais COORLAC e ASCOOPER, e a cooperativa singular COPASUL.

Objetivo Geral: Investigar as causas ou razões que levaram as cooperativas autodenominadas da agricultura familiar que produzem leite a não ocupar espaço importante ou relevante na cena econômica da produção de leite no país, apesar do crescimento da produção e consumo de leite e da existência de um conjunto de políticas públicas e instrumentos de apoio tanto aos produtores associados como das próprias cooperativas.

Objetivos específicos:

- Investigar questões relacionadas às CLAFs com base no Institucionalismo Histórico, à luz do conceito de *path dependence*, ou dependência da trajetória.

- Investigar o papel das diferentes políticas públicas dedicadas ao apoio a cooperativas no desenvolvimento das cooperativas autodenominadas da AF, em particular o PRONAF;
- Sugerir critérios, condições que apontem para uma condição mais sustentável das CLAFs sem que estas abram mão da sua ação inclusiva.

2. O AMBIENTE DAS CLAFS

Neste capítulo serão abordados vários temas, iniciando por uma caracterização da agricultura brasileira dos anos 1960-1980, e do processo de exclusão dos pequenos agricultores. A seguir será feita uma descrição da emergência da categoria agricultura familiar e da formação do campo político da AF, CPAF, a partir de um rompimento com outros movimentos sociais do campo, MST e MPA, em meados de 1990, e a descrição de informações quantitativas sobre a agricultura familiar.

Em outra seção tratar-se-á da produção de leite, a atividade produtiva das CLAFs, com informações sobre a produção de leite no Brasil, Região Sul e estados do Sul, e também acerca da recente concentração na cadeia produtiva e entre produtores.

Em seguida, veremos o PRONAF, a principal política pública dedicada ao financiamento das atividades produtivas dos agricultores familiares e de suas cooperativas.

Na maior parte das vezes, o tempo da narrativa se concentrará no período que começa nos primeiros anos da década de 1990 e vem até os dias atuais.

2.1. Os antecedentes – a Revolução Verde, a modernização conservadora da agricultura brasileira e suas consequências

Nesta seção será procedido um relato acerca dos antecedentes ou, dito de outra forma, das condições objetivas que afetaram a agropecuária brasileira e em especial, os pequenos agricultores, começando pela Revolução Verde ou no caso brasileiro, a modernização conservadora da agricultura.

No início do século 20 iniciou-se um processo induzido de modificações do ritmo das atividades naturais de produção agropecuária. Este processo é relatado por Goodman, Sorj e Wilkinson no seu livro “Da lavoura às biotecnologias” (Rio de Janeiro, Ed Campus, 1990).

Fundamentalmente, o capital industrial tratou de criar inovações que permitissem a apropriação capitalista da renda agropecuária, na forma de máquinas e equipamentos para lavrar, plantar e colher, enfardar, ensacar, adubos, sementes e produtos químicos que são denominados de agrotóxicos e que passaram a constituir os pacotes tecnológicos passaram a orientar as diferentes produções agropecuárias.

Assim relatam Goodman, Sorj e Wilkinson, para conceituar apropriação,

A chave para compreender o caráter único da agricultura, argumentamos, não está nem em sua estrutura social nem na dotação dos fatores. Ao contrário, a agricultura confronta o capitalismo com um processo de produção natural. Diferentemente dos setores da atividade artesanal, a agricultura não poderia ser diretamente transformada num ramo da produção industrial. Não havia alternativa industrial à transformação biológica da energia solar em alimento. (GOODMAN, SORJ e WILKINSON, 2008, p. 1)

Portanto, o caminho para a apropriação das rendas provenientes da agricultura deveria ser de outra natureza, nunca houve, e continua não havendo, a possibilidade de trazer a produção agrícola para dentro de um galpão industrial. Tratava-se, então de tentar substituir, na medida do possível tarefas do cotidiano de um agricultor, realizando-as dentro de uma fábrica, para então apropriar-se da renda. Wilkinson segue, dizendo que...

...os capitais industriais reagiram adaptando-se às especificidades da natureza na produção agrícola. Dentro dos limites mutáveis definidos pelo progresso técnico, elementos discretos do processo de produção têm sido conquistados pela indústria - a semeadura à mão pela máquina de semear, o cavalo pelo trator, o esterco por produtos químicos sintéticos. Assim, diferentes aspectos da produção agrícola foram transformados em setores específicos da atividade industrial. Este processo descontínuo, porém persistente, de eliminação de elementos discretos da produção agrícola, sua transformação em atividades industriais e sua reincorporação na agricultura sob a forma de insumos designamos apropriação. (GOODMAN, SORJ e WILKINSON, 2008, p. 2.)

Então, se o capital já havia conseguido impor seus ritmos à indústria e ao comércio, a agricultura, e os seus ritmos, ainda eram naturais, até que, nos primeiros anos do século 20, ...

...algumas estações experimentais dos EUA conseguiram produzir sementes híbridas de milho. Estas sementes permitiam plantar, realizar tratamentos culturais e colheita em tempos determinados, o que não acontecia até então... Esta inovação possibilitou o início de um processo de mecanização, e impulsionou a "indústria agrícola" – máquinas e implementos, adubos químicos, pesticidas começaram a ser introduzidos nas atividades cotidianas das lavouras, ao mesmo tempo em que ocorria intensa liberação de mão de obra nas atividades agrícolas. Finalmente as grandes empresas capitalistas começaram a ter controle sobre boa parte dos processos da agricultura. (PRETTO, 2009, p. 3).

Portanto, o milho híbrido foi o precursor de um processo de apropriação iniciado nos primeiros anos do século XX. A homogeneização, ou regulação, dos tempos de plantio, manejos e tratamentos culturais permitiu a mecanização dos processos produtivos – sementes e adubos produzidos fora da propriedade, máquinas para plantar, limpar e colher, etc, entraram no processo de produção agrícola, como destacam Goodman, Sorj e Wilkinson...

Assim, o milho híbrido foi instrumentado na convergência dos setores de equipamento agrícola e agroquímico, marcando um novo limiar no processo de apropriação industrial. Esta convergência, que recebeu impulso novo advindo das inovações genéticas das culturas, estabeleceu o padrão para os "pacotes" tecnológicos associados, mais tarde, com a industrialização das operações agrícolas no Terceiro Mundo. (GOODMAN, SORJ e WILKINSON, 2008, p. 43.)

Em seguida à Segunda Grande Guerra, no início da década de 1960, pesquisas agronômicas desenvolveram variedades de trigo anãs, conhecidas como variedades de alto rendimento, VARs, e deram início a um processo que ficou conhecido como Revolução Verde, que...”*representa um dos principais esforços para internacionalizar o processo de apropriação*” (GOODMAN, SORJ e WILKINSON, 2008, p. 38.)

Justamente neste mesmo período, no ano de 1965, a ditadura militar brasileira concluiu a estruturação do Sistema Nacional de Crédito Rural, o SNCR, através da Lei 4.829, de 5/11/195. É possível associar o início do funcionamento do SNCR com a instalação da Revolução Verde no Brasil, como relata Pretto...

A forma escolhida pelos militares para modernizar a agricultura brasileira foi a aplicação dos preceitos da Revolução Verde... e o principal instrumento para tanto foi a utilização maciça de crédito rural subsidiado e dirigido. Em função da abundância de recursos, houve um aumento vertiginoso da utilização de insumos, como adubos, fertilizantes, inseticidas, herbicidas e fungicidas, e também da aquisição de máquinas e implementos agrícolas. (PRETTO, 2005, p. 27).

Houve uma intensa evolução dos montantes de recursos envolvidos no financiamento deste processo de modernização conservadora. *No ano de 1970 foram destinados cerca de 8,25 bilhões de dólares, chegando a 35 bilhões de dólares no ano de 1979. Os montantes mantiveram-se neste padrão, cerca de 30 bilhões de dólares, até o ano de 1982, que inaugurou um período de retração do crédito rural brasileiro. Durante os anos 1990 os montantes oscilaram ao redor de 8 bilhões de dólares. (PRETTO, 2005, p. 27).*

2.2. A crise das cooperativas e a exclusão dos associados menos viáveis

Como já relatado, a Revolução Verde consistiu em um conjunto de inovações tecnológicas que foi disponibilizado aos agricultores - sementes geneticamente melhoradas, adubos químicos e, fundamentalmente, os insumos químicos destinados aos controles de pragas e doenças, os agrotóxicos e, no Brasil, é possível associar a instalação da Revolução Verde com as culturas da soja e do trigo e com o papel decisivo das cooperativas de produção agropecuária.

A estratégia do Governo Militar para com as cooperativas era muito evidente: na impossibilidade de repassar de recursos financeiros ao amparo de programas de crédito rural para todos os pequenos agricultores, por dentro do sistema financeiro tradicional, leia-se bancos, o fazia por dentro de cooperativas de produção agropecuária. Concedia financiamentos para as cooperativas e estas, por sua vez, repassavam insumos aos agricultores de menor porte, que não eram alcançados pelo sistema financeiro convencional. Desta forma, adubos, sementes,

herbicidas, inseticidas, fungicidas chegavam àqueles que os bancos não financiariam. Esta foi, inclusive umas das principais causas da crise do cooperativismo nos anos oitenta.

A produção agrícola brasileira duplicou em quinze anos, saindo de 23 milhões de toneladas, em 1965, para 50 milhões de toneladas, em 1980, alavancada por um volume descomunal de recursos destinados ao financiamento da produção.

É importante destacar que parte dos recursos utilizados para financiar a economia brasileira era captada no exterior, em dólar, a taxas muito baixas, em um período de excesso de liquidez que ocorria no mercado financeiro internacional, fruto, essencialmente, das imensas reservas financeiras que os países produtores de petróleo passaram a dispor a partir do choque de preços do petróleo de 1973.

Mas, em 1979, uma decisão do FED (Federal Reserve System, instituição equivalente ao Banco Central nos EUA), aumentou a taxa de juros anual, que oscilava ao redor de 8% ao ano, para cerca de 18 % ao ano. Esta decisão do FED deu início à crise da dívida externa, e literalmente, fechou a torneira do crédito rural brasileiro. A elevação dos juros no EUA engendrou o fim do ciclo econômico conhecido como “milagre econômico brasileiro”, iniciando um período de declínio da atividade econômica, elevação da inflação e do desemprego.

Maria da Conceição Tavares, em artigo denominado Império, território e dinheiro, diz que

“...O fracasso do dinheiro estourou com enorme violência financeira, com o episódio do choque de juros, da chamada diplomacia do dólar forte, iniciada em 1979/80, que multiplicou por três o tamanho da dívida externa do Brasil e levou a periferia capitalista à crise da dívida externa e o planeta à crise de 1080/82.” (TAVARES, 1999, p. 473).

A partir de então, o êxodo rural passou a ser percebido de forma mais evidente, já que seus efeitos vinham sendo atenuados pela oferta de emprego nos centros urbanos. E, no ambiente rural, particularmente no Sul, a elevação dos juros e a escassez de recursos de crédito rural gerou uma crise nas cooperativas de produção agropecuária, que estavam excessivamente alavancadas (endividadas). As decorrências desta crise foram muitas, e uma das mais relevantes foi o processo de exclusão de associados menos viáveis das cooperativas, que optaram por manter apenas os mais aptos, aqueles que apresentavam as condições para acompanhar o pacote tecnológico que a Revolução Verde impunha.

Ani Reni Ew, ao relatar a desaceleração do crescimento das cooperativas afirma que...

(...) até o final dos anos 70 as cooperativas tritícolas apresentaram crescimento espantoso.....Entretanto, este crescimento começou a desacelerar-se frente a expansão empresarial das cooperativas cujo crescimento ocorria via endividamento, uma vez que as cooperativas foram fomentadas através de financiamentos dos bancos estaduais de desenvolvimento, do Banco do Brasil e do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, por serem consideradas um instrumento viabilizador do processo de modernização e industrialização da agricultura (EW, 2001, p. 42).

Ew relata ainda, o processo de exclusão dos agricultores menos viáveis e cita a Cooperativa dos Suinocultores de Encantado Ltda., COSUEL, que reduziu seu quadro social a 50 % em cinco anos – de 6.350 associados em 1990 para 3.176 associados em 1995.

As cooperativas, portanto, passaram a excluir do seu quadro social aqueles associados que não conseguiam atingir uma escala mínima de produção, gerando os redundantes, aqueles que ficaram abaixo do seu **limiar de renovação**, conceituado por Mazoyer e Roudart, na publicação denominada “História das Agriculturas do mundo, do neolítico à crise contemporânea”. Os autores afirmam que...

uma unidade produtiva fica acima de um limiar de renovação quando sua produtividade é superior ao rendimento do trabalho ao preço de mercado. Então a unidade de produção dispõe de sobras, e de uma capacidade de investimento que permite fazer crescer sua produtividade e produção (MAZOYER e ROUDART, 2008, p. 446).

Se a sua produtividade se igualar ao rendimento do trabalho ao preço de mercado a unidade produtiva perderá a sua capacidade de realizar investimentos e de acompanhar a evolução tecnológica, ficará abaixo do limiar de renovação.

Portanto, nos anos 70 e 80, o êxodo rural e a crise do cooperativismo produziram alguns efeitos: a inviabilização de um contingente considerável de pequenos agricultores e a diminuição da capacidade produtiva dos que permaneceram na atividade. E este processo gerou, também, um importante movimento de resistência e reconfiguração do que era conhecido como pequena produção ou pequena agricultura.

2.3. A emergência da categoria agricultura familiar

No Brasil, até o final dos anos 1980, as expressões “pequena produção”, “agricultura camponesa ou campesinato” ou “sem terra”, pareciam dar conta de um enorme e, acima de tudo, diverso, contingente de agricultores e trabalhadores rurais. Ainda hoje pode parecer que os termos “pequeno agricultor” ou “camponês” indiquem, por antagonismo ou contraposição, aqueles todos que não pareçam representados, direta ou indiretamente, pelos conceitos, como

grande agricultor, agronegócio, agricultura empresarial, ou por alguma expressão associada ao latifúndio, conceitos ainda correntes.

Esta percepção decorria fundamentalmente da predominância, até então, do enfoque acadêmico da análise marxista, que versava sobre estrutura capitalista da agricultura, e era referenciada, particularmente, no debate entre Lênin e Kautsky acerca da possibilidade, ou impossibilidade, de sobrevivência ou permanência dos pequenos do campo frente ao inevitável progresso da grande agricultura. Dito de outra forma, os camponeses, ou todos aqueles que detinham, por posse ou propriedade, pequenas extensões de terras seriam, fatalmente, superados pela grande produção ou pelo latifúndio.

Abramovay, relata que, na concepção de Marx, ...

...É na polarização dada pelo duplo caráter da própria socialidade do mundo das mercadorias que se encontra a redução a apenas duas classes em luta para a formação de um mundo novo. Se é este o empreendimento, de fato não tem sentido, em tal plano de análise, estudar qualquer outra forma de organização social, senão em sua relação com o desenrolar da tragédia e, portanto, sob este prisma, nada mais lógico que os camponeses, quando mencionados apareçam como espécie fatalmente condenadas a diferenciação, e conseqüentemente à eliminação social. (ABRAMOVAY, 1992, p. 35).

Esta era a percepção predominante até os anos 1980, a impressão de que o desenvolvimento do capitalismo produziria apenas duas classes, a classe operária e a burguesia. Conforme Abramovay,

...é preciso deixar claro uma consequência teórica: é impossível encontrar na estrutura d'O Capital um conceito de camponês. Se, do ponto de vista marxista, é possível falar conceitualmente em classe operária e burguesia, campesinato é uma expressão que não encontra lugar definido no corpo de categorias que forma a lei básica de desenvolvimento do capitalismo (ABRAMOVAY, 1992, p. 35).

Além das obras originais - Karl Kautsky, "A Questão Agrária" e V. I. Lenin em sua nota sobre "O Capitalismo na agricultura (O livro de Kautsky e o artigo do senhor Bulgakov)" - uma síntese deste debate pode ser encontrada em publicação de 1981, de José Graziano da Silva e Verena Stolcke, denominada "A questão agrária. (Weber, Engels, Lenin, Kautsky, Chayanov, Stalin). Conforme Schneider...

...no Brasil...os estudiosos do mundo rural permanecerem até pouco tempo apegados à discussão sobre o sentido e o significado da questão agrária brasileiraentender o forte apego de autores marxistas, identificados com a esquerda, como Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Junior (somente para citar os mais conhecidos", que são referência nos estudos agrários nacionais, ao debate em torno das características feudais ou capitalistas das relações sociais vigentes no campo. (SCHNEIDER, 2003, p. 36).

Ainda, sobre esta questão, Maria de Nazareth Baudel Wanderley, em artigo publicado no ano de 2003 relata que...

... De fato, nos anos 70, quando realizamos as primeiras reuniões do Pipsa (Projeto de Intercâmbio de Pesquisas Sociais na Agricultura), as discussões se faziam em um patamar construído pela perspectiva de modernização da agricultura e de

urbanização do meio rural, no qual os atores sociais polarizavam as relações fundamentais entre capital e trabalho, segundo um modelo equivalente às relações industriais. Os olhares convergiam, em grande parte, para a constituição, no setor agrícola, de uma estrutura empresarial e para a emergência de um proletariado gerado por um mercado de trabalho específico ou unificado. (WANDERLEY, 2003, p. 42).

Esta caracterização, de pequeno agricultor, sem-terra, minifundiário ou camponês começou a ser modificada nos primeiros anos da década de 1990, sendo paulatinamente substituída pela categoria agricultor familiar, ou agricultura familiar. A emergência desta nova categoria se deveu, essencialmente a um movimento teórico, protagonizado por...

...Veiga (1991), Abramovay (1992), Lamarche (1993) y FAO e INCRA (1994)... que ...Diferente a un “final trágico” o de subordinación a las condiciones capitalistas de producción, estos estudios resaltaron las diferentes estrategias de reproducción social de la categoría social, su capacidad de resistencia e innovación; recomendaron revisiones en la política agrícola e indicaron la construcción de políticas específicas para la agricultura familiar. (GRISA e SCHNEIDER, 2014, p. 79 in CEPAL)

E, também, a um movimento político protagonizado pela CUT Rural, que organizou os Gritos da Terra, como relatam Grisa e Schneider...

Mientras tanto, en la región sur de Brasil ocurrían las “Jornadas de Lucha”, movilizaciones también organizadas por los rurales de la CUT y que buscaban atender las reivindicaciones de los pequeños productores que enfrentaban limitaciones relacionadas con el contexto político, social y económico mencionado anteriormente. A partir de estas iniciativas regionalizadas, surgió la propuesta del DNTR/CUT para unificarlas y realizar una única movilización nacional en conjunto con otros movimientos sociales rurales. Esta se denominó “Gritos de la Tierra Brasil” y culminó con la creación del PRONAF en 1995, bajo la responsabilidad inicialmente del Ministerio de Agricultura, Ganadería y Abastecimiento (MAPA). (GRISA e SCHNEIDER, 2014, p. 79 in CEPAL).

Neste sentido, conforme relata Nunes...

...as organizações dos agricultores familiares (DNTR/CUT e Contag) reivindicaram um programa de crédito específico, consolidando-se no Pronaf. o crédito seria a bandeira central do movimento sindical naquele momento, que poderia desencadear a conquista de outras políticas: assistência técnica, crédito fundiário, pesquisa, educação e formação profissional, infraestrutura e habitação... a proposta de crédito de investimento subsidiado para os agricultores tinha como objetivos: “recuperar e implementar a infraestrutura necessária aos pequenos estabelecimentos rurais, redefinindo os seus sistemas de produção...adequar o nível tecnológico utilizado, possibilitando a redução dos custos de produção e o aumento da qualidade e da produtividade agrícola; aumentar a produção de alimentos de forma a garantir a segurança alimentar do país; permitir o desenvolvimento de uma agricultura ecologicamente sustentável na conservação os solos, águas e demais recursos naturais; e fixar os agricultores familiares no campo, evitando o êxodo rural (NUNES, 2007, p. 1).

Já Picolotto destaca que a realização dos “Gritos da Terra” desempenhou papel decisivo na construção da categoria dos agricultores familiares. O autor relata que:

...em 30 de abril de 1991 foi realizado no Pará pela FETRAGRI e outros atores o I Grito do Campo, como uma grande mobilização dos trabalhadores rurais contra a violência no campo e pelo acesso dos pequenos produtores ao Fundo Constitucional

de Financiamento do Norte (FNO) previsto na Constituição de 1988, e que...Participaram de sua organização, diferentes centrais sindicais – CUT, CONTAG, CGT; partidos políticos – PT, PCdoB, PSB, PSDB; entidades de apoio – FASE, CPT, CARITAS, SPDDH; e religiões – Igreja Católica e Luterana. (PICOLOTTO, 2011, p. 175).

No mesmo período várias mobilizações semelhantes passaram a ocorrer no país. No Sul, organizações de pequenos agricultores vinculada a CUT realizaram “jornadas de mobilização”. Estes movimentos culminaram no primeiro Grito da Terra Brasil, realizado no ano de 1994,

...como uma mobilização nacional, unificada, organizada por uma ampla articulação de atores do campo, tais como: DNTR/CUT, CONTAG, MST, MAB, Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE), Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e Coordenação dos Povos Indígenas do Brasil (CAPOIB). (PICOLOTTO, 2011, p. 176).

Este I Grito da Terra Brasil pretendia apresentar aos governos e à sociedade uma pauta de reivindicações, em um esboço do que, mais tarde, viria a se consolidar nos Projetos Alternativos de Desenvolvimento, PADs. Picolotto relata, ainda, que apesar de uma pauta ampla, fruto da também ampla coalizão de atores envolvia, as reivindicações referentes a política agrícola tiveram destaque e que terminaram dando origem ao PRONAF.

A pauta nacional apresentada pelo I Grito da Terra foi ampla, em virtude da ampla coalizão de atores que o construíram, contendo sete eixos temáticos: reforma agrária, política agrícola, direitos sociais e trabalhistas, previdência social, saúde e segurança no trabalho, política energética e meio ambiente (Grito da Terra Brasil, 1994c)...não se pode deixar de notar que...política agrícola acabou assumindo uma importância central pelas conquistas alcançadas. Tem sido atribuído ao I Grito...a conquista do Programa de Valorização da Pequena Produção (PROVAP)...a sua ampliação e transformação em uma política mais ampla, com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). (PICOLOTTO, 2011, p. 177)

As mobilizações se seguiram, em um processo crescente de afirmação da agricultura familiar e no ano de 1996, por conta da realização do III Grito da Terra Brasil marcam uma inflexão importante no processo de construção da agricultura familiar como categoria social. Neste sentido Picolotto destaca que...

...A realização do III Grito da Terra Brasil de 1996 merece uma atenção especial por dois motivos: foi realizado somente pelo sindicalismo e passou a fazer uso da noção de agricultura familiar em sua linguagem em substituição a de pequena produção. O fato de somente o sindicalismo ter organizado o III Grito aparenta ser fruto de uma conjunção de fatores, tais como: as disputas por bases sociais que vinham ocorrendo entre as organizações sindicais e o MST vinham estremecendo as suas relações; a opção do governo em privilegiar negociações das demandas apresentadas pelos Gritos com as organizações sindicais em detrimento dos demais atores e o fato de que, com a unificação formal do sindicalismo (filiação da CONTAG à CUT), a direção dos Gritos que era exercida inicialmente pelo DNTR (que era bastante próximo do MST) passou para a CONTAG com quem o MST promovia fortes disputas por bases, principalmente nas suas regiões de expansão do Norte e Nordeste do país. (PICOLOTTO, 2011, p. 181).

A percepção sobre a questão agrária pode ter sido determinante para a divisão ocorrida e Picolotto destaca que...

Enquanto nas edições anteriores do Grito sempre aparecia como primeiro ponto de pauta a Reforma Agrária, no III Grito o primeiro será a pauta Política Agrícola, evidenciando que a hierarquia da importância das questões para os atores que estavam envolvidos nesta edição (CUT e CONTAG) haviam se invertido. A agricultura familiar era escolhida como o público preferencial do sindicalismo e passou a ser o modelo de agricultura proposto pela CONTAG em todos os seus documentos posteriores. Na pauta do III Grito foi feita menção à importância da agricultura familiar nos países desenvolvidos que apostaram nesse modelo de agricultura e recomendações para que o Brasil também optasse por este modelo para alcançar o “desenvolvimento sustentável”. Além disso, incorporou as teses defendidas pelo documento FAO/INCR (1994) afirmando que os seus dados mostram “a maior eficiência da agricultura familiar seja social, por gerar muito mais empregos, econômica por ser mais eficiente do ponto de vista produtivo e ambiental por formar sistemas de produção mais sustentáveis. (Grito da Terra Brasil, 1996a, p.4). (PICOLOTTO, 2011, p. 181).

Ainda é possível entender que neste momento, o grupo que passa a se autodenominar da agricultura familiar passará a privilegiar, nas suas pautas e mobilizações, a luta por políticas públicas adequadas.

Apesar dessa sua maior eficiência “a maioria dos agricultores familiares não tem capacidade de autofinanciamento, suas terras são poucas, possuem dificuldades de capacitação de recursos humanos e foram alijados das políticas públicas” (id.). Para suprir essas deficiências, seria necessário que o governo priorizasse a criação de políticas públicas de estímulo a esse segmento. (PICOLOTTO, 2011, p. 181).

Este Grito da Terra, o terceiro, ficou conhecido pela divisão ocorrida, um rompimento. A partir deste congresso, o grupo político que vinha até então relativamente unificado dividiu-se em pelo menos dois blocos. De um lado, um grupo hegemônico pela CUT/CONTAG, fortemente influenciado pelas Igrejas progressistas, formado essencialmente por pequenos proprietários, que passou a se denominar de **agricultores familiares** e, de outro, permanece um grupo mais radicalizado, integrado por MST e Movimento dos Pequenos Agricultores, o MPA.

2.4. A formação do campo político da agricultura familiar - CPAF

Como já descrito, o III Grito da Terra Brasil, no ano de 1996, marcou o surgimento de uma divisão entre os movimentos sociais envolvidos nos Gritos anteriores. Sidemar Presotto Nunes, em sua dissertação de mestrado intitulada *O campo político da agricultura familiar e a idéia de “projeto alternativo de desenvolvimento” (UFPR, 2007)*, destaca que este rompimento deu origem ao que denominou, muito apropriadamente, de **campo político da AF, CPAF**.

Nunes relata *que...*

Entre as organizações sociais do campo houve, nos anos 90, um rompimento político, mesmo que não completo, entre a Contag, o Movimento dos Trabalhadores Rurais

Sem-Terra (MST) e o Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT (DNTR/CUT). O último compunha com a Contag entre 1995 e 1997, fazendo parte de sua direção. Com o rompimento, constituiu-se a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de SC (Fetrafesc), em 1997, dando suporte à criação da Fetraf-Sul em 2001. (NUNES, 2007, p. 9).

Nunes destaca ainda, algumas das características deste campo, dizendo que...

...Essa cisão ocorreu em virtude de diferenças em termos de projeto político e em função da busca pela constituição de espaços próprios e maior autonomia. Atualmente, a Contag define-se pelos agricultores familiares e pelos trabalhadores rurais, utilizando as duas terminologias, e reivindica políticas agrícolas e política salarial. Já a Fetraf-Sul define-se pelos agricultores familiares e reivindica, principalmente, política agrícola e participa em processos de negociação com governos e agroindústrias. Tanto a Fetraf-Sul quanto a Contag também falam de reforma agrária, mas, verifica-se que não se pretende incluir os pobres e desempregados urbanos que o MST inclui. (NUNES, 2007, p. 9)

Uma das características mais marcantes do CPAF está relatada na citação acima relatada:

...a FETRAF-Sul define-se pelos agricultores familiares e reivindica, principalmente, política agrícola e participa em processos de negociação com governos e agroindústrias”. Nunes segue relatando, e destaca outra característica fundamental do comportamento do CPAF, o seu envolvimento ou sua relação com as políticas públicas, na medida em que “desenvolvimento de políticas públicas específicas a esse grupo social, que contribuiu, definitivamente, para afirmá-lo. (NUNES, 2007, p. 11).

Dito de outra, o CPAF atuou para estruturar as políticas públicas que por sua vez, contribuíram para sua afirmação.

No ano de 2001, este campo político da AF atuou com protagonismo na organização da primeira Caravana da Agricultura Familiar pelo então candidato à presidência de República, Luis Inácio Lula da Silva, que realizou um roteiro de viagem pelos estados do Sul, e justamente pelas regiões onde o CPAF tinha bases mais estruturadas – Sudeste do Paraná, Oeste de Santa Catarina e Norte do Rio Grande do Sul.

Ainda conforme Nunes, o III Grito da Terra Brasil começou a estruturar o CPAF, que congrega diferentes tipos de organizações, e que pode ser caracterizado...

de acordo com a sua natureza, em 5 grupos de organizações: a) Sindical: representado pela Fetraf-Sul e os sindicatos a ela ligados; b) Cooperativismo de crédito: representado pelo Sistema Cresol Baser e Cresol Central e as cooperativas ligadas à elas; c) Cooperativismo de produção: representado pelos Sistemas Corlac, Sisclaf, Ascooper e Coopafi, entre outras; d) Cooperativismo de habitação: representado pela Cooperhaf; e) ONG's: diversas, sendo que algumas tratam de temas gerais ligados ao rural e outras centralizam a ação a partir da agroecologia; f) Redes/ articulações: Rede Ecovida de Agroecologia e Fórum Sul do Leite. (NUNES, 2007, p. 12).

Cabe destacar que Nunes, ao enfatizar o tema o campo político, faz uma apropriação livre do conceito desenvolvido por Bourdieu (Nunes, 2007, p. 26), na medida em que seu interesse central é

investigar o conceito de Projeto Alternativo de Desenvolvimento. Nunes, citando Bordieu, destaca que...

para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de habitus que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas, etc. (NUNES, 2007, p. 28)

Neste sentido, no caso desta pesquisa, cabe pensar em um objeto de disputa. É possível que um objeto de disputa tenha surgido justamente no mesmo momento que surge o CPAF: O PRONAF, a política pública criada no ano de 1995, no governo Fernando Henrique Cardoso. A condição para um agricultor familiar acessar ao PRONAF era possuir um Documento de Aptidão ao PRONAF, uma DAP.

Perceba-se, em um determinado momento surge a categoria, a agricultura familiar, a política pública, o PRONAF e, o mais importante, o sujeito, o agricultor familiar, que poderia passar a possuir um documento de identidade – é importante perceber a DAP como um documento de identidade, como uma carteira de identidade, como um número de PIS, como uma carteira do SUS, como um CPF.

Então, por volta dos anos de 1995/1996, os proprietários de cerca de 4,2 milhões de estabelecimentos que foram qualificados como de **agricultura familiar** passaram a ter o direito de, efetivamente, se constituírem em agricultores familiares, e de acessarem PRONAF, que era uma política pública há muito reivindicada. E, para tanto, haviam que fazer sua DAP, e esta deveria ser feita por um sindicato de trabalhadores rurais.

Portanto, a DAP pode ter se constituído no objeto de disputa entre os sindicatos integrantes da CONTAG e da FETRAF e pode ter contribuído para definir ou delinear mesmo que parcialmente, o campo político da AF.

2.5. A agricultura familiar- uma breve caracterização

Do ponto de vista estritamente normativo, agricultores familiares são aqueles que possuem ou conduzem estabelecimentos familiares, regulamentados pela Lei nº 11.325 de 24 de julho de 2006. A lei foi promulgada após 10 anos da existência de PRONAF, e cabe atentar para um fato: até então, a normatização da categoria foi dada através de resoluções emitidas pelo Banco Central do Brasil, BACEN.

As resoluções do BACEN, ao referendarem as conceituações da **categoria agricultura familiar**, definidas primeiramente no estudo **FAO/INCRA – o novo retrato da agricultura familiar - o Brasil redescoberto**, terminaram por definir a categoria.

Esta Lei, no seu artigo 3º, convencionou que:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

- Tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011).

<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4080268&disposition=inline>

Ainda, conforme o Censo Agropecuário IBGE de 2006, existiam, quando daquele levantamento censitário, 4.367.902 (quatro milhões, trezentos e sessenta e sete mil, novecentos e dois) estabelecimentos familiares no Brasil, ocupando uma área total e 80,25 milhões de hectares). Este conjunto de estabelecimentos da agricultura familiar...

...representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros. Este numeroso contingente de agricultores familiares ocupava uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Estes resultados mostram uma estrutura agrária ainda concentrada no País: os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupavam 75,7% da área ocupada. A área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 hectares, e a dos não familiares, de 309,18 hectares. (IBGE, 2009, p. 19).

Na Região Sul foram localizados 849.997 (oitocentos e quarente e nove mil novecentos e noventa e sete) estabelecimentos da agricultura familiar que, por sua vez, ocupavam 13.066.591 milhões de hectares (treze milhões, sessenta e seis mil e quinhentos e noventa e um), com uma área média de 13,38 hectares. Ainda conforme o Censo Agropecuário IBGE/2006, na Região Sul existiam 156.184 mil (cento e cinquenta e seis mil, cento e oitenta e quatro) estabelecimentos não familiares, com área média de 156,60 hectares.

No estado do Paraná foram localizados 302.828 estabelecimentos da agricultura familiar, que ocupavam 4, 25 milhões de hectares, em uma área média de 14,04 hectares. Ainda, existiam 68.235 estabelecimentos não familiares, com área média de 163,24 hectares.

No estado de Santa Catarina foram localizados 168.512 estabelecimentos da agricultura familiar, que ocupavam 2,64 milhões de hectares, em uma área média de 15,7 hectares. Ainda, existiam 25.156 estabelecimentos não familiares, com área média de 136 hectares.

No estado do Rio Grande do Sul foram localizados 378.546 estabelecimentos da agricultura familiar, que ocupavam 6.17 milhões de hectares, em uma área média de 16,27

hectares. Ainda, existiam 63.119 estabelecimentos não familiares, com área média de 224 hectares.

Como é possível perceber, no Brasil os estabelecimentos não familiares possuem, em média, áreas dezessete vezes maiores que a dos estabelecimentos familiares. Da mesma forma, na Região Sul, os estabelecimentos patronais têm áreas doze vezes maiores que os familiares. No Rio Grande do Sul, são catorze vezes maiores que os estabelecimentos familiares, o que denota a concentração fundiária.

Mas há também, grandes diferenças internas à categoria de estabelecimentos familiares. Para evidenciar estas diferenças internas, vamos nos valer de importante estudo patrocinado pela FAO, “O novo retrato da agricultura familiar - o Brasil redescoberto”, publicado no ano de 2000, que propunha uma categorização da agricultura familiar brasileira, a partir dos dados do **Censo Agropecuário de 1995/96**.

Este estudo é ainda considerado importante, por que foi o primeiro estudo realizado a partir dos dados de um Censo Agropecuário que foi realizado, justamente, no período da emergência da categoria agricultura e, mais que isto, havia a necessidade de produzir definições para esta categoria, ou seja, definir quem, exatamente, era o agricultor familiar. Ainda, estudo desta natureza não foi repetido, por exemplo, após a publicação do Censo Agro 2006.

Uma síntese das diferenças internas à categoria agricultor familiar, no Brasil, Região Sul, e dos estados do Sul será exposta a seguir. Cabe ressaltar que serão utilizados os valores da época, sem correção ou atualização, já que o objetivo é, fundamentalmente, destacar um aspecto, as diferenças internas à categoria agricultor familiar, o sujeito individual por assim dizer, das cooperativas de leite da AF, as CLAFs. Para tanto, será utilizado como forma de mensuração desta desigualdade, o valor bruto da produção, VBP.

Nas tabelas dispostas a seguir, temos uma estratificação da agricultura familiar do BRASIL, Região Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a partir de informações sistematizadas em FAO/INCRA 2000, elaborado a partir dos dados do Censo Agropecuário de 1995/96.

Tabela 1 - Brasil, estratificação dos estabelecimentos rurais da agricultura familiar, FAO/ INCRA, 2000.

BRASIL, AGRICULTURA FAMILIAR - FAO INCRA 2000.						
Categorias	Estabelecimentos		Área Total	Área média	Valor Bruto da Produção	
	Número	%	Hectares	Hectares	R\$ 1 mil	%
TOTAL	4.859.864	100	353.611.242	73	47.796.469	100
Total Familiar	4.139.369	85,2	107.768.450	26	18.117.725	37,90
maiores rendas	406.291	8,4	24.141.455	59	9.156.373	19,20
renda média	993.751	20,4	33.809.622	34	5.311.377	11,10
renda baixa	823.547	16,9	18.218.318	22	1.707.136	3,60
quase sem renda	1.915.780	39,4	31.599.055	16	1.942.838	4,10
Patronal	554.501	11,4	240.042.122	433	29.139.850	61,00
Instituições Religiosas	7.143	0,1	262.817	37	72.327	0,20
Entidades Públicas	158.719	3,3	5.529.574	35	465.608	1,00
Não Identificado	132	0	8.280	63	960	0,00

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96, IBGE, FAO INCRA 2000, elaborado pelo autor

Perceba-se que, nos anos de 1995/96, quando foram tomados os dados deste Censo Agropecuário, em todo o Brasil, os estabelecimentos patronais eram 11,04 % de todos os estabelecimentos rurais e detinham 61% do Valor Bruto da Produção. Já os estabelecimentos familiares compunham 85,2 % dos estabelecimentos rurais e detinham 37,9 % do Valor Bruto da Produção.

Chama a atenção que os estabelecimentos familiares definidos como de **maiores rendas** eram 8,4% de todos os estabelecimentos familiares e detinham a metade do VBP dos estabelecimentos familiares, R\$ 9,15 bilhões, do VBP total de R\$ 18,11 bilhões produzido pelos estabelecimentos da AF. De outro lado, os estabelecimentos familiares qualificados como **quase sem renda**, que representavam 40% dos estabelecimentos familiares, produziram um VBP de R\$ 1,94 bilhão, ou cerca de 11% do VBP produzido pelos estabelecimentos da AF.

O VBP médio do grupo **maior renda** foi de R\$ 22,5 mil, e o VBP médio do grupo **quase sem renda** foi de R\$ 1,0 mil. Portanto, é possível afirmar que, no Brasil, nos anos de 1995/96, os estabelecimentos familiares **de maior renda** produziram, em média, cerca de 22 vezes mais renda do que os estabelecimentos familiares **quase sem renda**.

A informação deste mesmo Censo Agropecuário, agora para a Região Sul, na tabela disposta a seguir, diz que os estabelecimentos patronais eram 8,7 % de todos os estabelecimentos rurais e detinham 42 % do valor bruto da produção.

Tabela 2 - Região Sul, estratificação dos estabelecimentos rurais, FAO/ INCRA, 2000.

REGIÃO SUL, AGRICULTURA FAMILIAR - FAO INCRA 2000.						
Categorias	Estabelecimentos		Área Total, hectares	% da Área	Valor Bruto da Produção	
	Número	%			R\$ 1.000,00	% do VBP
TOTAL	1.003.179	100,00	44.360.360	100,00	15.011.919	100,00
Total Familiar	907.635	90,48	19.428.230	43,80	8.575.993	57,13
maiores rendas	167.545	16,70	6.188.721	13,95	4.747.656	31,63
renda média	325.132	32,41	6.783.895	15,29	2.594.499	17,28
renda baixa	167.550	16,70	2.629.668	5,93	591.275	3,94
quase sem renda	247.408	24,66	3.825.947	8,62	642.562	4,28
Patronal	86.908	8,66	24.601.463	55,46	6.359.953	42,37
Instituições Religiosas	880	0,09	37.127	0,08	14.236	0,09
Entidades Públicas	7.377	0,74	292.628	0,66	61.578	0,41
Não Identificado	19	0,00	912	0,00	159	0,00
Fonte: Censo Agropecuário 1995/96, IBGE, FAO INCRA 2000, elaborado pelo autor						

É possível perceber que, do Brasil para a Região Sul, há uma redução desigualdade interna entre os estabelecimentos da AF. O VBP médio do grupo **maior renda** foi de R\$ 28,3 mil, e o VBP médio do grupo **quase sem renda** foi de R\$ 2,6 mil. Portanto, é possível afirmar que, na Região Sul do Brasil, nos anos de 1995/96, os estabelecimentos familiares **de maior renda** produziram, em média, cerca de 11 vezes mais renda do que os estabelecimentos familiares **quase sem renda**.

A seguir, temos a mesma informação, referente ao estado do Paraná.

Tabela 3 - Paraná, estratificação dos estabelecimentos rurais, FAO/ INCRA, 2000.

PARANÁ, AGRICULTURA FAMILIAR - FAO INCRA 2000.						
Categorias	Estabelecimentos		Área Total, hectares	% da Área	Valor Bruto da Produção	
	Número	%			R\$ 1.000,00	% do VBP
TOTAL	369.875	100,00	15.946.631.705	100,00	5.573.890	100,00
Total Familiar	321.380	86,89	6.541.583.586	41,02	2.683.996	48,15
maiores rendas	52.742	14,26	2.205.453.961	13,83	1.593.300	28,59
renda média	100.258	27,11	2.056.799.420	12,90	683.548	12,26
renda baixa	62.436	16,88	884.251.190	5,55	189.924	3,41
quase sem renda	105.944	28,64	1.395.079.015	8,75	217.223	3,90
Patronal	44.273	11,97	9.275.501.333	58,17	2.860.118	51,31
Instituições Religiosas	369	0,10	14.388.812	0,09	4.739	0,09
Entidades Públicas	3.853	1,04	115.157.974	0,72	25.036	0,45
Fonte: Censo Agropecuário 1995/96, IBGE, FAO INCRA 2000, elaborado pelo autor						

É possível perceber que, no estado do Paraná há maior desigualdade interna entre os estabelecimentos da AF, ao comparar com a Região Sul. O VBP médio do grupo **maior renda** foi de R\$ 30,2 mil, e o VBP médio do grupo **quase sem renda** foi de R\$ 2,05 mil. Portanto, é possível afirmar que, no estado do Paraná, nos anos de 1995/96, os estabelecimentos familiares **de maior renda** produziram, em média, cerca de 15 vezes mais renda do que os estabelecimentos familiares **quase sem renda**.

A seguir, temos a informação referente ao estado de Santa Catarina.

Tabela 4 - Santa Catarina, estratificação dos estabelecimentos rurais, FAO/ INCRA, 2000.

SANTA CATARINA, AGRICULTURA FAMILIAR - FAO INCRA 2000.						
Categorias	Estabelecimentos		Área Total, hectares	% da Área	Valor Bruto da Produção	
	Número	%			R\$ 1.000,00	% do VBP
TOTAL	203.347	100	6.612.845.566	100	3.270.223	100
Total Familiar	191.760	94,3	3.965.843.038	60	2.330.103	71,3
maiores rendas	31.849	15,7	1.004.883.527	15,2	1.158.039	35,4
renda média	72.498	35,7	1.510.520.456	22,8	784.494	24
renda baixa	36.528	18	623.585.658	9,4	173.698	5,3
quase sem renda	50.885	25	826.853.397	12,5	213.873	6,5
Patronal	10.521	5,2	2.613.174.824	39,5	929.324	28,4
Instituições Religiosas	93	0	4.626.934	0,1	2.343	0,1
Entidades Públicas	972	0,5	29.194.770	0,4	8.449	0,3
Não Identificado	1	0	6.000	0	3	0

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96, IBGE, FAO INCRA 2000, elaborado pelo autor

É possível perceber que, no estado de Santa Catarina, a desigualdade interna aos estabelecimentos da AF é menor que a do estado do Paraná. O VBP médio do grupo **maior renda** foi de R\$ 36,3 mil, e o VBP médio do grupo **quase sem renda** foi de R\$ 4,2 mil. Portanto, é possível afirmar que, no estado de Santa Catarina, nos anos de 1995/96, os estabelecimentos familiares **de maior renda** produziram, em média, cerca de nove vezes mais renda do que os estabelecimentos familiares **quase sem renda**.

E no Rio Grande do Sul, os estabelecimentos patronais eram 7,5 % de todos os estabelecimentos rurais e detinham 41,7 % do valor bruto da produção.

Tabela 5 - Rio Grande do Sul, estratificação dos estabelecimentos rurais da agricultura familiar, FAO/ INCRA, 2000.

AGRICULTURA FAMILIAR RIO GRANDE DO SUL CENSO AGROPECUÁRIO 1995/1996						
CATEGORIAS	ESTABELECIMENTOS		ÁREA TOTAL		VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO	
	NÚMERO	%	HECTARES	%	R\$ 1.000,00	%
Total	429.957	100	21.800.883.221	100	6.167.807	100
Total familiares	394.495	91,8	8.920.803.782	40,9	3.561.894	57,7
maiores rendas	82.954	19,3	2.978.383.258	13,7	1.996.318	32,4
renda média	152.376	35,4	3.216.575.221	14,8	1.126.456	18,3
renda baixa	68.586	16	1.121.830.696	5,1	227.653	3,7
quase sem renda	90.579	21,1	1.604.014.607	7,4	211.467	3,4
Patronal	32.114	7,5	12.712.787.157	58,3	2.570.511	41,7
Intituições religiosas	418	0,1	18.111.406	0,1	7.153	0,1
Entidades públicas	2.912	0,7	148.274.825	0,7	28.093	0,5
Não identificado	18	0	906.051	0	155	0

FONTE: FAO INCRA, elaborada pelo autor

Quanto à desigualdade interna aos estabelecimentos da agricultura familiar, percebe-se que, no Rio Grande do Sul, nos anos de 1995/96, dos 394.495 estabelecimentos de agricultura familiar, 82.954 foram classificados como de maior renda. Estes somavam 19,3% de todos os estabelecimentos agropecuários do RS e produziram um VBP de R\$ R\$ 1,99 bilhão, ou 56,12

% do total do VBP produzido pelos estabelecimentos familiares no RS. De outro lado, havia 90.579 estabelecimentos de agricultura familiar classificados como quase sem renda, que produziram um VBP de R\$ 211,46 milhões, ou 5,93 % do total do VBP produzido pelos estabelecimentos familiares no RS.

O VBP médio do grupo maior renda foi de R\$ 24 mil, e o VBP médio do grupo quase sem renda foi de R\$ 2,3 mil. Portanto, é possível afirmar que, no estado do Rio Grande do Sul, nos anos de 1995/96, os estabelecimentos familiares *de maior renda* produziram, em média, cerca de 10 vezes mais renda do que os estabelecimentos familiares *quase sem renda*.

As informações desta seção, baseadas no “O novo retrato da agricultura familiar - o Brasil redescoberto”, permitem, pelo menos, perceber que a categoria agricultura familiar, nos anos de 1995/96 apresentavam desigualdade interna.

Por fim, a recente divulgação dos dados do Censo Agro 2017, pelo IBGE, em meados de outubro de 2019, apontam para uma redução do número de estabelecimentos do tipo familiar. No Censo 1995/96 havia 4,14 milhões de estabelecimentos familiares, no Censo Agro 2006 foram identificados 4,37 milhões de estabelecimento familiares e, no ano de Censo Agro 2017, o número de estabelecimento familiares baixou para 3,84 milhões, uma redução de 468 mil estabelecimentos em relação ao ano de 2006. Mas, a área total dos estabelecimentos familiares permaneceu muito semelhante ao que era - 80,25 milhões de hectares em no ano de 2006, ante 80,9 milhões de hectares no ano de 2017.

Tabela 6 - Perfil dos estabelecimentos agropecuários, Censos Agro 2006 e 2017.

PERFIL DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, 2006 e 2017						
TIPO	CENSO AGRO 2006			CENSO AGRO 2017		
	Nº estabelecimentos	Área total, hectares	Área média, hectares	Nº estabelecimentos	Área total, hectares	Área média, hectares
TOTAL	5 175 489	329 941 393	63,75	4 996 287	351 289 816	70,31
FAMILIAR	4 367 902	80 250 453	18,37	3 843 014	80 891 084	21,05
NÃO FAMILIAR	807 587	249 690 940	309,18	1 153 273	270 398 732	234,46
FONTE: IBGE, CENSO AGRO 2006 e 2017						

Somente um estudo mais detalhado dos resultados do Censo Agro 2017 poderá identificar de que forma se deu a redução de número total de estabelecimentos familiares, ou, em que medida houve absorção “por dentro” da categoria dos estabelecimentos familiares, o que poderia implicar em redução da desigualdade interna ao conjunto dos estabelecimentos familiares.

Da mesma forma, o Censo Agro 2017 aponta para uma sensível redução da participação dos estabelecimentos familiares no total do Valor Bruto da Produção no ano de 2017, se comparado com os resultados do Censo Agro 1995/96 e do Censo Agro 2006.

O estudo da FAO sobre os dados do Censo Agro 1995/96 relatou uma participação dos estabelecimentos familiares da ordem de 37,9 % do total do VBP. O Censo Agro 2006 apontou uma participação dos estabelecimentos familiares da ordem de 33,9 % do total do VBP e, por fim, o Censo Agro 2017 constatou uma participação dos estabelecimentos familiares da ordem de 22,3 % do total do VBP.

2.6. O Leite – A principal atividade produtiva

Ao falar de leite, faz-se necessário descrever, de antemão, fazer uma breve descrição do que são as atividades de uma propriedade rural, do ponto de vista da sazonalidade, tanto das produções como das rendas.

O que se espera de qualquer trabalho, seja na cidade ou no campo, é que ele produza a renda necessária para o sustento do trabalhador. Não é diferente em um estabelecimento rural, que deve produzir renda para fazer frente ao sustento da família do proprietário.

Em geral, ou o que é mais comum em propriedades rurais, é que elas se dediquem a algumas atividades produtivas. Em algumas regiões, ao cultivo de arroz, em outras ao cultivo de soja, ou de tabaco, em outras regiões dedicam-se à fruticultura, pêsego, maçã ou uva, por exemplo. Todas estas atividades são sazonais, e implicam em plantar (ou realizar os tratamentos culturais, no caso da fruticultura), em um determinado período do ano, e colher a produção em outro.

Esta sazonalidade produtiva implica em uma sazonalidade de renda, em uma entrada irregular de rendimentos.

Há outras atividades produtivas menos sazonais. Um agricultor dedicado à produção de hortaliças costuma ter produções em vários períodos de um ano agrícola e, portanto, entradas de rendimentos também em vários períodos. Um agricultor que se dedica a produção de ovos pode ter, literalmente, realização diária de sua mercadoria.

Ocorre que a produção de leite é, justamente, uma destas atividades que permite a realização mensal de uma determinada renda, como se fosse um salário de um trabalhador

urbano. Após 30 dias de entrega do seu leite a um laticínio, o produtor passa a receber, mensalmente, o que é conhecido como **cheque do leite**.

Esta característica “salarial” da produção de leite, a realização mensal da mercadoria, é um atrativo. Mais, há outra característica importante, menores barreiras à entrada. É possível dizer que a produção de leite é uma das atividades produtivas com menores barreiras à entrada – barreira a entrada é uma dificuldade particular, normalmente relacionada ao investimento necessário, que alguém enfrenta para iniciar uma determinada atividade produtiva. Cabe dizer que as barreiras à entrada da atividade da produção leiteira já foram menores.

Nos anos 1990 as atividades de produção de suínos e aves já apresentavam barreiras à entrada consideráveis para boa parte dos agricultores familiares, já que implicavam em grandes investimentos em galpões, infraestrutura produtiva, e um determinado montante de capital de giro para colocar em funcionamento.

Neste período, anos 1990, para que um agricultor entrasse na atividade de produção de leite, bastava, grosso modo, ter três ou quatro vacas de leite em produção para que pudesse passar à condição de fornecedor de cerca de 50 litros de leite por dia, que seria recolhido por um caminhão a serviço de um laticínio ou uma cooperativa.

Este caso, se transferido para os dias atuais, resultaria em uma produção de cerca de 1.500 litros por mês, e em uma remuneração de cerca de R\$ 1.500,00. Se a sua produção fosse, por exemplo, à base de pasto, mais eficiente, esta renda bruta de R\$ 1.500,00 poderia resultar em cerca de R\$ 700,00 ou até R\$ 750,00 de renda líquida.

Esta é uma das características da atividade leiteira, uma remuneração mensal, semelhante à renda salarial. Esta é uma das condições que levam um agricultor a produzir leite.

Por fim, importa dizer que produções de leite desta ordem – 50 litros por dia, podem ser obtidas em **dois hectares** de área dedicada a atividade leiteira, o que se encaixa perfeitamente em propriedades de pequena área.

Isto posto, passaremos à exposição de um conjunto de informações acerca da produção de leite no Brasil, regiões e estados do Sul, em particular. Estas informações podem ser obtidas no banco de dados do Sistema IBGE de recuperação automática, SIDRA. As fontes diretas são a Pesquisa Pecuária Municipal, PPM, de periodicidade anual, e a Pesquisa Trimestral do Leite, com periodicidade trimestral.

2.6.1. Evolução da produção de leite no Brasil, e regiões unidades federativas selecionadas

Desde os anos 1990, quando as CLAFs começaram a surgir, a produção de leite brasileira evoluiu de 14,5 bilhões de litros anuais no ano de 1990, para 33,8 bilhões de litros no ano de 2018, um crescimento de 133,62 %.

Cabe dizer que, neste mesmo período a população brasileira evoluiu de 146,8 milhões de pessoas no ano de 1991, para 208,5 milhões de pessoas no ano de 2018, o que significou um crescimento da ordem de 42,03% (<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6579#resultado>).

A seguir temos uma amostra da evolução da produção de leite no Brasil, Grandes regiões, e dez unidades federativas que são as maiores produtoras de leite do Brasil, em anos intervalados.

Tabela 7 - Evolução da produção de leite no Brasil, Grandes Regiões e Unidades Federativas selecionadas, do ano de 1990 ao ano de 2018, em mil litros.

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	LEITE, Produção em mil litros.					
	1990 Leite	1995 Leite	2000 Leite	2005 Leite	2010 Leite	2018 Leite
Brasil	14.484.414	16.474.365	19.767.206	24.620.859	30.715.460	33.839.864
Norte	555.216	706.696	1.049.768	1.743.253	1.737.406	2.294.164
Nordeste	2.045.268	1.886.614	2.159.230	2.972.130	3.997.890	4.383.566
Sudeste	6.923.301	7.539.464	8.573.731	9.535.484	10.919.686	11.465.530
Sul	3.262.255	4.102.597	4.904.356	6.591.503	9.610.739	11.588.369
Centro-Oeste	1.698.374	2.238.994	3.080.121	3.778.490	4.449.738	4.108.236
Minas Gerais	4.290.800	4.762.543	5.865.486	6.908.683	8.388.039	8.939.159
Paraná	1.160.048	1.576.541	1.799.240	2.568.251	3.595.775	4.375.422
Rio Grande do Sul	1.451.797	1.710.677	2.102.018	2.467.630	3.633.834	4.242.293
Goiás	1.071.966	1.450.158	2.193.799	2.648.599	3.193.731	3.084.080
Santa Catarina	650.409	815.379	1.003.098	1.555.622	2.381.130	2.970.654
São Paulo	1.960.781	1.981.844	1.861.425	1.744.179	1.605.657	1.640.054
Rondônia	158.474	202.189	422.255	692.411	802.969	1.160.198
Pernambuco	312.522	212.709	292.130	526.515	877.420	941.201
Bahia	743.774	668.147	724.897	890.187	1.238.547	891.061
Mato Grosso	213.644	307.426	422.743	596.382	708.481	684.052

Fonte: IBGE - Pesquisa da Pecuária Municipal, elaborada pelo autor.

E a evolução da produção de leite foi muito mais significativa na Região Sul do que no resto do Brasil. A produção de leite na Região Sul cresceu 255,12 % de 1990 a 2018, quase o dobro do crescimento apresentado pela produção brasileira de leite no mesmo período. Já a população da Região Sul evoluiu de 22,13 milhões de pessoas no ano de 1991, para 29,75 milhões de pessoas no ano de 2018, um crescimento de 34,43 % (<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6579#resultado>).

Importa destacar o aumento, sempre crescente, da participação da Região Sul na produção total de leite do Brasil, que foi a região brasileira que mais produziu leite no ano de 2018, tendo ultrapassado a Região Sudeste, até então a detentora da maior fatia da produção

nacional. Destaque-se, no ano de 1990 a região sul produziu menos que a metade da produção da Região Sudeste, cuja produção de leite sempre esteve baseada, em boa medida, na produção do estado de Minas Gerais, que continua sendo o estado com maior produção.

Dentro da Região Sul, a produção leiteira apresentou um crescimento de 356 % no Estado de Santa Catarina, de 277 % no Estado do Paraná, e de 192 % no Estado do Rio Grande do Sul, no período que compreendido entre os anos de 1990 e 2018.

Tabela 8 - Evolução da produção de leite no Brasil e regiões, participações na produção total do Brasil, período 1990 a 2018.

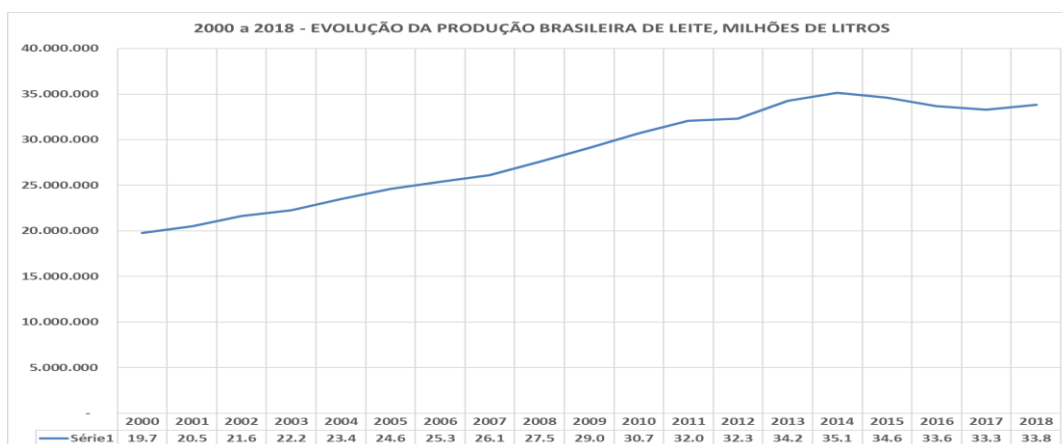
LEITE, Produção, participação sobre a produção nacional, em valor percentual						
Brasil e Grandes Regiões	1990	1995	2000	2005	2010	2018
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Norte	3,83	4,29	5,31	7,08	5,66	6,78
Nordeste	14,12	11,45	10,92	12,07	13,02	12,95
Sudeste	47,80	45,76	43,37	38,73	35,55	33,88
Sul	22,52	24,90	24,81	26,77	31,29	34,24
Centro-Oeste	11,73	13,59	15,58	15,35	14,49	12,14

Fonte: IBGE - Pesquisa da Pecuária Municipal, Tabela 74, elaborada pelo autor.

Como se vê, houve dois movimentos simultâneos. De um lado uma acentuada redução da participação de Região Sudeste e, de outro, um crescimento também acentuado da participação da Região Sul na produção nacional de leite.

Nos anos mais recentes houve alteração da curva de crescimento da produção nacional. No ano de 2014 foram produzidos 35,1 bilhões de litros e, no ano de 2018, a produção nacional diminuiu para 33,8 bilhões de litros, produção inferior à do ano de 2013. Esta variação, no período mais recente, é perceptível no gráfico a seguir.

Gráfico 1 - Evolução da produção de leite no Brasil, 2000 a 2018.



Fonte: SIDRA IBGE, elaborado pelo autor.

Provavelmente esta diminuição da produção tenha relação direta com a redução da atividade econômica do Brasil, iniciada ainda no ano de 2012 - redução do PIB, aumento de desemprego, redução da renda circulante e, por conseguinte, redução de consumo de lácteos.

A seguir veremos a evolução da produção de leite no Brasil, Região Sul, nos três estados do Sul e nas mesorregiões que mais produziram leite nestes estados.

Tabela 9 – Produção de leite no Brasil, Região Sul, no estado do Paraná e na mesorregião Sudoeste Paranaense, 1990, 2000, 2010 e 2018.

PRODUÇÃO BRASIL, REGIÃO SUL, PARANÁ e MESORREGIÃO SUDOESTE DO PR				
LOCAL	1990	2000	2010	2018
BRASIL	14.484.414	19.767.206	30.715.460	33.838.864
REGIÃO SUL	3.262.255	4.904.356	9.610.739	11.588.369
PART % REG SUL sobre produção nacional	22,52	24,81	31,29	34,25
PARANÁ	1.160.048	1.799.240	3.595.775	4.375.822
PART % PARANÁ sobre prod nacional	8,01	9,10	11,71	12,93
SUDOESTE PARANAENSE	147.338	283.821	848.342	1.043.470
PART % mesorregião sobre produção nacional	1,02	1,44	2,76	3,08
PART % mesorregião sobre produção Reg. SUL	4,52	5,79	8,83	9,00
PART % mesorregião sobre produção do PR	12,70	15,77	23,59	23,85
Fonte: IBGE - Pesquisa da Pecuária Municipal, Tab. 74, elaborada pelo autor				

A Mesorregião Sudoeste Paranaense dobrou sua participação no total da produção de leite da Região Sul e do estado do Paraná, e triplicou sua participação na produção nacional de leite.

Tabela 10 – Produção de leite no Brasil, Região Sul, no estado de Santa Catarina e na mesorregião Oeste Catarinense, 1990, 2000, 2010 e 2018.

PRODUÇÃO BRASIL, REGIÃO SUL, SANTA CATARINA e MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE				
LOCAL	1990	2000	2010	2018
BRASIL	14.484.414	19.767.206	30.715.460	33.838.864
REGIÃO SUL	3.262.255	4.904.356	9.610.739	11.588.369
PART % REG SUL sobre produção nacional	22,52	24,81	31,29	34,25
SANTA CATARINA	650.409	1.003.098	2.381.130	2.970.654
PART % SC sobre produção nacional	4,49	5,07	7,75	8,78
OESTE CATARINENSE	274.798	602.808	1.742.254	2.321.332
PART % mesorregião sobre produção nacional	1,90	3,05	5,67	6,86
PART % mesorregião sobre produção Reg. SUL	8,42	12,29	18,13	20,03
PART % mesorregião sobre produção de SC	42,25	60,09	73,17	78,14
Fonte: IBGE - Pesquisa da Pecuária Municipal, Tab 74, elaborada pelo autor				

A Mesorregião Oeste Catarinense também dobrou sua participação no total da produção de leite da Região Sul e do estado de Santa Catarina, e triplicou sua participação na produção nacional de leite. Cabe destacar que a cada 100 litros de leite produzidos no estado de Santa Catarina no ano de 2018, 78 litros foram produzidos na Mesorregião Oeste Catarinense.

Tabela 11 – Produção de leite no Brasil, Região Sul, no estado do Rio Grande do Sul e na mesorregião Noroeste Rio Grandense, 1990, 2000, 2010 e 2018.

PRODUÇÃO BRASIL, REGIÃO SUL, RIO GRANDE DO SUL e MESORREGIÃO NOROESTE RIO GRANDENSE				
LOCAL	1990	2000	2010	2018
BRASIL	14.484.414	19.767.206	30.715.460	33.838.864
RIO GRANDE DO SUL	1.451.797	2.102.018	3.633.834	4.242.293
REGIÃO SUL	3.262.255	4.904.356	9.610.739	11.588.369
PART % REG SUL sobre produção nacional	22,52	24,81	31,29	34,25
PART % RS sobre produção nacional	10,02	10,63	11,83	12,54
NOROESTE RIO GRANDENSE	610.548	1.230.138	2.399.874	2.843.472
PART % mesorregião sobre produção nacional	4,22	6,22	7,81	8,40
PART % mesorregião sobre produção Reg. SUL	18,72	25,08	24,97	24,54
PART % mesorregião sobre produção do RS	42,05	58,52	66,04	67,03

Fonte: IBGE - Pesquisa da Pecuária Municipal, Tab. 74, leaborada pelo autor.

A Mesorregião Noroeste Rio Grandense aumentou suas participações tanto na produção de leite da Região Sul e do estado do Rio Grande do Sul, mas em menor intensidade que suas pares do Paraná e de Santa Catarina.

Por fim, cabe dizer que a produção de leite brasileira costuma ser ligeiramente menor que o consumo de leite do país, o que pode ser verificado na tabela disposta a seguir. Cabe explicar que **milhões de litros equivalentes** é a forma possível de mensurar a importações ou exportações, que se dão com produtos lácteos, e não com leite fluido. As transações internacionais de leite são com produtos como leite em pó, o mais comum, ou queijos, manteiga e óleo de manteiga (*butter oil*), ou leite condensado, por exemplo. Portanto para se possa fazer comparações, as medidas, geralmente dadas em quilos, destes derivados devem ser transformadas na unidade de litros de leite cru ou fluido, aqueles litros que foram utilizados na sua produção – a saber, são necessários cerca de 10 litros de leite para produzir um quilo de queijo ou um quilo de leite em pó.

Tabela 12 – Evolução da participação das importações sobre a produção nacional de leite, 2011 a 2018 (este ano com dados parciais), em valores absolutos e percentuais.

EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS IMPORTAÇÕES DE LEITE SOBRE A PRODUÇÃO NACIONAL, EM VALORES PERCENTUAIS							
ANO	EM MILHÕES DE LITROS EQUIVALENTES			PRODUÇÃO NACIONAL	EM VALORES PERCENTUAIS		
	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO	SALDO		IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO	SALDO %
2011	1.200,00	123,00	- 1.077,00	32.096,20	3,74	0,38	3,36
2012	1.274,00	113,00	- 1.161,00	32.304,40	3,94	0,35	3,59
2013	1.070,00	130,00	- 940,00	34.255,20	3,12	0,38	2,74
2014	725,00	568,00	- 157,00	35.124,30	2,06	1,62	0,45
2015	1.094,10	532,60	- 561,50	34.609,59	3,16	1,54	1,62
2016	1.887,30	339,90	- 1.547,40	33.656,16	5,61	1,01	4,60
2017	1.277,50	234,90	- 1.042,60	33.490,81	3,81	0,70	3,11
2018*	1.198,10	118,40	- 1.079,70	33.490,81	3,58	0,35	3,22
Importação média, em parte % da produção nacional, 8 anos							2,84

FONTE: IBGE, MDIC, CEPEA/ESALQ e Estatísticas Milkpoint, elaborada pelo autor. * não há dados finais 2018

Nestes oito anos verificados, importa perceber que o saldo negativo, ou o resultado líquido das importações de leite, foram em média, de 2,84% do total produzido no Brasil, o que equivale a dizer que para cada 1.000 litros produzidos, houve a importação líquida de 28 litros.

Cabe um comentário acerca de importações: no governo Collor, o Brasil fez o que se conheceu como “abertura de mercados”, através de alterações regulatórias que liberalizaram o mercado brasileiro. Estas condições regulatórias permitem que uma grande empresa do setor lácteo importe leite, ou exporte, sempre que entender necessário.

Mesmo assim, o que se viu até o momento é que o saldo tem sido pouco significativo.

Na seção a seguir será abordado o tema da concentração na cadeia produtiva do leite, tanto do ponto de vista das empresas com do ponto de vista de produtores.

2.7. Uma introdução ao tema da concentração e da financeirização ou, como o leite foi parar na bolsa de valores

Há uma questão chave para entender o movimento de capitais o movimento de capitais na cadeia produtiva do leite no Brasil, o **estabelecimento de cotas de produção de leite na União Europeia**, no ano de 1984, resultado de políticas fiscais de austeridade promovida na UE. O estabelecimento das cotas “congelou” a produção de leite na UE e limitou as possibilidades de crescimento das empresas lácteas naquele território. As alternativas para crescimento das empresas passaram a ser a aquisição de outras empresas (aquisições, fusões, incorporações), ou a internacionalização.

Para entender como se chegou ao estabelecimento de cotas faz-se necessário entender as medidas de austeridade fiscal – o que são, e como são justificadas pelos governos nacionais.

Sempre que se diz que um governo está tomando medidas de austeridade fiscal, o que se diz, efetivamente, é que este governo está tomando medidas que lhe permitam gastar menos o que é arrecadado pelos tributos.

E importa dizer que medidas de austeridade fiscal não são exatamente uma novidade. Elas existiram até os primeiros anos do século 20 (mais precisamente até 1929) fundadas no **Padrão Ouro**². O ciclo liberal do século 19 e início do século 20 tinha um pilar fundamental –

² Os livros *A Grande Transformação*, de Karl Polanyi, e *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*, organizado por José Luis Fiori expõem com nitidez o assunto do padrão ouro e o ciclo liberal pré-crise de 1929.

o Padrão Ouro, ou Padrão Câmbio Ouro, que começou a vigorar na Inglaterra no início do século 19, e no final deste século podia ser considerado um sistema monetário internacional.

O que era central no sistema do Padrão Ouro é que era através dele, e somente dele, que os estados nacionais poderiam definir o valor de suas moedas, sempre em relação ao valor do ouro, ou de alguma moeda cujo valor era lastreado em ouro. Eram as reservas de ouro de um país que definiam o valor de sua moeda.

O padrão ouro funcionou como uma regra dura, inflexível, sob dois aspectos: o primeiro refere-se à uma espécie de cristalização das desigualdades entre países ricos e pobres, assim definidos em função do tamanho de suas reservas em ouro. O segundo refere-se à impossibilidade de fazer variar o valor de uma moeda nacional para aumentar as exportações, por exemplo, e, assim, lidar com dificuldades como inflação, pobreza, fome, desemprego. As dificuldades internas de um país eram consideradas *efeitos colaterais*, algo como um mal necessário para manter o valor da moeda em relação ao ouro, da mesma forma como hoje os governos justificam, de forma imperativa, cortes de políticas públicas e benefícios - gastar menos do que é arrecadado. Sempre que possível, os interlocutores governamentais argumentam que governos são como famílias, ou padarias, o que não é verdadeiro.

Para tanto, esta seção abordará, do ponto de vista da financeirização e do capital, os grandes movimentos ocorridos até a Crise de 1929, o intervalo de tempo fundado nos princípios acordados no Acordo de Bretton Woods, de 1944, que sustentaram os anos de ouro do capitalismo ocidental, e que deram suporte ao *welfare state*, assim como o rompimento do acordo de Bretton Woods, protagonizado pelo EUA nos anos 1970 e, a partir de então, o crescente endividamento dos estados nacionais, a retomada nas consignas do livre mercado, agora sob a denominação de neoliberalismo, a adoção de medidas de austeridade fiscal, e as consequências para a atividade produtiva do leite e para as CLAFs.

No auge do liberalismo econômico do século 19 o capital vivia uma **vida líquida**, sem restrições. Belluzzo relata que ...

Para revolucionar periodicamente a base técnica, submeter massas crescentes de força de trabalho a seu domínio criar novos mercados, o capital precisa existir na forma “livre” e líquida e, ao mesmo tempo constantemente centralizada. Apenas desta forma pode fluir sem obstáculos e colher novas oportunidades de lucro e, concomitantemente, reforçar o poder do capital industrial imobilizado nos circuitos prévios de acumulação. (BELLUZZO, 1999, p. 88)

Mas o sistema fundado no padrão ouro, na consigna do *laissez faire* e do dogma do mercado auto regulável haviam conduzido a sociedade ocidental a uma espécie de esgotamento. Na medida em que o padrão ouro, literalmente fixava o valor das moedas nacionais impedindo

desvalorizações corretivas, por assim dizer, funcionando como uma *camisa de força*, restava às nações a possibilidade de expansão para fora de duas fronteiras, utilizando a guerra como mecanismo, como descreve FIORI:

...a associação entre a alta finança e o poder político transformou a competição intercapitalista em uma competição entre estados...e o poder dentro do sistema capitalista ora assume a sua forma mais abstrata, ora retoma a face mais dura e visível das armas. (FIORI, 1999, p. 63).

Este arranjo de competição econômica exacerbada por territórios, força e poder, a necessidade de *lebensraum*, ou espaço vital veio a causar a Primeira Grande Guerra, em 1914.

Dentre as principais consequências da Primeira Guerra, duas são particularmente importantes, já que redesenham o mapa do poder político mundial: a ascensão dos Estados Unidos à categoria de potência econômica central e a Revolução Russa. Ambos países, por motivos diversos – os EUA porque não sofreram os efeitos da guerra, e a Rússia porque organizou sua economia - apresentaram crescimento econômico acima dos padrões neste período. Mas ao longo dos anos 20, a Europa toda está em crise, sejam os países derrotados (que enfrentam surtos de hiperinflação e alto desemprego), sejam os vencedores (que buscam recuperar sua antiga inserção financeira e paridade cambial sem sucesso).

A partir do final dos anos 20 todo o mundo ocidental entra em crise, puxado pelo crash da bolsa americana. O motor industrial do mundo – que ainda garantia algum movimento à Europa e à América Latina - entrou na Grande Depressão. Conforme Sandroni,

...entre 1929 e 1933 havia cerca de 15 milhões de desempregados, 5 mil bancos paralisaram suas atividades de cerca de 85 mil empresas faliram. A depressão logo se alastrou internacionalmente, reduzindo o comércio mundial a um terço e estima-se que havia cerca de 30 milhões de desempregados no mundo. (SANDRONI, 2002, p. 270).

A crise de 1929 contribuiu para a construção daquilo que mais tarde seria conhecido como *welfare state*, o **New Deal**, concebido por Roosevelt, em 1933. As ideias predominantes no New Deal eram de John Maynard Keynes, que já despontava no cenário mundial como grande teórico de uma corrente “antiliberal”. Simultaneamente a Keynes, o economista polonês Michal Kalecky, marxista, também teorizava acerca dos ciclos da economia capitalista e da necessidade de medidas anticíclicas para recuperar as economias deprimidas.

Dentre as medidas preconizadas pelo New Deal estavam o controle do sistema financeiro (bancos, Bolsa e valor da moeda), regulamentação da produção industrial, regulação dos contratos de trabalho, o estabelecimento de um sistema de previdência social, criação de um salário mínimo nacional, liberdade de organização sindical e criação da convenção coletiva

de trabalho, instituição de um seguro social, redução das horas trabalhadas sem redução de salários, a criação de um programa habitacional, a constituição de uma política agrícola, regulamentada pelo Agriculture Adjustment Act (Triple A) e de uma política fiscal progressiva.

A crise de 1929 também contribuiu, de maneira indireta, para a Segunda Guerra Mundial. A Alemanha, que finalmente iniciava sua recuperação econômica, mesmo tendo que cumprir com as pesadas reparações impostas pelo Tratado de Versalhes, sucumbiu os efeitos da recessão mundial, abrindo espaço para a ascensão do nazismo e à retomada do tema do *lebensraum*.

Ainda durante o transcorrer da guerra, já definida a vitória Aliada, foi realizada a Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, nos EUA, mais especificamente em Bretton Woods. A conferência contou com a presença de 44 países e concentrou suas atenções na estabilização da economia internacional e nas tarefas relacionadas a reconstrução das nações envolvidas na guerra. (SANDRONI, 2002, p. 120)

O resultado desta conferência ficou conhecido como Acordo de Bretton Woods ou sistema de Bretton Woods, e o conteúdo do acordo foi fortemente influenciado pelas ideias do economista inglês John Maynard Keynes, cuja obra fundamental, Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, havia sido publicada em 1936.

O sistema de Bretton Woods foi a síntese do novo projeto de acumulação de capital. Com os liberais “antigos”, do livre mercado sem estado, na defensiva sobressaem a novas ideias, de um capitalismo regulado pelo Estado. Importante destacar que, ao preconizar os controles sobre a movimentação dos capitais, o Sistema de Bretton interrompeu o padrão anterior de competição entre as nações, estabelecendo uma condição até então incomum, uma certa cooperação internacional **para o desenvolvimento**, criando inclusive, as condições para a posterior unificação da Europa.

Além dos resultados diretos deste acordo - como a criação da Fundo Monetário Internacional e do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento BIRD, também conhecido como Banco Mundial, além de reformulação das funções do BIS, Bank for International Settlements ou Banco de Pagamentos Internacionais, pode-se dizer que o acordo também criou algumas das condições necessárias para o surgimento do estado de bem-estar social o *welfare state*. FIORI identifica os quatro pilares do estado de bem-estar social.

1 – Um, de natureza material ou econômica – generalização do paradigma fordista, consenso suprapartidário em torno dos valores do crescimento e do pleno emprego, de um consenso paralelo em torno às políticas keynesianas (leia-se intervenientes/regulatórias), da manutenção de um ritmo de crescimento econômico constante sem precedentes na história capitalista. Os ganhos fiscais crescentes permitiram a alocação social de recursos.

2 – *Uma conciliação entre o desenvolvimento dos estados de bem-estar e a estabilidade da economia internacional, decorrente dos acordos de Bretton Woods,*

3 – *A solidariedade nacional (interna) decorrente da guerra, e internacional decorrente da existência de dois grandes projetos excludentes – capitalista e comunista, que criaram os estímulos/receios necessários para pavimentar as “convicções socialmente orientadas”.*

4 – *O avanço das democracias partidárias e de massa, com o aumento do peso das reivindicações dos trabalhadores.* (FIORI, www.iea.usp.br/publicacoes/textos/fioribemestarsocial.pdf, p. 4)

Cabe destacar que a guerra colocou na ordem do dia duas questões importantes: uma de natureza fiscal, o “esforço de guerra”, que alterou as políticas fiscais das nações, que eram regressivas, de natureza liberal, para progressivas. Tony Judt relata que...

em muitos países era só a guerra ineditamente cara que poderia ter trazido o equivalente a um imposto de renda progressivo. (JUDT, 2014, p. 355)

Outra, de natureza social, que apontava a necessidade de uma nova ordem, um novo arranjo societário. BURUMA relata que

...o mundo não voltaria a ser o mesmo... Trabalhadores britânicos que arriscaram sua vida pelo rei e pelo país, não estavam mais dispostos a viver no velho sistema de classes.... Muito se escreveu depois da guerra sobre a solidariedade entre pessoas unidas numa época de perigo nacional...quando todos participavam de tudo juntos. Mas essas mesmas experiências que os nivelaram tinham também criado novo sentido de percepção de direitos, segundo o qual antigas desigualdades não mais poderiam ter lugar. (BURUMA, 2013, p. 20).

Também, não passava despercebido dos formuladores de políticas públicas dos países ocidentais a rapidez com que a União Soviética saiu da condição quase feudal da antiga Rússia, através das ações previstas pela Nova Política Econômica (NEP) e dos Planos Quinquenais.

E o mundo, particularmente o mundo acima da linha do Equador, viveu trinta longos anos de certa paz e prosperidade, período que ficou conhecido como os “anos dourados” do capitalismo. JUDT relata que *as taxas de crescimento em sociedades industrializadas foram, assim, tipicamente de 7% ou 9% - muito semelhantes à China de hoje.* (JUDT, 2014, p. 363).

Por fim, decorrência da reorganização da Europa no pós-guerra tivemos a criação da Comunidade Europeia, depois denominada União Europeia (UE) e, no ano de 1962, a criação da Política Agrícola Central, nos moldes da *Farm Bill* norte-americana (1932), e de um conjunto de instrumentos (incentivos, subsídios e garantias) dedicados ao estímulo da produção de alimentos, leite incluso.

2.8. O enfraquecimento do Welfare State ou “nova” financeirização

Nos anos 1970, os EUA iniciaram um processo de desregulamentação financeira com vistas à retomada da luta pela hegemonia do capitalismo ocidental.

Há um marco neste processo, o rompimento do compromisso dos EUA em lastrear com ouro toda a emissão de moeda, no caso dólares. Em um fim de semana, na primavera de 1971, conforme relata Barry Eichengreen

...a administração Nixon fechou o guichê do ouro, suspendendo o compromisso de entregar ouro a governos credores em dólares a US\$ 35 por onça ou a qualquer outro preço. (EICHENGREEN,2000, p. 178).

Os EUA, desta forma, terminaram com um dos pilares do Acordo de Bretton Woods, o lastreamento obrigatório da moeda em um determinado valor em ouro, o que permitiu que as moedas passassem a ter valor “fictício”.

No horizonte das autoridades americanas estava o crescimento da economia japonesa. De 1953 a 1973 a economia do Japão havia crescido a taxas de 10% ao ano, e conforme relata Torres Filho...

o Japão, em 1968 já era a segunda economia do mundo, e jáhavia se tornado o maior credor líquido do mundo, posição tradicionalmente ocupada pelos Estados Unidos...e...estaria, assim em uma trajetória que levaria a substituição, parcial ou total dos Estados Unidos como hegemôn. (TORRES FILHO, 1999, p. 226)

No ano de 1979 o processo de desmonte do Sistema de Bretton Woods teve seu ápice, com a elevação drástica da taxa de juros anuais no EUA, carreando o excesso de liquidez (“dinheiro sobrando”) do mundo e, mais que isto, jogando a maioria dos países devedores em longas crises de endividamento. Foi assim no Brasil, com a crise da dívida externa nos anos 80, após um “milagre econômico” financiado exclusivamente com recursos internacionais a juros baixos. Desta forma, do ponto de vista financeiro, os EUA assumiram definitivamente o controle do mundo das finanças internacionais.

Simultaneamente, os EUA retomaram suas relações econômicas com a China, tratando de construir um competidor a altura para o Japão (as visitas à China de Nixon em 1972, Ford em 1975 e Carter em 1979), provavelmente para costurar os acordos comerciais que permitiram que a China suplantasse o Japão no papel de “fábrica do mundo” e por fim, instituir as “novas relações de trabalho”.

O padrão fordista, central para o mundo produtivo do welfare state, foi sendo esvaziado pelos novos padrões produtivos, centrados na flexibilização e na terceirização. Ao deixar de ser rentável, a fábrica fordista carregou consigo o arranjo societário criado a partir dela.

É necessário ressaltar que os dois choques de petróleo da década de 1970 contribuíram, também, para a desaceleração das economias e para a degradação da capacidade fiscal dos Estados e, do ponto de vista ideológico, alterar a consigna do pleno emprego.

Sobre isto, JUDT relata que...

...o mito do sucesso do planejamento soviético do entreguerras foi substituído, no curso das décadas de 1970 e 1980 por um relato universalmente aceito do planejamento socialista como fracasso absoluto. As implicações dessa inversão foram importantes: o fracasso e o colapso da União Soviética solaparam não apenas o comunismo, mas toda uma narrativa progressista de avanço e coletivização, em que o planejamento soviético e ocidental era presumivelmente integrados... (JUDT 2014, p. 373).

A globalização financeira e produtiva tornou-se o epicentro da crise do estado de bem-estar social, afetando as políticas sociais que, ao aumentar os custos das mercadorias diminuem sua competitividade global.

Belluzzo, referindo-se à globalização financeira neste período, diz que ela aconteceu

com a liberalização dos mercados de câmbio e desregulamentação dos controles sobre os fluxos de capitais...o valor da massa de ativos financeiros transacionáveis no mercado de capitais de todo o mundo saltou de cerca de US \$ 5 trilhões no início dos anos 80 para 35 trilhões em 1995, segundo estimativas do BIS. (BELLUZZO, 1999, p. 105).

Mas, desta feita, a nova liberalização financeira aconteceu com mais sofisticação. O enfraquecimento dos estados nacionais, presos ao esquema da dívida pública, associado as novas tecnologias de comunicação e informação e ao processo de globalização (impulsionado também por estas) tratou de reconfigurar a vida no mundo. Novamente a rentabilidade do capital passou a ocorrer na sua forma líquida, em um espaço diferente do mundo das matérias primas, das mercadorias e dos bens de consumo.

O novo período de liberalização do capital e do trabalho, iniciado com as ofensivas de Thatcher e Reagan no início dos anos 80 conseguiu recolocar os (agora) neoliberais na ofensiva e conduzir o campo progressista em uma espécie de confusão defensiva.

O fracasso da União Soviética foi determinante, já que afastou as precauções para com o mundo do trabalho. Se os mecanismos de proteção social funcionaram como uma espécie de barreira à penetração dos ideais do socialismo, já não se faziam mais necessários.

O ideário liberal voltou a prevalecer, agora fortemente influenciado pelo ideário neoliberal³ e pelo aprisionamento dos estados nacionais encontram-se no mecanismo da dívida pública, que é ordenada internacionalmente por um conjunto de regulamentos baseados em desempenho, controle da inflação e superávit orçamentário, e méritos – países com bom desempenho recebem boas notas das agências de rating e fazem jus a investimentos externos.

³ Para melhor entender o tema dos diversos ordenamentos da governança liberal vale a leitura do livro intitulado *A nova razão do mundo, uma crítica a sociedade liberal*, dos franceses Pierre Dardot e Christian Laval.

E, importa destacar o papel desempenhado pelos fundos de pensão neste processo. Os fundos de pensão constituíram-se em um dos grandes atores do processo de financeirização da economia mundial. A crescente mercadorização das pensões das categorias profissionais mais poderosas (corporações mais importantes) e das classes médias liberais (fundos de pensões corporativas ou mecanismos de previdência complementar, totalmente privadas) conseguiu **cooptar** estas frações da sociedade para o interior do arranjo dominante.

Por fim, há uma questão chave para entender o movimento de capitais na cadeia produtiva do leite no Brasil. O enfraquecimento do *welfare state* na Europa provocou mudanças na Política Agrícola Central, a PAC, resultado de políticas fiscais de austeridade promovida na UE, e teve como consequência o **estabelecimento de cotas de produção de leite na União Europeia**, no ano de 1984.

O estabelecimento das cotas “congelou” a produção de leite na UE e limitou as possibilidades de crescimento das empresas lácteas naquele território. As alternativas para crescimento das empresas passaram a ser a aquisição de outras empresas (aquisições, fusões, incorporações), ou a internacionalização.

2.9. As medidas de austeridade fiscal e a cadeia produtiva do leite

No caso em estudo, o leite, e sua cadeia produtiva, as medidas de austeridade fiscal provocaram o estabelecimento de cotas de produção de leite no âmbito da União Europeia, no intuito de reduzir gastos orçamentários com subsídios a esta atividade, *congelando a cena*, como em uma foto.

O estabelecimento das cotas colocou os grandes laticínios europeus em uma disjuntiva: permanecer atuando em território europeu, sem chances de crescimento, ou expandir sua atuação para territórios fora da Europa. Neste momento, Nestlé, Danone e Lactalis, e Parmalat, para citar apenas as maiores empresas, aceleraram seu processo de busca por novos mercados.

2.10. O leite no mundo – breve imagem das maiores

Para uma breve abordagem acerca da cadeia produtiva do leite no mundo, faremos uso dos rankings elaborados pelo RABOBANK, um banco cooperativo holandês fundado no final do século 19, que conta com departamento de pesquisa, denominado RaboResearch (<https://www.rabobank.com/en/research/index.html>) que pesquisa, dentre outros assunto, produções e mercados de alimentos e agronegócios - *food & agrobusiness*.

Cabe destacar que a página eletrônica do RABOBANK, que já foi uma importante fonte de informações sobre agricultura, agora é uma página eletrônica fechada, ou chaveada, cujo acesso deve ser pago. Os relatórios anuais denominados GLOBAL TOP DAIRY 20 (o que pode ser traduzido literalmente para “os vinte maiores laticínios do mundo”) dos anos de 2010 a 2018 foram gentilmente cedidos pelo amigo Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto, professor que orientou minha dissertação de mestrado, que hoje atua na FAO, Roma, e, por isto, detém uma chave de acesso ao banco de pesquisas do RABOBANK.

A seguir uma imagem do ranking contido em um dos relatórios, do ano de 2010, em que estão listados os 20 maiores laticínios do mundo.

Quadro 1 – 20 maiores do mundo, RABOBANK, 2010.

No	Company	Country	Turnover (Cbillion)
1	Nestle	Switzerland	18.55
2	Danone	France	10.60
3	Lactalis	France	9.09
4	FrieslandCampina	Netherlands	8.01
5	Fonterra	New Zealand	7.28
6	Dean Foods	USA	7.00
7	Arla Foods	Denmark/Sweden	6.19
8	Dairy farmers of America	USA	5.82
9	Kraft Foods	USA	4.88
10	Unilever	Netherlands/UK	4.57
11	Meiji Dairies	Japan	3.69
12	Saputo	Canada	3.56
13	Parmalat	Italy	3.53
14	Morinaga Milk Industry	Japan	3.46
15	Bongrain	France	3.28
16	Mengniu	China	2.69
17	Yili	China	2.53
18	Land O'lakes	USA	2.31
19	Bel	France	2.22
20	Tine	Norway	2.17

Source: Rabobank

Cabe destacar a presença, dentre os maiores do mundo do ano de 2010, de quatro laticínios que atuam no Brasil - NESTLÉ, LACTALIS, DANONE e a FONTERRA, uma cooperativa neozelandesa, sempre nas primeiras posições do ranking.

A seguir temos uma tabela com uma adaptação do ranking 20 mais do Rabobank, contendo apenas as 10 maiores empresas do setor, nos anos de 2010, 2014 e 2018.

Tabela 13 – 10 maiores laticínios do mundo, 2010, 2014 e 2018.

MUNDO - 10 MAIORES LATICÍNIOS, 2010, 2014 E 2018, CONFORME RANKING GLOBAL DAIRY TOP, RABOBANK												
POSICÃO	2010				2014				2018			
	LATICÍNIO	PAÍS	FATURAMENTO		LATICÍNIO	PAÍS	FATURAMENTO		LATICÍNIO	PAÍS	FATURAMENTO	
			US\$	BI			US\$	BI			US\$	BI
1	NESTLÉ	SUIÇA	18,55		NESTLÉ	SUIÇA	27,80		NESTLÉ	SUIÇA	24,20	
2	DANONE	FRANÇA	10,6		LACTALIS	FRANÇA	19,50		LACTALIS	FRANÇA	19,90	
3	LACTALIS	FRANÇA	9,09		DANONE	FRANÇA	19,50		DANONE	FRANÇA	17,60	
4	FRIESLAND CAMPINA	HOLANDA	8,01		FONTERRA	N ZELÂNDIA	18,50		DAIRY FARMERS OF AM.	EUA	14,70	
5	FONTERRA	N ZELÂNDIA	7,28		DAIRY FARMERS OF AM.	EUA	17,90		FONTERRA	N ZELÂNDIA	13,70	
6	DEAN FOODS	EUA	7,00		FRIESLAND CAMPINA	HOLANDA	14,80		FRIESLAND CAMPINA	HOLANDA	13,60	
7	ARLA FOODS	SUÉCIA/DINAMARCA	6,19		ARLA FOODS	SUÉCIA/DINAMARCA	13,60		ARLA FOODS	SUÉCIA/DINAMARCA	11,70	
8	DAIRY FARMERS OF AM.	EUA	5,82		SAPUTO	CANADÁ	9,80		SAPUTO	CANADÁ	10,80	
9	KRAFT FOODS	EUA	4,88		DEAN FOODS	EUA	9,00		YILI	CHINA	9,90	
10	UNILEVER	REINO UNIDO	4,67		YILI	CHINA	8,60		MENGIU	CHINA	8,80	
FATURAMENTO, US \$ BI DOS 20 MAIORES			109,31		223,70				199,90			
FATURAMENTO, US \$ BI DOS 10 MAIORES			82,09		159,00				144,90			
PERCENTUAL DO FATURAMENTO, US \$ BI DOS 10 MAIORES SOBRE FATURAMENTO DOS 20 MAIORES %			75,10		71,08				72,49			

FONTE: GLOBAL DAIRY TOP 20, RABOBANK, adaptado pelo autor

Perceba-se que, nestes 3 anos demonstrados, a partir do ranking dos 20 maiores laticínios do mundo, a menor participação relativa dos 10 maiores ocorreu no ano de 2014, quando somaram 71% do faturamento total faturado pelos 20 maiores laticínios.

E, embora não estejam listados, em todos nove os rankings obtidos, 2010 a 2018 encontramos NESTLÉ, LACTALIS, DANONE e FONTERRA (que atuam no Brasil) ocupando as primeiras posições dentre as 20 maiores empresas lácteas do mundo.

Isto repete-se no ano de 2019. Recente notícia do site brasileiro Milkpoint, publicada no dia 09 de agosto de 2019 dá conta de que o RABOBANK já publicou o Ranking 2019, no qual NESTLÉ, LACTALIS, DANONE e FONTERRA ocupam as primeiras quatro posições dentre os 20 maiores laticínios do mundo. (<https://www.milkpoint.com.br/noticias-e-mercado/giro-noticias/rabobank-publica-dairy-top-20-nestle-lactalis-e-danone-continuam-na-lideranca-215406/>.)

Esta notícia do site Milkpoint é, no mínimo, sintomática, do ponto de vista de concentração do capital na cadeia produtiva. Seguem trechos:

*Entre as 20 principais, 19 empresas participaram de mais de 75 fusões, aquisições, joint ventures e alianças estratégicas ou alienações. O Rabobank disse que 111 negócios totais ocorreram em laticínios em 2018, abaixo dos 127 em 2017. Em meados de 2019, já havia 85 acordos de produtos lácteos, mas nenhum dos acordos recentes foi "um verdadeiro fator de mudança", segundo o banco... Confira: * Nota: Os dados de volume de negócios são apenas vendas de lácteos, com base em transações financeiras de 2018 e fusões e aquisições concluídas entre 1 de janeiro e 30 de junho de 2019. As fusões/aquisições não incorporadas incluem: a venda da Noga Ice Cream pela Nestlé à Froneri; a venda da Nestlé na Malásia e negócios de água e laticínios no Uzbequistão para a Lactalis; aquisições da Itambé pela Lactalis; o negócio canadense de queijos da Kraft Heinz, Prabhat Dairy, Nuova Castelli; o negócio peruano do FMI da Aspen; o negócio de iogurtes da Ehrmann nos EUA; a venda da Tip Top, antes da Fonterra, para a Froneri; a venda da Creamy Creation pela FrieslandCampina; a fusão da Dairy Farmers of America com a St. Albans*

Cooperative Creamery; a venda da Valmartin pela Arla Foods; a aquisição da Westland Milk pela Yili; a aquisição da Kirin pela Saputo; a venda da participação da Mengniu na Junlebao e; a aquisição da Papillon pela Savencia. As informações são do Dairy Reporter e do Rabobank, traduzidas pela Equipe MilkPoint (grifos deste autor)

A reportagem do Milkpoint, que reproduz trechos do relatório 2019 do RABOBANK aponta claramente para alterações de controle entre empresas lácteas. Depreende-se que somente entre as 20 maiores, nos anos de 2017 e 2018, participaram de 238 fusões, aquisições, joint ventures, alianças estratégicas ou alienações.

Estas alterações no controle das empresas ocorrem sempre no sentido de aumentar o poder de mercado, e a concentração entre os maiores laticínios, da mesma forma como ocorreu no Brasil, no período recente, como veremos na seção a seguir.

2.11. A cadeia produtiva do leite no Brasil

Esta seção procurará demonstrar as principais características da cadeia produtiva do leite no Brasil, nos anos mais recentes.

Desde os anos 90 a cadeia produtiva do leite no Brasil vem passando por grandes modificações, no sentido de sua concentração, e três aspectos merecem destaque:

2.11.1. Estabelecimento de políticas de cota para produção de leite na União Europeia, no ano de 1984

Após o intenso crescimento da produção de leite, incentivado por políticas públicas “anti-fome” estabelecidas no pós-guerra, sob o amparo da Política Agrícola Comum, PAC, criada no ano de 1962, União Europeia decidiu reduzir os custos destas políticas, estabelecendo, no ano de 1984, a política de cotas produtivas para leite.

Cabe repetir o que já foi comentado: o estabelecimento de cotas para o leite na UE já foi fruto do crescimento das políticas de austeridade, decorrente do fim do Sistema de Bretton Woods e da ascensão das políticas econômicas de natureza neoliberal.

As empresas lácteas da UE passaram a ser impedidas de processar mais leite do que já vinham processando – esta era a limitação imposta pela cota. As cotas, literalmente, congelaram o sistema lácteo da UE, e este congelamento do mercado determinou que as eventuais possibilidades de crescimento das empresas se dessem:

A – Mediante fusões e/ou aquisições de empresas, se em território da União Europeia. Ao adquirir uma empresa, a empresa adquirente passaria a dispor da cota da empresa adquirida;

B – Em outros territórios que não a União Europeia.

Desta forma, o estabelecimento das cotas impulsionou o processo de concentração do setor, dentro da UE e, ao mesmo tempo, acelerou o processo internacionalização destas empresas, já que poderiam continuar crescendo fora UE.

2.11.2. O fim do tabelamento de preço de leite no Brasil, no ano de 1991

No Brasil, o fim do controle e tabelamento de preço de leite, que vigorava desde 1946, no ano de 1990, foi ponto de inflexão. Foi no Governo Collor, em 13 de julho de 1990, que a homologação da Portaria nº 43, da Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB), decretou o fim do tabelamento dos preços, liberando o mercado após mais de quatro décadas de controle do Estado. Concomitantemente, o Governo Federal passou a reduzir recursos destinados aos programas sociais de leite. Conforme Souza,

Nesse momento, o Estado não abandonava somente o tabelamento dos preços, decretava também o fim dos programas sociais em nível federal de fornecimento do leite para a população de baixa renda. Esses programas faziam do Estado o maior comprador de leite no Brasil, por meio de programas como o Tíquete do Leite, instituído em 1986, que, em 1991, distribuía cerca de 3.170.000 litros de leite por dia para a população de baixa renda, chegando a zero no ano seguinte, com o fim do programa de distribuição. Cabe destacar que o leite distribuído era do tipo C. (SOUZA, 2014, p. 73, grifo do autor).

Perceba-se que os 3,7 milhões de litros por dia, no ano de 1991, corresponderiam a 1,16 bilhões de litros, de uma produção total de cerca de 15 bilhões de litros produzidos no Brasil neste mesmo ano, conforme Pesquisa Pecuária Municipal do IBGE.

2.11.3. A introdução da embalagem tetra pack

A introdução da embalagem tetra pack, ou “caixinha”, uma inovação tecnológica ocorrida ainda nos anos 1970, contribuiu para uma **alteração radical do mercado de leite no Brasil**. A saber, até a introdução do leite longa vida, ou “*de caixinha*”, o leite de maior consumo era o leite pasteurizado, fornecido em uma embalagem plástica, o que lhe rendeu o apelido de “barriga mole”, e que tinha prazo de validade médio de **até 3 (três) dias**. O leite longa vida, na época era denominado leite esterilizado, foi introduzido com prazo de validade de até **4 (quatro) meses**.

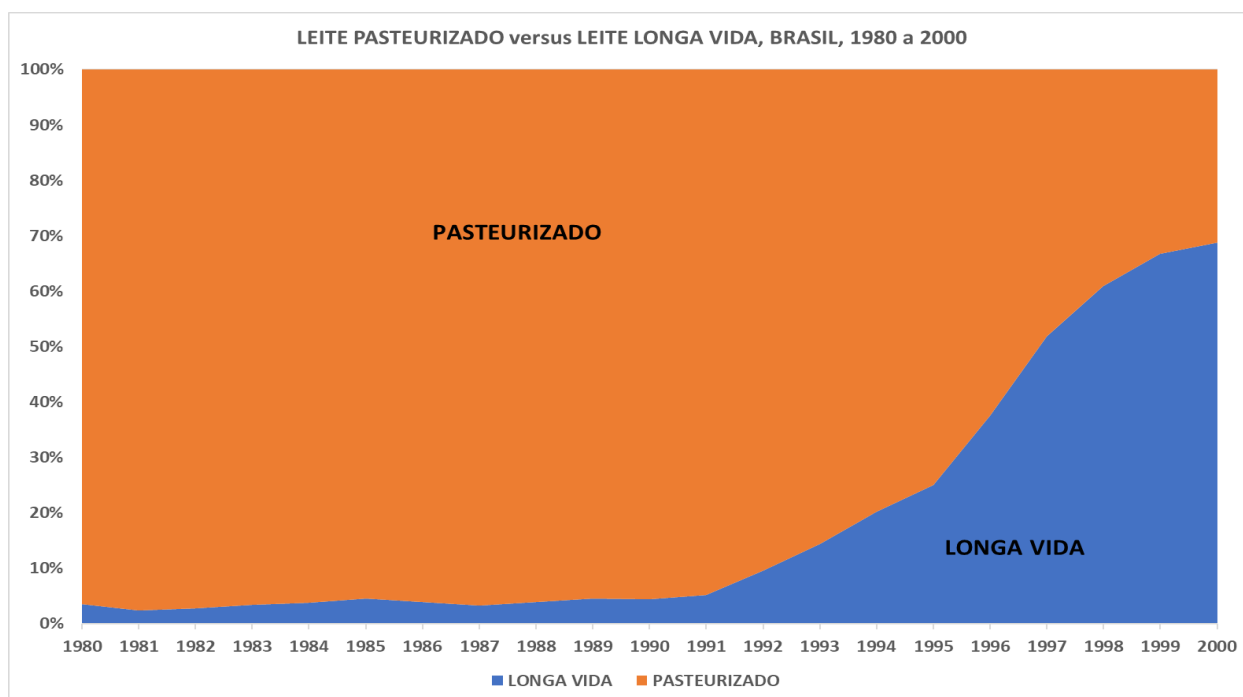
Cabe destacar que a popularização do consumo do leite longa vida, em meados dos anos 1990, coincide, curiosamente, com uma ofensiva de mercado protagonizada pela PARMALAT (vide campanha comercial “Mamíferos da Parmalat”, 1996).

Conforme relata Carvalho, na página eletrônica do Milkpoint,

Não há dúvida que o crescimento do leite longa vida alterou o perfil do mercado de leite fluido formal no Brasil, especialmente a partir do início da década de 90, ao partir de uma tímida fatia de 5,2%, em 1991, para 68,8% em 2000, tornando-se o tipo de leite preferido da grande massa de consumidores”. (30/11/2001, <https://www.milkpoint.com.br/colunas/marcelo-pereira-de-carvalho/o-longa-vida-e-o-mercado-de-leite-8341n.aspx>).

No gráfico a seguir, temos disposta a evolução da participação do leite longa vida na produção de leite fluido no Brasil, 1980 a 2000.

Quadro 2 – Leite pasteurizado e leite longa vida, BRASIL, 1980 a 2000, participação percentual.



Fonte: Meirelles e Alves, IMPORTÂNCIA DO LEITE LONGA VIDA PARA O DESENVOLVIMENTO DO MERCADO BRASILEIRO DE LEITE, disponível em <https://www.terraviva.com.br/site/>

A introdução do leite longa vida foi, por assim dizer, a pedra angular de um processo de concentração da cadeia produtiva. Seu prazo de validade, de **até 4 meses**, permitiu a **deslocalização** da cadeia produtiva (deslocalização, aqui, é no sentido da economia local).

Dito de outra forma, até o advento do leite UHT, o leite fluido, aquele destinado ao consumo na forma líquida, era leite pasteurizado, vendido como leite C, ou leite B. O processamento de leite pasteurizado costumava ser realizado por pequenas e médias unidades industriais, que realizavam distribuição municipal ou regional, sempre em veículos

refrigerados. A cadeia produtiva do leite era constituída por um conjunto de pequenos laticínios de abrangência local ou regional.

Com a introdução do leite UHT, ou leite longa vida/de caixinha, o mercado de leite perdeu, rapidamente, esta característica local. Uma carga de leite longa vida produzido, por exemplo, em Pelotas, no extremo Sul do Brasil, após 4 ou 5 dias de viagem em um caminhão **sem refrigeração**, poderia ser descarregada em algum supermercado de uma capital do nordeste brasileiro, em Salvador ou Recife.

Mais do que isto, esta carga poderia ficar estocada neste supermercado por três meses sem que necessitasse de estar armazenada em câmaras frias. Esta inovação conquistou o comércio – mercados, supermercados, que passou a poder dispensar depósitos e balcões refrigerados, antes necessários para expor o leite pasteurizado à comercialização. Perceba-se que o leite deixou de ser um produto perecível, como a carne, por exemplo, podendo ser tratado, do ponto de vista de transporte e armazenamento, da mesma forma que o feijão ou o arroz, ou bolachas e massas. Da mesma forma, os consumidores passaram a poder fazer, por exemplo, uma compra mensal de leite, estocando em casa, fora de refrigeração. Grandes unidades de processamento de leite UHT passaram a poder alcançar mercados nacionais.

Estas modificações no perfil do processamento de leite fluido ocorreram também no estado do Rio Grande do Sul, como é possível perceber na tabela 14, disposta a seguir.

Tabela 14 - Perfil do leite fluido processado no Rio Grande do Sul, 1991 a 1999.

LEITE LONGA VIDA NO RIO GRANDE DO SUL, 1991 a 1999				
ANO	LEITE PASTEURIZADO			LEITE ESTERILIZADO,
	TIPO B	TIPO C	TOTAL	UHT ou LONGA
1991	10.233	380.704	390.937	32.179
1992	12.590	369.674	382.264	55.883
1993	14.858	354.496	369.354	77.216
1994	15.326	324.061	339.387	151.256
1995	20.323	334.276	354.599	190.158
1996	16.662	301.141	317.803	345.386
1997	11.628	252.972	264.600	406.900
1998	8.230	217.828	226.058	457.869
1999	6.361	182.165	188.526	553.280

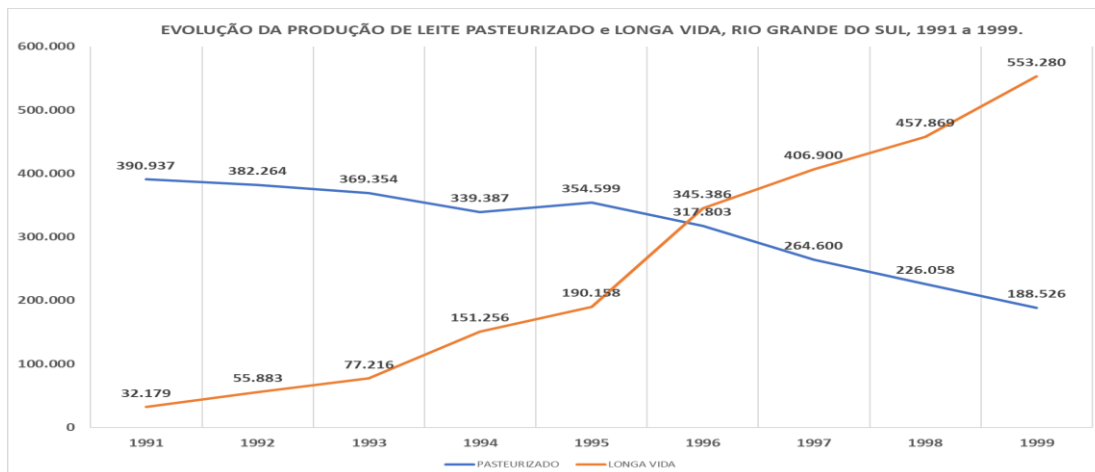
FONTE: FEE/RS, in VRFCcdn.fee.tche.br/eeg/1/mesa_10_carvalho.pdf elaborada pelo autor

De uma participação de apenas 6% no total de leite fluido processado no ano de 1991, o leite longa vida passa a 74% do total de leite fluido processado no RS no ano de 1999.

Na imagem disposta a seguir, gráfico produzido com as informações da Tabela 14, anteriormente disposta, é possível perceber que, a partir do ano de 1996, a produção de leite

UHT no Rio Grande do Sul superou as produções dos leites fluidos do tipo B e C, ambos pasteurizados.

Gráfico 2 – perfil da produção de leite fluido e leite longa vida, Rio Grande do Sul, 1991 a 1999.



Fonte: CARVALHO, in FEE/RS, elaborado pelo autor.

Esta transformação no consumo de leite fluido se consolidou, e pode ser percebida por qualquer consumidor, no seu cotidiano, quando faz compras em um supermercado qualquer. Se ele quiser consumir leite pasteurizado, vai ter que procurar em algum balcão refrigerado, podendo, eventualmente, não encontrar. De outro lado, vai encontrar gôndolas enormes com diversos tipos de leite UHT. Conforme relata DUARTE, no ano de 2017, o leite longa vida já representava cerca de 85% do mercado de leite fluido no Brasil.

Quando se considera o leite fluido total produzido hoje, estima-se sua participação em 85% do mercado nacional. (DUARTE, 2017, disponível em <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/163208/1/Evolucao-do-leite-no-brasil.pdf>)

Dito de outra forma, no ano de 2017, em todo o Brasil, a cada 10 litros de leite consumidos na sua forma líquida (leite fluido), cerca de 8,5 litros foram do tipo *leite longa vida*.

2.12. Concentração na cadeia produtiva de lácteos no Brasil recente, ou “a dança das cadeiras”

Esta seção pretende demonstrar alguns dos principais aspectos relacionados à concentração da cadeia produtiva do leite no Brasil, apresentando, sempre que possível, informações que representem a realidade atual, concentrando a atenção no período situado entre meados dos anos 2000 até os dias atuais.

Para melhor compreensão dos grandes movimentos relacionados à concentração na cadeia produtiva do leite, nos valem, centralmente, de informações contidas:

- Na tese de doutorado de Vera Regina Ferreira Carvalho, denominada *Reestruturação do sistema lácteo mundial: uma análise da inserção brasileira* (Instituto de Economia, UNICAMP, 2008);

- Na página eletrônica da organização denominada Leite Brasil, uma organização empresarial que publica rankings dos maiores laticínios brasileiros, ano a ano;

- De notícias de jornais e revistas especializados;

- E de informações produzidas pelo IBGE acerca da produção de leite no Brasil.

Sobre o ranking da Leite Brasil, e sua utilização, cabe algumas explicações. Primeiro, é um ranking elaborado por uma associação empresarial, a Leite Brasil – www.leitebrasil.org.br, e os dados publicados pelo ranking são fornecidos por adesão, ou seja, a empresa envia suas informações, referentes ao total de leite processado no ano, que são idênticas às enviadas para o Sistema de Inspeção Federal do Ministério de Agricultura e Pecuária, SIF/MAPA, se tem interesse na publicação dos dados.

Mas, nem sempre isto acontece. Eventualmente alguma empresa não pretende divulgar suas informações, e não as envia, o que permite supor que a fatia do mercado destes grandes laticínios ranqueados possa ser maior do que a apresentada no ranking.

Segundo, os volumes de leite publicados no ranking são aqueles referentes ao leite processado pela indústria, e não ao total de leite produzido no país, já que nem todo o leite produzido diariamente no Brasil é enviado a uma indústria.

Na tabela 14, disposta a seguir, leite produzido *versus* leite processado, é possível perceber que em 13 anos, 2006 a 2018, cerca de 69% do leite efetivamente produzido foi enviado para a indústria, para processamento.

Tabela 15 – BRASIL, 2006 a 2008, Leite produzido e leite processado, e participação percentual do leite processado sobre o total produzido.

LEITE PRODUZIDO, PROCESSADO, MILHÕES DE LITROS, e PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL			
ANO	LEITE PRODUZIDO	LEITE PROCESSADO	PARTICIPAÇÃO %
2006	25.398.219,0	16.596.794	65,35
2007	26.137.266,0	17.801.015	68,11
2008	27.585.346,0	19.221.494	69,68
2009	29.085.495,0	19.497.875	67,04
2010	30.715.460,0	20.873.104	67,96
2011	32.096.214,0	21.689.611	67,58
2012	32.304.421,0	22.248.969	68,87
2013	34.255.236,0	23.466.934	68,51
2014	35.124.360,0	24.709.033	70,35
2015	34.609.588,0	24.021.784	69,41
2016	33.680.401,0	23.138.943	68,70
2017	33.312.149,0	24.297.154	72,94
2018	33.839.864,0	24.407.840	72,13
PARTICIPAÇÃO % MÉDIA 13 ANOS			68,97

FONTE: IBGE, elaborada pelo autor

Dito de outra forma, no período analisado, de cada dez litros produzidos, apenas sete foram vendidos para **processamento na indústria**.

Por fim, mas não menos importante, este pesquisador enviou solicitação de informações sobre tamanho de laticínios, ao Serviço de Inspeção Federal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A solicitação foi negada sob a alegação de que...

Ainda que se trate de informações importantes para que o governo planeje, monitore e avalie as suas políticas nesta área, não se pode considerá-la pública, pois isso acarretaria prejuízos para a competitividade destas empresas. A divulgação de informações sensíveis de certas empresas poderia fazer com que outras se apropriassem da sua inteligência industrial, causando prejuízos à livre iniciativa e à ordem econômica...A restrição à publicidade em razão do risco à governança empresarial tem fundamento no art. 173 da Constituição e, também, no art. 5º, § 1º e §2º do Decreto n. 7.724/12.(grifos do autor).

Isto posto, daremos início a esta seção com a análise de informações contidas nos rankings organizados pela Leite Brasil, do ano de 2006 até o ano de 2018. Com a intenção de destacar a eventual presença de cooperativas nestes rankings, resumidos no quadro disposto a seguir, o nome de cooperativas está marcado com cor amarela.

Tabela 16 – Ranking maiores laticínios do Brasil, 2006 a 2018.

POSICÃO	RANKING MAIORES LATICÍNIOS BRASIL, 2006-2018, LEITE BRASIL												
	ANO												
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1ª	DPA	DPA	DPA	DPA	DPA	DPA	DPA	DPA	DPA	NESTLÉ	NESTLÉ	NESTLÉ	NESTLÉ
2ª	ITAMBÉ	ELEGÉ	PERDIGÃO	BOM GOSTO	LBR LÁCTEOS BR	LBR LÁCTEOS BR	LBR LÁCTEOS BR	BRF	BRF	LACTALUS BR	LACTALUS BR	LAT. BELA VISTA	LAT. BELA VISTA
3ª	ELEGÉ	ITAMBÉ	ITAMBÉ	ITAMBÉ	ITAMBÉ	ITAMBÉ	ITAMBÉ	ITAMBÉ	CCPR/ITAMBÉ	CCPR/ITAMBÉ	CCPR/ITAMBÉ	UNIUM	UNIUM
4ª	PARMALAT	PARMALAT	BOM GOSTO	PARMALAT	ITALAC	ITALAC	ITALAC	LAT. BELA VISTA	LAT. BELA VISTA	LAT. BELA VISTA	LAT. BELA VISTA	CCPR/ITAMBÉ	EMBARÉ
5ª	MORRINHOS	BOM GOSTO	PARMALAT	LEITBOM	EMBARÉ	LAT. BELA VISTA	LAT. BELA VISTA	CASTROL e BATAV	CASTROL, BATAVO e CAPA	FRÍSLIA, CASTROL e CAPAL	FRÍSLIA, CASTROL e CAPAL	EMBARÉ	AURORA
6ª	CCL	MORRINHOS	NILZA	EMBARÉ	LAT. BELA VISTA	EMBARÉ	EMBARÉ	EMBARÉ	EMBARÉ	EMBARÉ	EMBARÉ	AURORA	CCGL
7ª	EMBARÉ	EMBARÉ	MORRINHOS	LAT. BELA VISTA	CENTROLEITE	DANONE	CASTROLANDA e BATAV	DANONE	AURORA	AURORA	AURORA	CCGL	JUSSARA
8ª	CONFEPAR	CONFEPAR	EMBARÉ	CENTROLEITE	DANONE	JUSSARA	DANONE	CONFEPAR	DANONE	VIGOR	JUSSARA	JUSSARA	DANONE
9ª	CENTROLEITE	CENTROLEITE	CENTROLEITE	DANONE	JUSSARA	CENTROLEITE	JUSSARA	JUSSARA	CONFEPAR	DANONE	CCGL	DANONE	VIGOR
10ª	BATÁVIA	LÍDER	CONFEPAR	CONFEPAR	CONFEPAR	VIGOR	CONFEPAR	VIGOR	JUSSARA	JUSSARA	DANONE	VIGOR	CATIVA
11ª	BOM GOSTO	CCL	DANONE	FRIMESA	VIGOR (JBS)	CONFEPAR	CENTROLEITE	CENTROLEITE	VIGOR	CCGL	VIGOR	DPA BRASIL	DPA BR
12ª	FRIMESA	BATÁVIA	FRIMESA	CCL	FRIMESA	FRIMESA	VIGOR	FRIMESA	CENTROLEITE	CENTROLEITE	DPA BRASIL	CENTROLEITE	CENTROLEITE
13ª	LÍDER	FRIMESA	VIGOR		CCL		FRIMESA		FRIMESA	DPA BRASIL	FRIMESA	FRIMESA	FRIMESA
14ª	DANONE	DANONE	CCL							FRIMESA	CENTROLEITE	CONFEPAR/CATIVA	
15ª	VIGOR	NILZA									CONFEPAR		
16ª	NILZA	VIGOR											
TOTAL GRUPO	7.311.948.000	8.292.889.000	8.044.164.000	7.111.840.000	8.051.147.000	7.944.168.000	7.425.715.000	8.138.374.000	9.410.794.000	9.857.409.000	9.666.400.000	8.605.160.000	7.547.387.000
LEITE PRODUZIDO BRASIL	25.398.219.000	26.137.266.000	27.585.346.000	29.085.495.000	30.715.460.000	32.096.214.000	32.304.421.000	34.255.236.000	35.124.360.000	34.609.588.000	33.680.401.000	33.312.149.000	33.839.864.000
LEITE PROCESSADO BRASIL	16.596.794.000	17.801.015.000	19.221.494.000	19.497.875.000	20.873.104.000	21.689.611.000	22.248.969.000	23.466.934.000	24.709.033.000	24.021.784.000	23.138.943.000	24.297.154.000	24.407.840.000
Participação % do grupo ranqueado no total do leite PRODUZIDO no Brasil	28,79	31,73	29,16	24,45	26,21	24,75	22,99	23,76	26,79	28,48	28,70	25,83	22,30
Participação % do grupo ranqueado no total do leite PROCESSADO no Brasil	44,06	46,59	41,85	36,47	38,57	36,63	33,38	34,68	38,09	41,04	41,78	35,42	30,92

FONTE: LEITE BRASIL, RANKING MAIORES LATICÍNIOS, e IBGE, elaborado pelo autor

A partir das informações constantes na Tabela 15 há muito o que perceber. De antemão, cabe destacar a presença constante de cooperativas. E um dado de concentração muito evidente, já que os maiores laticínios, nos 13 anos listados, processaram, em média:

- 38,42 % de todo o leite industrializado no país.
- 26,46 de todo o leite produzido no país.

A seguir, veremos duas adaptações do Ranking da Leite Brasil, dos anos de 2006, e 2017, agora com o número de produtores envolvidos. A escolha destes dois anos ocorre em função da possibilidade de cruzar as informações do ranking da Leite Brasil com as informações de dois Censos Agropecuários, respectivamente, dos anos de 2006 e 2017.

Tabela 17- Ranking Leite Brasil 2006.

2006 - PRODUÇÃO DOS 16 MAIORES LATICÍNIOS, RANKING MAIORES LATICÍNIOS DA LEITE BRASIL			
	LATICÍNIO	VOLUME NO ANO	PRODUTORES
1º	DPA	1.702.000.000	6.000
2º	ITAMBÉ	1.039.000.000	9.700
3º	ELEGÊ	897.965	19.641
4º	PARMALAT	612.070.000	4.640
5º	MORRINHOS	338.098.000	4.100
6º	CCL	316.045.000	2.846
7º	EMBARÉ	309.453.000	1.992
8º	CONFEPAR	288.482.000	5.740
9º	CENTROLEITE	263.128.000	4.850
10º	BATÁVIA	241.601.000	4.104
11º	BOM GOSTO	231.673.000	5.050
12º	FRIMESA	225.995.000	5.434
13º	LÍDER	225.535.000	5.320
14º	DANONE	221.905.000	496
15º	VIGOR	201.498.000	1.245
16º	NILZA	196.500.000	143
% GRUPO 16 MAIORES	7.311.948.000		Total de PRODUTORES entregando leite para o grupo 16 MAIORES do ano de 2006
PRODUÇÃO TOTAL BRASIL 2006	25.398.219.000		
LEITE PROCESSADO BRASIL 2006	17.801.015.000		
Participação % do grupo 16 MAIORES sobre o total de LEITE PRODUZIDO	28,79		81.301
Participação % do grupo 16 MAIORES sobre o total de LEITE PROCESSADO	41,08		
FONTE: LEITE BRASIL e IBGE, elaborada pelo autor			

Perceba-se, as 16 maiores empresas lácteas listadas no ano de 2006 processaram cerca de 29 % de todo o leite produzido neste mesmo ano, em todo o território nacional.

Conforme a Pesquisa Trimestral do Leite, do IBGE, no primeiro trimestre do ano de 2006 havia 2.183 laticínios em operação no Brasil. São os informantes da pesquisa, que quantifica o leite processado no Brasil (<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1086>).

Portanto, pode-se depreender que, de outro lado, 2.167 laticínios (2.183 - 16) processaram 71% da produção nacional.

Importa destacar, da tabela anteriormente disposta, que 29% de todo o leite produzido no Brasil no ano de 2006 foi produzido por **81,3 mil produtores**.

A saber, o Censo Agropecuário 2006 do IBGE identificou a existência, no ano de 2006, de 1,35 milhões de estabelecimentos agropecuários produzindo leite no Brasil e ainda, um montante de 930 mil estabelecimentos que comercializaram leite. É possível dizer, portanto, que cerca de 9% dos produtores que comercializaram leite no ano de 2006 foram responsáveis por 29 % de todo o leite produzido.

Tabela 18 - Ranking Leite Brasil 2017.

2017 - PERFIL DA PRODUÇÃO DOS 14 MAIORES , RANKING MAIORES LATICÍNIOS BRASIL			
POSIÇÃO	LATICÍNIO	VOLUME NO ANO, LITROS	Nº PRODUTORES
1º	NESTLÉ	1.694.400.000	3.898
3º	LAT. BELA VISTA	1.322.328.000	6.633
2º	UNIUM	1.139.657.000	1.520
4º	CCPR/ITAMBÉ	995.653.000	4.314
6º	EMBARÉ	569.285.000	1.667
11º	AURORA	488.000.000	5.520
7º	CCGL	439.073.000	4.302
8º	JUSSARA	394.732.000	3.495
9º	DANONE	378.651.000	213
12º	VIGOR	312.675.000	1.184
5º	DPA BRASIL	246.438.000	131
13º	CENTROLEITE	217.851.000	3.832
10º	FRIMESA	214.313.000	2.859
14º	CONFEPAR/CATIVA	192.104.000	2.036
LEITE PROCESSADO 14 MAIORES 2017		8.605.160.000	Total de PRODUTORES entregando leite para o grupo 14 MAIORES 2017
PRODUÇÃO TOTAL BRASIL 2017		33.312.149.000	
LEITE PROCESSADO BRASIL 2017		24.297.000.000	
Participação % do grupo 14 MAIORES sobre o total de LEITE PRODUZIDO		25,83	
Participação % do grupo 14 MAIORES sobre o total de LEITE PROCESSADO		35,42	
FONTE: LEITE BRASIL e IBGE, elaborada pelo autor			

Conforme a Pesquisa Trimestral do Leite, do IBGE, no primeiro trimestre do ano de 2017 havia 1.960 laticínios em operação no Brasil. (<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1086>).

Da mesma forma, no ano de 2017, os 14 laticínios listados processaram 25,8 % de todo o leite produzido neste mesmo ano, em todo o território nacional, coletando a produção de 41,4 mil produtores. E o Censo Agropecuário 2017 do IBGE identificou a existência de 1,17 milhões de estabelecimentos agropecuários produzindo leite no Brasil, para um montante de 634 mil estabelecimentos comercializando leite. É possível dizer, portanto, que cerca de 6,5% dos produtores que comercializaram leite no ano de 2017 foram responsáveis por 35,42 de todo o leite processado e por 25,8 % de todo o leite produzido.

Retomando a Tabela 15, o ranking brasileiro, temos que a primeira colocada nos rankings, nos 13 anos demonstrados, foi sempre a NESTLÉ, ou sua filiada, a DPA, Dairy Partners of América, uma associação entre a NESTLÉ e a cooperativa neozelandesa FONTERRA. A saber, a NESTLÉ é a maior processadora de leite do mundo e a FONTERRA maior exportadora de lácteos do mundo. (<https://www.fonterra.com/br/pt.html>).

A DPA seguiu sendo a primeira colocada no ranking até o ano de 2014, quando cedeu a posição para a NESTLÉ e, no ano de 2015, ocupou o 12º lugar no ranking.

Mas, o que chama a atenção são as mudanças no segundo lugar do ranking, nos 13 anos listados. É a própria *dança das cadeiras*. A segunda posição do ranking, em 13 anos, foi ocupada por nada menos que oito empresas, ITAMBÉ, ELEGÊ, PERDIGÃO BOM GOSTO, LBR, BRF, LACTALIS e LATICÍNIOS BELA VISTA.

Do ponto de vista de concentração industrial esta seção procurará detalhar, na medida do possível, mudanças de controle acionário, aquisições ou fusões ocorridas no período, destacando três casos: o caso da PARMALAT, o caso da ELEGÊ/PERDIGÃO/Brasil Foods(BRF), e o caso BOM GOSTO/Lácteos Brasil S.A (LBR), pelo fato de que estas empresas protagonizaram movimentos expressivos de crescimento e concentração.

2.12.1. O caso da Parmalat

Muito embora a maior empresa láctea do mundo, a suíça Nestlé, atuasse no Brasil desde 1921, é possível dizer que o protagonismo, do ponto de vista da introdução de modificações no mercado de leite coube à italiana Parmalat.

A empresa italiana, com sede em Parma, introduziu o leite longa vida – na embalagem tetra pack, e atuou de forma agressiva, no que diz respeito a aquisições, no mercado brasileiro de lácteos. A chegada da multinacional italiana remonta à década de 1970, conforme documento denominado COMPORTAMENTO SOCIAL E TRABALHISTA RELATÓRIO GERAL DE OBSERVAÇÃO, PARMALAT, que diz que

O grupo Parmalat tem o seu processo de expansão internacional concentrado na década de 90. Trata-se de uma empresa multinacional “jovem” que aproveitou a fase mais recente do processo de integração produtiva mundial. Até 1990, a Parmalat operava em apenas cinco países além da Itália. São eles o Brasil (1974), o primeiro grande mercado da empresa depois da Europa, a Alemanha (1977), a França (1979), a Espanha (1983) e Portugal (1990). Na maior parte dos casos, a empresa passa a operar nesses mercados através de aquisições. (www.observatoriosocial.org.br/sites/default/files/01-01-2001_06-parmalat-comportamento_social_trabalhista.pdf, p. 11).

Desde o ano de 1989 até o ano de 2001, a Parmalat adquiriu 24 empresas (vinte e quatro) processadoras de leite e de alimentos. Fiorlat, Via Láctea, Laticínios Teixeira, Alimba, Lavisa, AFHA, Laticínios Santa Helena Supremo, Laticínios Gogó, Planalto, Laticínios Mococa, LACESA, SPAM, General Biscuits, Sodilac, Cilpe, Laticínios Silvânia, Laticínios Ouro Preto, Bolls, Laticínios Bethânia, Etti, Batavo, Neugebauer, e, por fim, no ano de 2001, adquiriu a operação brasileira da norte americana Kraft Foods, conforme relata (CARVALHO, p 93).

Ainda, notícia da seção mercado da Folha de São Paulo, do dia 08 de abril de 1994, dá conta que

...No espaço de três anos, a Parmalat tornou-se a segunda maior compradora de leite do país, saltando de uma captação diária de 300 mil litros/dia para 2,8 milhões de litros/dia...A entrada agressiva da Parmalat no Brasil é financiada, em parte, pela matriz italiana Parmalat Spa. No mercado interno, a empresa buscou recursos de US\$ 50 milhões junto a bancos privados. (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/4/08/dinheiro/19.html>).

A Parmalat italiana passou por uma crise no ano de 2003, quando foi descoberta uma manobra contábil realizada para esconder prejuízo milionário da empresa. Após várias tentativas de recuperação, no final do ano de 2003 o grupo pediu concordata, com um passivo de cerca de 13 bilhões de euros. A justiça italiana declarou insolvência da Parmalat e seu presidente à época foi preso. (<https://www1.folha.uol.com.br/folha/reuters/ult112u32536.shtml>, 24 de janeiro de 2004).

No ano de 2006, a unidade brasileira da Parmalat foi adquirida pelo empresário Marcus Elias, controlador do fundo de investimentos Latin America Equity Partners, LAEP Brasil. Conforme reportagem da revista **Isto é DINHEIRO**, Elias...

Pagou? apenas? R\$ 20 milhões para levar uma empresa que fatura R\$ 1 bilhão. E, de quebra, livrou a Parmalat de dívidas de R\$ 900 milhões – sem colocar a mão no bolso. (<https://www.istoedinheiro.com.br/noticias/negocios/20060607/novo-dono-parmalat/15493>, 07/06/2006).

No ano de 2011, notícia da **DINHEIRO Rural** dá conta de uma fusão entre a Laticínios Bom Gosto e a Parmalat Brasil, que passam a formar Lácteos Brasil, LBR. A notícia, do dia 1º de março de 2011, diz que

A Lácteos Brasil surge com uma das maiores empresas do setor no Brasil, com um faturamento de R\$ 2,8 bilhões e captação de 2 bilhões de litros ano.

A notícia diz ainda que (Wilson)...

Zanatta, que assumiu a copresidência do conselho administrativo da nova empresa com Fersen Lambranco, um dos sócios da GP Investments. O fundo de investimentos se tornou sócio da LBR e, juntamente com a Laep, detém 40% do grupo recém-criado, por meio da Monticiano. A Zanatta e aos Stuanis couberam outros 30% e mais 30% ficaram para o BNDESPar, que já tinha porcentagem equivalente na Bom Gosto. Com a negociação, o banco injetou R\$ 700 milhões na LBR, para seguir o aumento de capital e manter sua participação. (Grifos do autor).

O empresário, ao final, arremata: *Queremos ser os consolidadores do desenvolvimento da cadeia leiteira, assim como JBS e Marfrig foram na bovinocultura*”, diz Zanatta. (<https://www.dinheirorural.com.br/secao/agronegocios/a-uniao-pelo-leite>, 1º de março de 2011).

Perceba-se, a notícia detalha o envolvimento de quatro fundos de investimento, GP Investments, GP, LAEP e BNDESPar, na constituição de uma gigante do setor lácteo brasileiro e, também, o fim da empresa Parmalat Brasil, restando a marca comercial, que passou a ser comercializada pela LBR.

Neste mesmo ano, 2011, a Parmalat italiana foi adquirida pela francesa Lactalis.

2.12.2. O caso da Elegê/Perdigão/BRF

A segunda maior empresa láctea do ranking de 2007 é a ELEGÊ, empresa de capital nacional com sede no Rio Grande do Sul, ainda de propriedade do Grupo ELEVA, ex AVIPAL. A AVIPAL, uma indústria do setor avícola, adquiriu a marca ELEGÊ da Cooperativa Central Gaúcha de Leite, CCGL, no ano de 1996.

Perceba-se que a ELEGÊ já não parece mais no ranking 2008. Quem ocupa o 2º lugar é a PERDIGÃO, que adquiriu o Grupo ELEVA e, portanto, a ELEGÊ, que era a sua divisão de lácteos. Notícia da Folha de São Paulo, do dia 31 de outubro de 2007, da conta que a Perdigão comprou a Eleva por até R\$ 1,7 bilhões, e criou a maior empresa de alimentos do país e que...

A empresa também nasce líder na produção de frangos e torna-se a segunda maior do setor de leites, atrás apenas da Nestlé. Em seu portfólio estão as marcas Batavo, Elegê e Santa Rosa, líder no mercado de queijos prato e muçarela. ...Para financiar a compra dos papéis da Eleva que serão pagos em dinheiro, a Perdigão fará uma oferta primária de ações, já aprovada por seu conselho de administração. Ontem, as ações da Eleva fecharam em queda de 0,04% na Bolsa, cotadas a R\$ 22,99. ...Segundo as empresas, a operação permitirá sinergias financeiras, operacionais e comerciais. Também gerará benefícios fiscais, gerados pela amortização do ágio da aquisição. "As companhias têm similaridades de negócios, diluirão custos fixos e ganharão escala", afirmou o analista Renato Prado, do Banco Fator. (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi3110200716.htm>)

É possível supor que a Perdigão não tenha enviado seus dados para os rankings dos anos de 2009 e 2010, na medida em que seu nome não parece na lista. Já para o ranking do ano de 2011, existe informação disponível, mas, destaque-se, já com outro nome, BRF, ou Brasil Foods. A BRF é o resultado da união das empresas Sadia e Perdigão, ocorrida no ano de 2009.

Em notícia obtida no jornal Valor Econômico, referindo ao ranking do ano de 2011, com título

DPA mantém liderança na captação de leite”, aparece a informação de que A BRF - Brasil Foods, dona das marcas Batavo e Elegê, não fornece dados para o ranking.

De certa forma, a falta de informações distorce um pouco o resultado final", afirma Jorge Rubez, presidente da Leite Brasil. Mesmo assim, o dirigente estima que a empresa ficaria entre o segundo e o terceiro lugares na lista.

Tabela 19 – Ranking maiores laticínios do Brasil, 2011.

RANKING MAIORES LATICÍNIOS BRASIL, FONTE: LEITE BRASIL			
2011			
POSICÃO	EMPRESA	VOLUME litros	% sobre total do grupo ranqueado
1º	DPA	2.125.000.000	26,02
2º	LBR LÁCTEOS BR	1.682.500.000	20,61
3º	ITAMBÉ	1.100.000.000	13,47
4º	ITALAC	843.000.000	10,32
5º	LAT. BELA VISTA	494.432.000	6,06
6º	EMBARÉ	420.571.000	5,15
7º	DANONE	303.093.000	3,71
8º	JUSSARA	292.174.000	3,58
9º	CENTROLEITE	271.829.000	3,33
10º	VIGOR	242.340.000	2,97
11º	CONFEPAR	218.899.000	2,68
12º	FRIMESA	171.390.000	2,10
TOTAL GRUPO		8.165.228.000	100
TOTAL leite processado Brasil		21.689.611.000	
% GRUPO 12 maiores		37,65	

FONTE: LEITE BRASIL, elaborada pelo autor

Com base na declaração de Jorge Rubez - *o dirigente estima que a empresa ficaria entre o segundo e o terceiro lugares na lista*, e dos dados expostos no ranking 2011, em que consta que a DPA processou 2,12 bilhões de litros, que a LBR processou 1,68 bilhão de litros e que a Itambé processou 1,1 bilhão de litros, é possível deduzir que a BRF, que não consta no ranking, deve ter coletado mais de 1,1 bilhão de litros no ano de 2011, e sua introdução no lista do ranking elevaria a participação percentual dos 12 maiores laticínios para valor próximo a 42%.

Tabela 20 - Ranking hipotético 2011.

RANKING HIPOTÉTICO 2011		
2011		
POSICÃO	EMPRESA	VOLUME litros
1º	DPA	2.125.000.000
2º	LBR LÁCTEOS BR	1.682.500.000
3º	BRF	1.200.000.000
4º	ITAMBÉ	1.100.000.000
5º	ITALAC	843.000.000
6º	LAT. BELA VISTA	494.432.000
7º	EMBARÉ	420.571.000
8º	DANONE	303.093.000
9º	JUSSARA	292.174.000
10º	CENTROLEITE	271.829.000
11º	VIGOR	242.340.000
12º	CONFEPAR	218.899.000
TOTAL GRUPO		9.193.838.000
TOTAL leite processado Brasil		21.689.611.000
% GRUPO 12 maiores		42,39

FONTE: LEITE BRASIL, elaborada pelo autor

No ano de 2018, os maiores acionistas da BRF eram os fundos de pensão da Petrobrás e do Banco do Brasil, respectivamente Fundação Petrobrás de Seguridade Social, também conhecido como fundo PETROS, e Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, a PREVI (disponível em <https://ri.brf-global.com/governanca-corporativa/composicao-acionaria/>).

E, nos anos de 2013 e 2014, a BRF, aparece na segunda posição nos rankings da LEITE BRASIL. No ano de 2015 a BRF foi vendida para a francesa LACTALIS.

2.12.3. O caso da Bom Gosto

A Laticínios Bom Gosto surgiu no município de Tapejara, RS, no ano de 1993. No ano de Bom Gosto compra outro laticínio no RS. No ano de 2006 já era décima-primeira maior empresa de laticínios do Brasil, conforme o Ranking da Leite Brasil deste mesmo ano.

No ano de 2008 recebeu aporte de capital da BNDESPar, no valor de R\$ 45 milhões, em troca de uma participação de 23% no negócio.

No ranking de 2008 da Leite Brasil a Bom gosto já ocupava a quarta posição e, no ranking de 2009, já era a segunda maior empresa láctea do Brasil, atrás apenas da NESTLÉ.

Neste mesmo ano de 2008 a Laticínios Bom Gosto anunciou a aquisição da Cooperativa Riograndense de Laticínios e Correlatos (Coorlac). Conforme notícia do jornal Valor Econômico do dia 15/05/2008, esta é a quarta aquisição em dois anos,

Em julho e outubro de 2007, a Bom Gosto já havia comprado a mineira DaMatta e a gaúcha Nutrilat, respectivamente, e em março deste ano foi a vez da Laticínios Santa Rita, de Minas Gerais.

A notícia diz ainda que ...

Com tudo isso, a Bom Gosto deve fechar o ano com uma captação total de 850 milhões de litros de leite, ante 632,7 milhões em 2007 e 146,1 milhões em 2006. E a expansão não vai parar por aí. "As aquisições não acabaram...O mercado do leite é muito pulverizado e há muito a ser feito.

Destaque-se, a notícia dá conta de que a Bom Gosto captou 146,1 milhões de litros no ano de 2006, 632,7 milhões de litros no ano de 2007, um crescimento de mais de cerca de 330 % em uma no, e espera captar 850 milhões de litros no ano de 2008, o que resultaria em um crescimento de 480% sobre a captação de 2006.

Aqui cabe destacar que a COORLAC é uma cooperativa de leite da AF, uma das CLAFs que são objeto deste estudo. Assim como a Bom Gosto, a cooperativa COORLAC surgiu no ano de 1993, a partir da antiga estatal CORLAC, no município de Erechim, RS, a cerca de 70 quilômetros da sede da Bom Gosto, Tapejara.

A mesma notícia do Valor econômico faz uma caracterização da COORLAC:

...a Coorlac é uma central que reúne 12 cooperativas e 6 mil produtores, formada a partir da organização de ex-funcionários e ex-fornecedores da extinta Corlac, e continuará responsável pela captação do leite in natura que será entregue à Bom Gosto.

*O negócio com a Coorlac envolve o arrendamento por três anos, renováveis, da usina de beneficiamento de **Erechim, a 70 quilômetros de Tapejara**, que não pôde ser vendida devido a cláusulas contratuais estabelecidas no momento da transferência do ativo do governo do Estado para a central. Uma unidade de fabricação de leite em pó em Taquara, que processa 100 mil litros de leite por dia e*

havia sido arrendada pela Coorlac para a cooperativa Cotal, também passará a produzir para a Bom Gosto. (Grifo deste autor).

No ano de 2010 a Bom Gosto formou a laticínios Brasil, LBR a partir de uma fusão com a Leitbom, de propriedade do fundo de investimento GP Investments. A Leitbom aparece como Laticínios Morrinhos nos rankings da Leite Brasil dos anos de 2006, 2007 e 2008, em 5º, 6º e 7º lugares, respectivamente.

Conforme notícia do G1, do dia 15/04/2008, o que chamou a atenção na aquisição da Laticínios Morrinhos pelo *GP Investment*, por R\$ 308 milhões, foi

o comprador, um fundo de investimentos que ainda não tinha participação no setor de agronegócios e atua em diferentes áreas, como logística, varejo, energia e telecomunicação. A intenção do GP, que comprou a Morrinhos (dono da marca Leitbom) por meio de uma de suas subsidiárias, é fazer novas aquisições em laticínios e crescer nessa área. No fato relevante divulgado ao mercado ontem, a GP informa que a Leitbom é uma oportunidade singular para ingresso no setor brasileiro de laticínio e para se beneficiar do consistente crescimento da demanda interna e externa de produtos laticínios.

(http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL401678-9356,00-AQUISICAO+DA+MORRINHOS+PELO+GP+ACIRRA+DISPUTA+NA+AREA+DE+LACTEOS.html)

Como já foi relatado anteriormente, no caso Parmalat, no ano de 2011, a Parmalat Brasil, através de seu controlador, o fundo LAEP, passaram a integrar a LBR. E, no ano de 2012 a LBR, entrou em recuperação judicial.

Notícia do Jornal Valor Econômico do dia 15 de fevereiro de 2013 diz que a empresa...

Criada a partir da fusão entre o laticínio Bom Gosto, do empresário Wilson Zanatta, e a Leitbom, controlada pela Monticiano Participações - empresa que tem como acionistas a GP Investments e a Laep - a LBR surgiu como uma gigante com faturamento bruto de R\$ 3 bilhões, 31 fábricas, 56 mil fornecedores de leite e uma captação de 2 bilhões de litros de matéria-prima por ano - uma das três maiores do país, junto com DPA (joint venture entre Nestlé e Fonterra) e BRF. Com 30% do capital da LBR, o BNDES é também o principal credor da companhia.

A notícia diz ainda que a empresa...

...precisou fechar mais da metade de suas fábricas...juntos, BNDES, GP e Laep já colocaram mais de R\$ 2 bilhões na companhia. A expectativa é recuperar ao menos uma parte desse aporte, mas os sócios já se conformaram que não vão reaver todo o investimento.

Esta foi, claro, de forma muito simplificada, uma amostra do ambiente em que as CLAFs atuavam. Grandes movimentos de capitais, o que configura uma espécie de *dança das cadeiras*, com vários grupos econômicos de médio e grande porte disputando fatias deste mercado de mais de 200 milhões de consumidores.

E esta disputa não acontece de forma desmotivada. A saber, a Pesquisa Pecuária Municipal do IBGE informa que, no ano de 2018, a produção nacional de cerca de 33,84 bilhões

de litros remunerou os agricultores, ou seja, valor “dentro da porteira, em cerca de R\$ 39,25 bilhões, ou cerca de R\$ 107 milhões por dia. É razoável pensar que haja muito mais valor envolvido “fora da porteira”.

Na seção a seguir veremos algumas informações sobre concentração entre os produtores de leite.

2.13. A concentração entre os produtores

Quando se trata de número de produtores de leite no Brasil, faz-se necessário fazer alguns esclarecimentos. Há uma informação, publicizada pelo IBGE, relativa aos Censos Agropecuários de 2006 e 2017, que informa o número de estabelecimentos rurais que produzem leite no país, grande região, unidade federativa e municípios.

Os Censos informam ainda, se o leite foi comercializado ou produzido para autoconsumo, ou seja, se este leite foi vendido para um laticínio, ou entregue a uma cooperativa, para ser processado e, então entrar no circuito comercial do mercado de lácteos.

A seguir, na tabela 21, temos as informações sobre número de estabelecimentos agropecuários que produziam leite quando a realização dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017.

Tabela 21 - Número de estabelecimentos agropecuários que produziam leite quando da realização dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017.

NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS AGROPECUÁRIOS QUE PRODUZIAM LEITE, BRASIL E REGIÕES, CENSOS AGROPECUÁRIOS de 2006 e 2017				
REGIÃO	2006	2017	PERDA ABSOLUTA	PERDA PERCENTUAL
SUL	413.773	287.991	-125.782	-30,40
NORTE	87.948	110.762	22.814	25,94
NORDESTE	410.035	354.257	-55.778	-13,60
CENTRO OESTE	128.796	132.186	3.390	2,63
SUDESTE	310.257	291.099	-19.158	-6,17
BRASIL	1.350.809	1.176.295	-174.514	-12,92
FONTE: IBGE CENSO AGRO 2006 e 2017, elaborada pelo autor				

A tabela 21 nos permite perceber a perda de cerca de 13% de todos os produtores de leite para o caso Brasil e, justamente, uma perda percentual mais elevada na Região Sul, 30,40%.

Parece ser mais apropriado para os objetivos deste estudo utilizar outra informação, a que faz referência aos estabelecimentos que venderam leite.

Tabela 22 - Número de estabelecimentos agropecuários que comercializaram leite quando da realização dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017.

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS QUE PRODUZIRAM E QUE VENDERAM LEITE, BRASIL E REGIÕES, CENSOS AGROPECUÁRIOS de 2006 e 2017						
	2006			2017		
	PRODUZIRAM	VENDERAM	% QUE VENDEU	PRODUZIRAM	VENDERAM	% QUE VENDEU
Sul	413.773	282.039	68,16	287.991	152.474	52,94
Norte	87.948	68.626	78,03	110.762	67.653	61,08
Nordeste	410.035	184.353	44,96	354.257	142.923	40,34
Centro-Oeste	128.796	109.166	84,76	132.186	84.292	63,77
Sudeste	310.257	232.821	75,04	291.099	187.138	64,29
Brasil	1.350.809	877.005	64,92	1.176.295	634.480	53,94

FONTE: IBGE CENSO AGRO 2006 e 2017, elaborada pelo autor

Perceba-se que, quando da realização do Censo Agro 2006, cerca de 65% dos estabelecimentos que produziram leite fizeram a comercialização deste leite. Quando da realização do Censo Agro 2017, cerca de 54% dos estabelecimentos que produziram leite fizeram a comercialização deste leite.

Tabela 23 - Número de estabelecimentos agropecuários que comercializaram leite quando da realização dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017, Brasil, Regiões.

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS QUE VENDERAM LEITE, BRASIL E REGIÕES, CENSOS AGROPECUÁRIOS de 2006 e 2017			
	2006	2017	Redução no período, nº absoluto
	VENDERAM	VENDERAM	
Sul	282.039	152.474	- 129.565
Norte	68.626	67.653	- 973
Nordeste	184.353	142.923	- 41.430
Centro-Oeste	109.166	84.292	- 24.874
Sudeste	232.821	187.138	- 45.683
Brasil	877.005	634.480	- 242.525

FONTE: IBGE CENSO AGRO 2006 e 2017, elaborada pelo autor

Perceba-se, foi, justamente a Região Sul que mais apresentou abandono da comercialização. Quase metade dos estabelecimentos que o Censo Agro 2006 disse que venderam leite já haviam deixado de vender quando da realização do censo agro 2017.

Esta informação indica uma alteração significativa do perfil da produção de leite na Região Sul, particularmente se agregarmos um dado singelo: não houve falta de leite.

Nas tabelas a seguir, segue um cruzamento de informações dos Censos Agro 2006 e 2017 com as informações do ranking da Leite Brasil para estes mesmos anos.

Tabela 24 – Brasil, total de estabelecimentos que produziram leite, que venderam leite, e que venderam para os maiores laticínios, 2006 e 2017

BRASIL, TOTAL DE ESTABELECIDAMENTOS QUE PRODUZIRAM LEITE, QUE VENDERAM LEITE, E QUE VENDERAM PARA OS MAIORES LATICÍNIOS, 2006 e 2017				
ANO	CATEGORIZAÇÃO	estabelecimentos ou produtores	produção, em litros	produção média litros/ano/estabel. ou produt.
2006	QUE PRODUZIRAM LEITE EM 2006	1.350.809	25.398.219.000	18.802
	QUE VENDERAM LEITE EM 2006	877.005	17.801.015.000	20.298
	QUE VENDERAM P/16 MAIORES LATICÍNIOS EM 2006	81.301	7.311.948.000	89.937
	QUE NÃO VENDERAM P/16 MAIORES LATICÍNIOS EM 2006	795.704	10.489.067.000	13.182
2017	QUE PRODUZIRAM LEITE EM 2017	1.176.295	33.312.149.000	28.320
	QUE VENDERAM LEITE EM 2017	634.480	24.297.000.000	38.294
	QUE VENDERAM P/14 MAIORES LATICÍNIOS EM 2017	41.604	8.605.160.000	206.835
	QUE NÃO VENDERAM P/14 MAIORES LATICÍNIOS EM 2017	592.876	15.691.840.000	26.467

FONTE: LEITE BRASIL e IBGE, elaborada pelo autor

No ano de 2006, a produção média dos estabelecimentos que venderam leite para os maiores laticínios era quase sete vezes maior que a produção média dos estabelecimentos que **não** venderam leite para os maiores laticínios. No ano de 2017 a produção média dos estabelecimentos que venderam leite para os maiores laticínios era oito vezes maior que a produção média dos estabelecimentos que **não** venderam leite para os maiores laticínios.

Na tabela a seguir, temos o mesmo tipo de informação, sem a comparação com o Ranking Leite Brasil, que é nacional, só para os três estados do Sul, apenas com a informação venderam e não venderam, dos Censos Agro 2006 e 2017.

Tabela 25 – Estado do Sul, total de estabelecimentos que produziram leite, que venderam leite, e que não venderam leite, 2006 e 2017

ESTADOS DO SUL, TOTAL DE ESTABELECIDAMENTOS QUE PRODUZIRAM e QUE VENDERAM LEITE, 2006 e 2017					
ESTADOS	ANO	CATEGORIZAÇÃO	estabelecimentos	produção, em litros	produção média litros por ano por estabelecimento
PARANÁ	2006	QUE PRODUZIRAM LEITE EM 2006	119.810	1.852.305.000	15.460
		QUE VENDERAM LEITE EM 2006	85.728	1.735.179.000	20.241
		QUE PRODUZIRAM E NÃO VENDERAM	34.082	117.126.000	3.437
	2017	QUE PRODUZIRAM LEITE EM 2017	87.063	3.258.876.000	37.431
		QUE VENDERAM LEITE EM 2017	57.332	3.033.758.000	52.916
		QUE PRODUZIRAM E NÃO VENDERAM	29.731	225.118.000	7.572
SANTA CATARINA	2006	QUE PRODUZIRAM LEITE EM 2006	89.043	1.414.105.000	15.881
		QUE VENDERAM LEITE EM 2006	66.284	1.327.199.000	20.023
		QUE PRODUZIRAM E NÃO VENDERAM	22.759	86.906.000	3.819
	2017	QUE PRODUZIRAM LEITE EM 2017	71.051	2.811.018.000	39.563
		QUE VENDERAM LEITE EM 2017	38.613	2.622.640.000	67.921
		QUE PRODUZIRAM E NÃO VENDERAM	32.438	188.378.000	5.807
RIO GRANDE DO SUL	2006	QUE PRODUZIRAM LEITE EM 2006	204.920	2.507.595.000	12.237
		QUE VENDERAM LEITE EM 2006	130.027	2.278.895.000	17.526
		QUE PRODUZIRAM E NÃO VENDERAM	74.893	228.700.000	3.054
	2017	QUE PRODUZIRAM LEITE EM 2017	129.877	3.928.863.000	30.251
		QUE VENDERAM LEITE EM 2017	56.529	2.622.640.000	46.395
		QUE PRODUZIRAM E NÃO VENDERAM	73.348	1.306.223.000	17.809

FONTE: IBGE, CENSOS AGRO 2006 e 2017, elaborada pelo autor

Perceba-se, há grande diferença entre o volume médio da produção dos estabelecimentos que venderam, em relação ao que não venderam.

Por fim, pode se dizer que o movimento de concentração de capital na cadeia produtiva do leite brasileira acompanha movimentos de concentração que ocorreram e continuam ocorrendo no nível global.

Cabe uma interrogação: Porque o leite tanto atrai as grandes empresas?

Pode parecer ingenuidade interrogar-se sobre isto, já que a resposta parecerá óbvia para alguns. Aliás já existe uma resposta chavão para esta interrogação, que circula como uma máxima em várias versões: *é o petróleo, estúpido!* ou, *é a economia, estúpido!* A frase é atribuída a James Carville, assessor de marketing do então candidato à presidência dos EUA, Bill Clinton ano de 1992.

Sim, é a economia, ou o capitalismo. Mas, o que especificamente interessa, o que move, dois dos maiores fundos de pensão brasileiros – PETROS, da Petrobrás e PREVI, do Banco do Brasil, a investir a poupança dos trabalhadores na constituição de uma grande empresa láctea, no caso a BRF? Uma característica em particular chama a atenção: curiosamente, é a mesma que atrai um agricultor familiar: Liquidez diária.

A atividade produção leiteira, após iniciada em uma pequena propriedade familiar, situada em qualquer rincão, passa, após 30 dias de entrega de leite para um laticínio, a produzir mensalmente uma espécie de “renda salarial”. Todos os meses, em um determinado dia, o produtor passa a receber seu “**cheque leite**”, e com ele fazer frente a despesas cotidianas. Sim, a mercadoria leite tem realização diária, e pagamento mensal.

Do ponto de vista das empresas privadas – cooperativas não conseguem operar no mercado financeiro da mesma forma, há restrições para tanto, atuar no mercado de leite pode ser equivalente a uma operação financeira.

Vejamos: em um país que pagou ao produtor, no ano de 2018, cerca de R\$ 39 bilhões para o leite produzido, movimenta, diariamente cerca de R\$ 107 milhões. As empresas da cadeia produtiva vendem este leite por valores maiores, já que agregam valor – iogurtes, queijos, manteiga, etc, e fazem um **pagamento mensal**.

Temos, portanto, uma operação financeira atrativa, uma aquisição a prazo sem custo financeiro, e relativamente assegurada, já que, na maior parte das vezes, interessa ao agricultor a continuidade do fornecimento diário

Cabe lembrar que poucos países dispõem de cerca de 210 milhões de habitantes que, em alguma medida, são também consumidores quase cativos. Quase cativos porque, com já foi

dito, as importações não chegam a acontecer em volumes relevantes. Mesmo quando importações aumentam, importa dizer que elas não são realizadas pelo governo federal, mas sim por algumas empresas, ou agentes de mercado, muito embora organismos de governo devam autorizar estas importações.

Captar leite, portanto, pode ser o mesmo que captar dinheiro, nos moldes do sistema de locomoção denominado UBER. A UBER é uma empresa de capital aberto que congrega 3 milhões de motoristas em todo o mundo, 93 milhões de usuários e realiza 17 milhões de viagens diárias. (<https://www.uber.com/pt-BR/newsroom/fatos-e-dados-sobre-uber/>). Dizer três milhões de motoristas equivale a dizer três milhões de captadores de dinheiro distribuídos por todo o mundo, em um sistema organizado a partir de cartões de crédito e internet, que carrega milhões de dólares por dia para operações financeiras em Bolsas de Valores.

No que diz respeito à concentração entre produtores há um conjunto de fatores a serem considerados. De um lado, sempre, há o interesse de empresas, e de cooperativas, em reduzir custo de logística, o custo do recolhimento do leite e, neste sentido há uma pressão permanente para que produtores aumentem sua produção individual. Um laticínio prefere coletar 100 mil litros por dia de 100 produtores com produção individual de mil litros por dia, custa menos do que coletar 100 mil litros de mil produtores com produção individual de 100 litros por dia.

Mesmo que cooperativas sejam mais cautelosas, quando se trata de excluir produtores, elas são induzidas, ou mesmo forçadas, a isto, ou podem não sobreviver na atividade. Dito de outra forma, a concentração afeta a todos.

Há dificuldades inerentes a cada produtor, e talvez a mais relevante seja a redução de produção rural jovem, que reduz a força de trabalho nas propriedades.

No mês de outubro de 2019 foram divulgados os dados do Censo Agropecuário 2017, realizado pelo IBGE. O Censo Agro 2017 informa que, no estado do Rio Grande do Sul, dentre a população que vive nos estabelecimentos familiares, apenas 1,24% tinha menos de 25 anos de idade no ano de 2017, quando os dados foram coletados. De outro lado, 55% da população dos estabelecimentos familiares tinha idade de **55 anos ou mais**, no ano de 2017.

Por fim, vimos que o volume médio de produção de leite no Rio Grande do Sul, no ano de 2017, foi de 175 litros por dia por produtor, enquanto no Uruguai, no ano de 2016, esta média foi de 1.832 litros por dia por produtor. Isto nos remete a pensar sobre os 129 mil agricultores que produziram leite no Rio Grande do Sul, conforme informações do Censo Agro 2017, recentemente divulgadas.

A persistir o movimento em direção à concentração da produção podemos pensar em uma redução no número de produtores de leite no Brasil e nos estados do Sul.

2.14. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF - Antecedentes, público e caracterização

O PRONAF Crédito rural surgiu no ano de 1995 como uma política pública destinada a financiar um contingente de agricultores que não havia sido beneficiado por crédito rural oficial até então.

Cabe chamar a atenção para o fato de que existe um Documento de Aptidão ao Pronaf, a DAP, condição para acessar os financiamentos de Pronaf, como de resto acessar a todos os outros instrumentos de política pública do Programa - a obtenção da DAP por parte do pretense beneficiário é pré-condição para o acesso aos diversos instrumentos do Programa.

Nos primórdios do Programa a categorização que permitia acesso aos financiamentos do PRONAF era dada pelo Banco Central do Brasil, mais especificamente nas resoluções que normatizavam a linha de crédito, editadas a cada ano.

A resolução fundante do PRONAF Crédito Rural é a resolução nº 2.191 do BACEN, editada em 24 de agosto de 1995. Esta mesma resolução definiu os critérios para obtenção da DAP e, conforme relata Bianchini,

...estabeleceu que acessariam os financiamentos ao amparo do PRONAF aqueles agricultores que cumprissem com os seguintes critérios:

a) explore parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro;

b) não mantenha empregado permanente, sendo admitido o recurso eventual à ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agrícola o exigir;

c) não detenha a qualquer título, área superior a quatro Módulos Fiscais; d) no mínimo, 80% de sua renda bruta anual seja proveniente da exploração agropecuária ou extrativa;

d) resida na propriedade ou em aglomerado urbano ou rural próximos. (BIANCHINI, 2015, p. 25).

Importa, ainda, destacar que o PRONAF pode financiar outros públicos beneficiários que não agricultores familiares, quais sejam: pescadores artesanais, quilombolas, extrativistas, aquicultores, silvicultores e indígenas.

Esta categorização nada mais é do que o fruto do debate realizados pelos movimentos sociais durante a criação da categoria, conforme relata Picolotto...

No estado do Rio Grande do Sul o tema foi debatido durante o ano de 1987...como resultado foi publicado pela FETAG RS (1988), o documento Projeto de Política

Agrícola de viabilização social e econômica da pequena propriedade familiar ...neste projeto.... uma nova classificação dos pequenos produtores para efeito de acesso ao crédito rural...A nova classificação era apresentada a seguinte forma: a) é considerado trabalhador rural o produtor que absorve a mão-de-obra do grupo familiar explora toda a área do imóvel rural, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, sem concurso de empregados permanentes, ainda que com auxílio de mão-de obra eventual; b) é considerada propriedade familiar o imóvel rural explorado nas condições do artigo anterior; c) o enquadramento do produtor e da propriedade familiar será de competência de uma Comissão Municipal, integrada por agricultores escolhidos em Assembleia Geral da Categoria (FETAG-RS, 1988), (PICOLOTTO, 2011,p.153).

Ainda, quando do surgimento do Pronaf houve uma certa correspondência entre as linhas do PRONAF e a categorização dos estabelecimentos familiares proposta pelo já citado estudo **O novo retrato da agricultura familiar - o Brasil redescoberto**, (FAO, 2000), a saber, maiores rendas, renda média, renda baixa e quase sem renda.

Poucos anos depois do surgimento do Pronaf, o Banco Central do Brasil, BACEN, através da resolução BACEN nº 2.629, de agosto de 1999 estabeleceu a estratificação do PRONAF, também em quatro grupos, como relata Bianchini:

- Grupo A, formado por assentados da reforma agrária e também beneficiários do crédito fundiário;
- Grupo B, formado por assentados da reforma agrária e também beneficiários do crédito fundiário;
- Grupo C, formado por agricultores familiares em transição com baixo nível de capitalização e renda familiar bruta entre R\$ 1.500,00 e R\$ 8.000,00;
- Grupo D é compreendido por agricultores familiares mais capitalizados ou em início de capitalização renda familiar bruta entre R\$ 8.000,00 e R\$ 27.500,00; (BIANCHINI, 2015, p. 33).

A seguir, será apresentado um conjunto de informações referentes à execução do PRONAF crédito rural.

2.14.1. Os grandes números do PRONAF Crédito Rural – a evolução do número de contratos, dos valores, da destinação e da distribuição regional

As informações dispostas a seguir foram obtidas de Cazella (2004), referentes aos anos de 1995 a 1998, e Banco Central do Brasil, BACEN, de 1999 a 2018, já que o BACEN disponibiliza informações somente a partir do ano de 1999.

Conforme Cazella, no ano de 1995 foram realizados 32 mil contratos no valor total de R\$ 93 milhões de reais, com valor médio de R\$ 2.906,25 por contrato. Vinte e dois anos depois, no ano de 2017, foram 1.221.617 contratos num montante total de R\$ 21.490.516.608,34 (vinte e um bilhões quatrocentos e noventa milhões, seiscentos e oito mil com trinta e quatro centavos), com valor médio de R\$ 17.591,86 por contrato.

A tabela e os gráficos dispostos a seguir demonstram a evolução do número de contratos, volume de recursos financiados e valor médio dos contratos realizados em todo o Brasil desde o ano de 1995 até o ano de 2018.

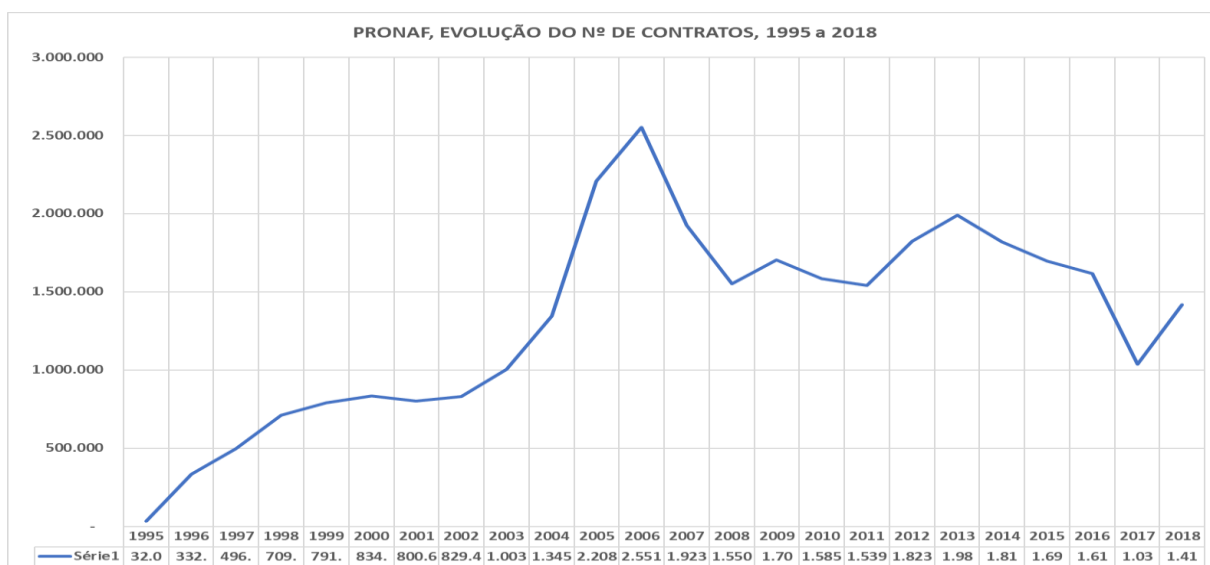
Tabela 26 – Evolução do número de contratos, montante de recursos financiados e valor médio de contratos, Brasil, 1995 a 2018.

PRONAF, TOTAL, BRASIL, 1995 a 2018			
ANO	N º CONTRATOS	VALORES R\$ 1,00	VALORES MÉDIOS R\$ 1,00
1995	32.000	93.000.000,00	2.906,25
1996	332.828	649.795.910,00	1.952,35
1997	496.550	1.637.440.160,00	3.297,63
1998	709.906	1.814.972.000,00	2.556,64
1999	791.677	1.776.951.420,05	2.244,54
2000	834.049	1.864.888.673,15	2.235,95
2001	800.653	2.210.744.245,24	2.761,18
2002	829.433	2.414.869.518,80	2.911,47
2003	1.003.837	3.158.400.036,64	3.146,33
2004	1.345.713	4.388.790.541,58	3.261,31
2005	2.208.198	5.785.745.810,94	2.620,12
2006	2.551.497	7.166.030.577,33	2.808,56
2007	1.923.317	7.122.941.867,34	3.703,47
2008	1.550.749	8.664.729.050,80	5.587,45
2009	1.704.947	11.218.847.098,49	6.580,17
2010	1.585.486	11.988.637.390,45	7.561,49
2011	1.539.901	13.304.696.799,44	8.639,97
2012	1.823.210	16.358.978.153,12	8.972,62
2013	1.988.525	19.947.948.003,38	10.031,53
2014	1.818.298	24.684.232.557,59	13.575,46
2015	1.697.658	21.747.157.289,94	12.810,09
2016	1.617.656	22.220.084.604,35	13.735,98
2017	1.036.868	20.964.476.084,44	20.219,04
2018	1.417.185	24.360.925.137,04	17.189,66

FONTE: CAZELLA et al, 2004 e BACEN, Matriz de Dados do Crédito Rural, 3.2, elaborada pelo autor

E, a seguir, temos a demonstração gráfica da evolução do número de contratos realizados em todos o Brasil, do ano de 1995 ao ano de 2018. Cabe evidenciar a acentuada redução do número de contratos nos anos mais recentes e a recuperação parcial no ano de 2018.

Gráfico 3 – Evolução do número de contratos de PRONAF, Brasil, em mil contratos, 1995 a 2018.



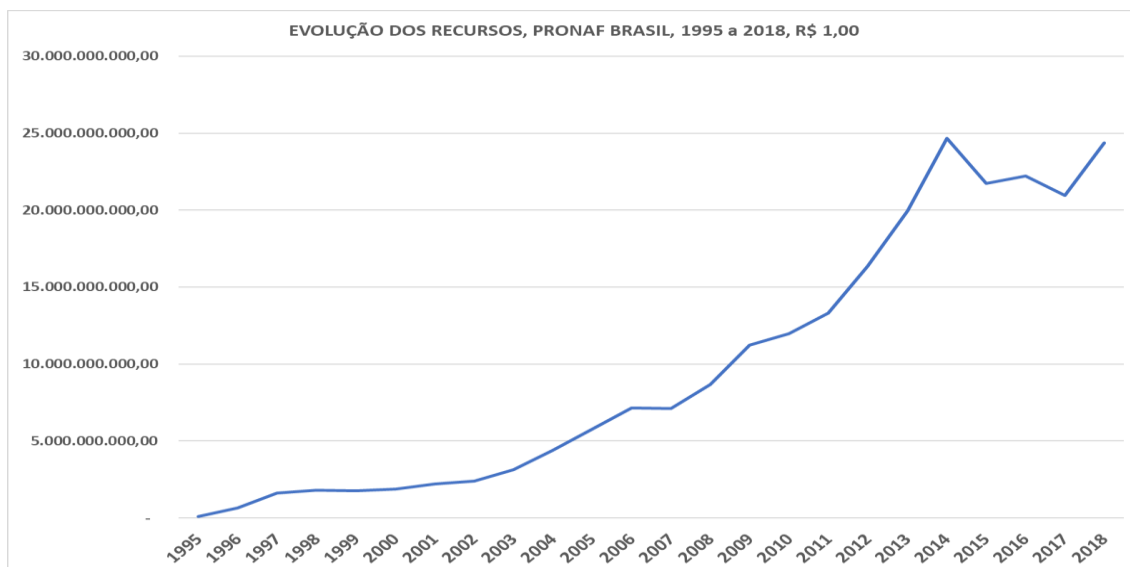
Fonte: CAZELLA e BACEN, Matriz de Dados do Crédito Rural, PRONAF, elaborado pelo autor.

A representação gráfica do número de contratos evidencia uma considerável evolução do número de contratos do ano de 1995 até o ano de 2006 e, sendo que a partir do ano de 2006 pode-se perceber uma certa estabilidade, com o número de contratos oscilando ao redor de 1,7 milhão de contratos entre os anos de 2007 e 2014. Após 2014 iniciou-se uma redução do número de contratos, até o ano de 2017 - pouco mais de 1 milhão de contratos, e no ano de 2018 ocorreu um novo aumento do número, com 1,41 milhão de contratos realizados.

Importante perceber que o número de contratos realizados no ano de 2018 - 1,41 milhões de contratos, é semelhante ao número de contratos realizados no ano de 2004, catorze anos antes, quando foram realizados 1,34 milhões de contratos.

No que concerne aos montantes totais de recursos financiados ano a ano, há um crescimento constante até 2014 e, daí em diante, apresenta pequena redução, sendo que o valor financiado no ano de 2018 é semelhante ao valor financiado no ano de 2014.

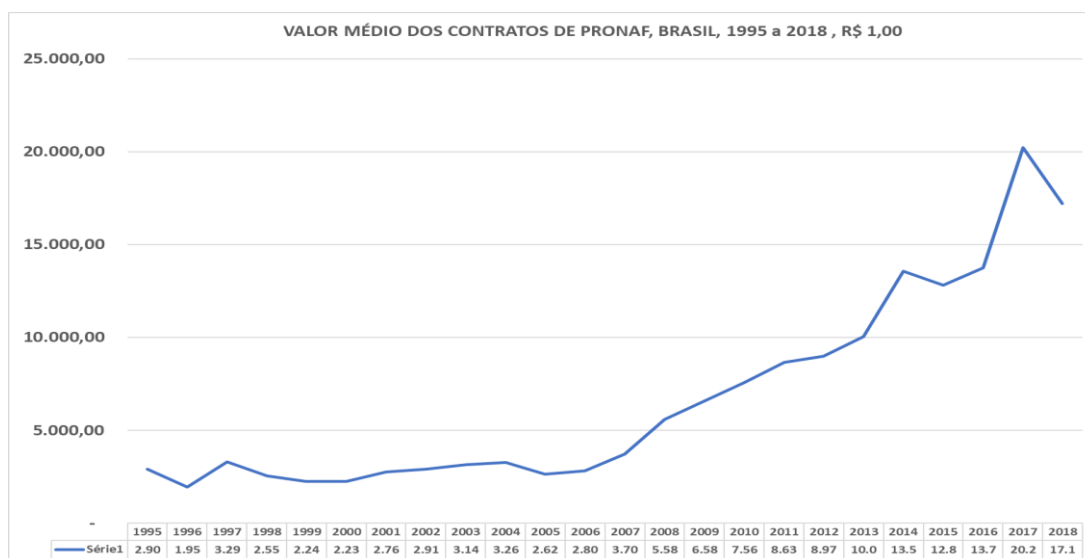
Gráfico 4 – Evolução do volume de recursos financiados sob amparo do PRONAF, BRASIL, 1995 a 2018, em R\$ 1,00.



Fonte: CAZELLA e BACEN, Matriz de dados do crédito rural, PRONAF, elaborado pelo autor.

Em relação a valores médios de contratos, chama a atenção o fato de que este valor não acompanha a evolução do número de contratos e do valor total financiado. O valor médio dos contratos seguiu crescendo até 2017, e somente no ano de 2018 apresentou redução de valor em relação ao ano anterior.

Gráfico 5 – Evolução do valor médio dos contratos de PRONAF, Brasil, 1999 a 2018, em R\$ 1,00.



Fonte: CAZELLA e BACEN, Matriz de dados do crédito rural, PRONAF, elaborado pelo autor.

Entre os anos de 2007 e 2008 é possível perceber uma inflexão no valor médio dos contratos, com uma variação positiva de 50% e, de 2009 a 2018, exatos 10 anos, é possível verificar um crescimento de 161 % no valor médio dos contratos. À guisa de comparação, a inflação acumulada no período é de cerca de 80% conforme informação obtida na página

(<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPublico/corrigerPorIndice.do?method=corrigerPorIndice>).

As informações acima dispostas permitem fazer algumas inferências. Destaca-se a acentuada redução do número de contratos, iniciada a partir do ano de 2014. A média do número de contratos no decênio 2005-2014 foi de 1,87 milhão de contratos por ano, e a média obtida no período 2015-2018 baixou para 1,44 milhão de contratos, com redução acentuada iniciada no ano de 2014 e leve recuperação no ano de 2018. No ano de 2018 foram realizados 400 mil contratos a menos do que no ano de 2014.

No que concerne à elevação dos valores médios de contratos, é possível pensar na possibilidade de estar ocorrendo algum tipo de concentração dentre os estabelecimentos da agricultura familiar, ou, dito de outra forma, é possível, e mesmo provável, que agricultores familiares menos consolidados ou menos capitalizados estejam deixando de acessar a política pública e que, de outro lado, os mais consolidados e capitalizados estejam fazendo mais crédito rural.

2.14.2. A destinação dos recursos do Pronaf Custeio de Lavouras, ou as culturas temporárias que vêm sendo financiadas

As informações dispostas a seguir foram obtidas na página eletrônica do BACEN, referem-se ao período 1999 e 2018, e vão demonstrar o que foi financiado pela linha PRONAF Custeio de Lavouras. Cabe observar que as bases de dados do BACEN não permitem fazer a evolução desde o ano de 1997 para estas informações específicas.

Tabela 27 – Pronaf Custeio de lavouras no Brasil, anos de 1999 e 2018, principais culturas financiadas.

PRONAF CUSTEIO DE LAVOURAS, 1999 a 2018 - PRINCIPAIS ATIVIDADES FINANCIADAS				
CULTURA	1999		2018	
	VALOR FINANCIADO R\$	% SOBRE O TOTAL	VALOR FINANCIADO R\$	% SOBRE O TOTAL
SOJA	111.786.686,11	6,29	3.003.532.921,88	40,42
MILHO	188.271.362,08	10,60	1.689.467.791,78	22,74
CAFÉ	25.240.484,60	1,42	778.405.568,40	10,48
TRIGO	12.872.110,02	0,72	585.696.981,57	7,88
ARROZ	30.099.757,67	1,69	193.523.217,05	2,60
FEIJÃO	43.854.112,91	2,47	99.539.697,54	1,34
MANDIOCA	32.915.131,16	1,85	93.389.688,86	1,26
SUB TOTAL	445.039.644,55	25,05	6.443.555.867,08	86,72
TOTAL FINANCIADO	1.776.951.420,05	100,00	7.430.533.272,85	100,00
FONTE: BACEN, MATRIZ DE DADOS DO CRÉDITO RURAL, Rel. 4.1, elaborada pelo autor				

Cabe destacar que o PRONAF Custeio vem financiando, principalmente, commodities agrícolas. Dito de outra forma, de cada R\$ 1 mil financiados pelo Pronaf no ano de 1999, R\$ 63,00 eram destinados ao financiamento da lavoura de soja. Já no ano de 2018, de cada R\$ 1 mil financiados pelo Pronaf, R\$ 404,00 eram destinados ao financiamento da lavoura de soja.

Ainda, se somados os valores destinados ao financiamento das três culturas mais financiadas pelo Pronaf Custeio de Lavouras no ano de 1999 - soja, milho e café, somaremos 18,31 % do volume total financiado. De outro lado, no ano de 2018, estas três culturas absorveram 73,63 % de todos os recursos da linha PRONAF Custeio de Lavouras, um crescimento de 300,00 % no período.

E, se somadas as culturas de trigo, arroz, feijão e mandioca, estas sim alimentos que vão diretamente à mesa dos brasileiros, teremos um percentual de 6,74 % sobre o valor de Pronaf Custeio de Lavouras financiado no ano de 1999, e de 13,08 % no ano de 2018, um crescimento de cerca de 100,00 %. Note-se que parte considerável deste crescimento se deveu ao aumento dos valores dedicados ao financiamento de custeio da lavoura de trigo.

Se somarmos apenas as participações percentuais de arroz, feijão e mandioca, observaremos um leve declínio da participação no montante total de recursos, de 6,01 % no ano de 1999, para 5,20 % no ano de 2018.

A verificação dos dados de destinação dos recursos do PRONAF para custeio de lavouras no ano de 2018 – 40,42 % para soja e 1,34% para feijão permite, ao menos, questionar uma percepção muito simplificada, que predomina no senso comum, de que a agricultura familiar produz essencialmente alimentos e a agricultura patronal ou empresarial produz essencialmente commodities para exportação.

2.14.3. A distribuição regional do PRONAF

Desde sua origem, o PRONAF tem se constituído em um programa bastante “sulista”. Esta situação parece estar em conformidade com a origem do Programa, após uma forte pressão política sobre o Governo de Fernando Henrique Cardoso, que aconteceu, principalmente no Sul do país, e havia, justamente nesta região, um público que reunia, por assim dizer, as condições de acessar o programa.

A tabela a seguir demonstra a execução do PRONAF, em três anos, tomados de dez em dez anos entre os 22 anos de execução da política pública.

Tabela 28 - Execução do PRONAF, no Brasil e na Região Sul, anos de 1999, 2008 e 2018.

PRONAF BRASIL e REGIÃO SUL, 1999, 2008 e 2018					
		Nº CONTRATOS	VALOR TOTAL R\$ 1,00	% DOS CONTRATOS	% DOS VALORES
		1999	BRASIL	791.677	1.776.951.420,05
RS	251.229		472.369.305,13	31,73	26,58
PR	111.918		266.737.234,32	14,14	15,01
SC	110.084		263.900.350,22	13,91	14,85
TOTAL REGIÃO SUL	473.231		1.003.006.889,67	59,78	56,45
2008		Nº CONTRATOS	VALOR TOTAL R\$ 1,00	% DOS CONTRATOS	% DOS VALORES
	BRASIL	1.550.749	8.664.729.050,80	100,00	100,00
	RS	291.644	2.358.614.684,68	18,81	27,22
	PR	138.772	1.282.855.194,41	8,95	14,81
	SC	113.361	1.069.743.474,34	7,31	12,35
TOTAL REGIÃO SUL	543.777,00	4.711.213.353,43	35,07	54,37	
2018		Nº CONTRATOS	VALOR TOTAL R\$ 1,00	% DOS CONTRATOS	% DOS VALORES
	BRASIL	1.417.185	24.360.925.137,04	100	100
	RS	196.941	6.210.488.800,74	13,90	25,49
	PR	110.843	3.957.843.148,46	7,82	16,25
	SC	90.757	3.234.552.066,24	6,40	13,28
TOTAL REGIÃO SUL	398.541	13.402.884.015,44	28,12	55,02	

FONTE: BACEN, ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CRÉDITO RURAL E MATRIZ DE DADOS DO CRÉDITO RURAL, REL 3.2, elaborada pelo autor

Perceba-se que a Região Sul ficou com mais de 55 % dos recursos efetivamente financiados nestes três anos (1999, 2008, 2018) – respectivamente 56,45 %, 54,37% e 55,02 % do montante de recursos financiados em todo o Brasil.

A tabela disposta a seguir, com dados acerca da execução do PRONAF no ano de 2018 em todas as regiões do país, demonstra a desigualdade existente na execução desta política pública. Somados os recursos efetivamente financiados nas Regiões Sul e Sudeste, no ano de 2018, chegaremos a um percentual de 73% do montante total de recursos financiados, confirmando a tendência apresentada desde a origem do programa, com o maior volume de recursos concentrados no Sudeste e Sul do país.

Tabela 29 – PRONAF Total 2018, distribuição dos recursos financiados por região do Brasil

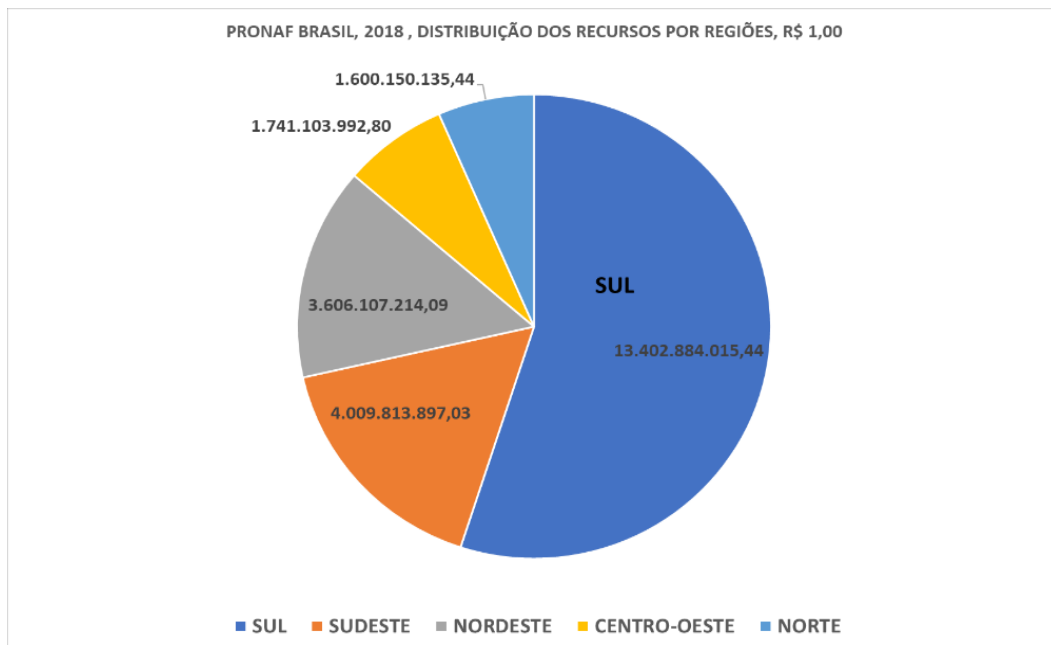
PRONAF 2018 - BRASIL E REGIÕES, CONTRATOS, VALORES FINANCIADOS e SUA PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL				
BRASIL e REGIÃO	CONTRATOS	VALORES, R\$ 1,00	% CONTRATOS	% VALORES
BRASIL	1.417.185	24.360.925.137	100	100
SUL	398.541	13.402.884.015,44	28,12	55,02
SUDESTE	190.303	4.009.813.897,03	13,43	16,46
NORDESTE	738.562	3.606.107.214,09	52,11	14,80
CENTRO-OESTE	42.602	1.741.103.992,80	3,01	7,15
NORTE	47.180	1.600.150.135,44	3,33	6,57

FONTE: MATRIZ DE DADOS DO CRÉDITO RURAL, Rel. 3.2, elaborada pelo autor

Chama a atenção a Região Nordeste, na qual foram realizados mais de metade dos contratos, mas apenas 15% dos valores.

A seguir, temos a representação gráfica das informações contidas na tabela anteriormente disposta.

Gráfico 6 - PRONAF 2018, distribuição dos recursos financiados por região do Brasil



Fonte: BACEN, Matriz de dados do crédito rural, Rel. 3.2, elaborado pelo autor.

Por fim, a tabela a seguir apresenta a distribuição de contratos e recursos, por unidades federativas, no ano de 2018, o que corrobora a desigualdade de distribuição regional dos recursos.

Tabela 30 - PRONAF 2018 - Distribuição por Unidade Federativas, em ordem de valor.

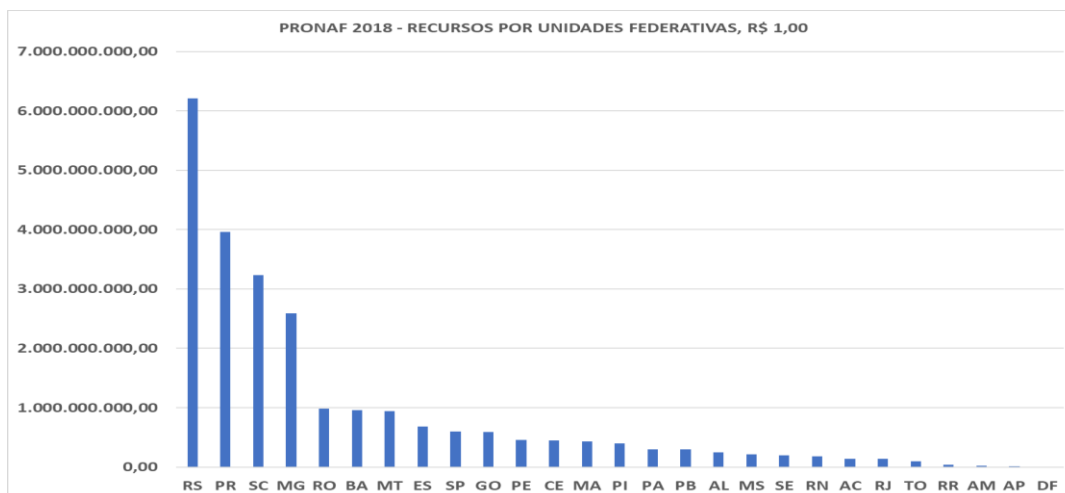
PRONAF 2018 UNIDADES FEDERATIVAS, EM ORDEM DE VALOR CONTRATADO					
REGIÃO e UF	Nº CONTRATOS	VALOR	% dos contratos	% dos valores	valor médio
BRASIL	1.417.185	24.360.925.137	100	100	17.189,66
RS	196.941	6.210.488.800,74	13,90	25,49	31.534,77
PR	110.843	3.957.843.148,46	7,82	16,25	35.706,75
SC	90.757	3.234.552.066,24	6,40	13,28	35.639,70
MG	150.420	2.587.640.070,95	10,61	10,62	17.202,77
RO	22.696	981.315.532,63	1,60	4,03	43.237,38
BA	214.752	957.226.462,72	15,15	3,93	4.457,36
MT	19.833	938.712.943,00	1,40	3,85	47.330,86
ES	19.242	680.677.402,78	1,36	2,79	35.374,57
SP	16.005	599.265.627,66	1,13	2,46	37.442,40
GO	15.893	589.599.666,65	1,12	2,42	37.098,07
PE	88.804	454.022.824,29	6,27	1,86	5.112,64
CE	98.136	451.005.940,83	6,92	1,85	4.595,72
MA	71.589	429.959.828,26	5,05	1,76	6.005,95
PI	89.411	399.779.155,87	6,31	1,64	4.471,25
PA	14.312	300.683.559,80	1,01	1,23	21.009,19
PB	70.907	298.396.855,68	5,00	1,22	4.208,28
AL	36.700	245.935.107,87	2,59	1,01	6.701,23
MS	6.821	210.742.217,94	0,48	0,87	30.896,09
SE	24.822	193.659.664,70	1,75	0,79	7.801,94
RN	43.441	176.121.373,87	3,07	0,72	4.054,27
AC	3.576	142.355.091,09	0,25	0,58	39.808,47
RJ	4.636	142.230.777,64	0,33	0,58	30.679,63
TO	3.844	98.164.586,76	0,27	0,40	25.537,09
RR	1.324	41.574.010,43	0,09	0,17	31.400,31
AM	836	21.990.312,00	0,06	0,09	26.304,20
AP	592	14.067.042,73	0,04	0,06	23.761,90
DF	55	2.905.065,45	0,00	0,01	52.819,37

Fonte: BACEN, MATRIZ DE DADOS DO CRÉDITO RURAL, elaborada pelo autor

Chama a atenção o fato de que o estado do Rio Grande do Sul, sozinho, acessou mais recursos de PRONAF (R\$ 6,21 bilhões) que a soma do volume de recursos acessado por vinte unidade federativas, a saber: Espírito Santo, São Paulo, Goiás, Pernambuco, Ceará, Maranhão, Piauí, Paraíba, Alagoas, Mato Grosso do Sul, Sergipe, Rio Grande do Norte, Acre, Rio de Janeiro, Tocantins, Amazonas, Amapá e Distrito Federal (R\$ 5,49 bilhões).

A seguir, no gráfico 7, temos disposta a representação gráfica da distribuição dos recursos por unidade federativa no ano de 2018.

Gráfico 7 – Recursos do crédito rural do PRONAF acessados no ano de 2018, por Unidades Federativas.



Fonte: BACEN, Matriz de Dados do Crédito Rural, elaborado pelo autor.

2.14.4. A concentração por tipo de público beneficiário

A tratarmos de públicos beneficiários, faz-se necessário esclarecer:

1 - Que não há informação disponível sobre o acesso dos diferentes públicos aos recursos do crédito rural PRONAF para anos anteriores a 2013. Mesmo assim, é possível fazer uma série de seis anos – 2013 a 2018, suficiente para demonstrar um tipo de concentração mais acentuado que as duas anteriormente demonstradas – regional e por atividade agrícola.

2 - Que o relatório do BACEN, quando solicitado para demonstração de seis anos, apresenta este tipo de beneficiário “Não informado”, que pode se referir, em função dos volumes de recursos e de contratos demonstrados, a agricultores familiares com algum tipo de insuficiência na informação remetida à base de dados da Matriz de Dados do Crédito Rural do BACEN.

3 – Ainda, é uma comparação imperfeita, na medida em que não há informações sobre a quantidade pessoas habilitadas ao Pronaf dentre aqueles que podem ser ditos públicos não convencionais, aqueles listados no relatório como pescadores, silvicultores, aquicultores, extrativistas, quilombolas e silvícolas/indígenas.

Tabela 31 – PRONAF por tipo de beneficiário, somatório dos anos de 2013 a 2018.

PRONAF TOTAL por TIPO DE BENEFICIÁRIO, 2013 a 2018 - quantidade, valor dos contratos e participação percentual.				
TIPO de BENEFICIÁRIO	Nº CONTRATOS	VALOR TOTAL R\$ 1,00	% CONTRATOS	% DOS VALORES
NÃO INFORMADO	6.018.257	69.056.718.339,53	64,49383	51,887637
PRODUTOR RURAL, pessoa física ou jurídica	3.299.316	61.919.816.799,31	35,35667	46,525133
COOPERATIVA de PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, na condição de prestadora de serviços aos seus associados	608	1.855.469.248,79	0,00652	1,394157
Pescador	6.430	66.068.692,68	0,06891	0,049643
Aquicultor	1.743	63.296.434,57	0,01868	0,047559
Extrativista	3515	56.599.865,70	0,03767	0,042528
PESSOA FÍSICA ou JURÍDICA, produtor de sementes mudas, sêmen para inseminação artificial e embriões	909	30.495.899,68	0,00974	0,022914
Silvicultor	467	13.815.529,99	0,00500	0,010381
COOPERATIVA de PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, na condição de produtor rural.	11	12.593.826,53	0,00012	0,009463
AGROINDÚSTRIA	10	11.762.170,73	0,00011	0,008838
Silvicola/índigena	119	865.621,99	0,00128	0,000650
BENEFICIADOR	46	615.374,04	0,00049	0,000462
Quilombola rural	79	481.368,00	0,00085	0,000362
PESSOA FÍSICA ou JURÍDICA da atividade de pesquisa agropecuária.	10	174.746,22	0,00011	0,000131
CEREALISTA	2	150.552,20	0,00002	0,000113
EXPORTADOR DE CAFÉ	1	38.210,81	0,00001	0,000029
TOTAL BRASIL	9.331.523	133.088.962.680,77	100,00000	100,000000

Fonte: BACEN, MATRIZ DE DADOS DO CRÉDITO RURAL, Rel. 10.1, extraído em 21/04/2019

Nos seis anos citados, em todo o Brasil, a participação, somada, de pescadores, silvicultores, aquicultores, extrativistas, quilombolas e silvícolas/índigenas foi de 0,13 % dos contratos realizados e de 0,15 % dos valores financiados.

Dito de outra forma, dos quase R\$ 133 bilhões financiados nestes seis anos, apenas R\$ 201 milhões financiaram atividades agropecuárias de públicos não convencionais. E, dos mais de 9,33 milhões de contratos realizados, apenas 12,35 mil foram realizados com públicos não convencionais.

Ainda, faz-se necessário informar que o relatório do BACEN, da forma como foi extraído – somatório de 6 anos, apresenta este tipo de beneficiário “Não informado”, que parece se referir, em função dos volumes de recursos e de contratos demonstrados, a agricultores familiares com algum tipo de insuficiência na informação remetida à base de dados da Matriz de Dados do Crédito Rural do BACEN.

O mesmo relatório, quando extraído para o ano de 2018, apresenta situação muito semelhante.

Tabela 32 – PRONAF por tipo de beneficiário, 2018

PRONAF TOTAL por TIPO DE BENEFICIÁRIO, REL 10.2, 2018 - quantidade e valor dos contratos.				
TIPO de BENEFICIÁRIO	Nº CONTRATOS	VALOR TOTAL R\$ 1,00	% CONTRATOS	% VALORES
PRODUTOR RURAL, pessoa física ou jurídica	1.412.035	23.107.901.588,17	99,6366	94,8564
COOPERATIVA de PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, na condição de prestadora de serviços aos seus associados	314	1.143.754.943,81	0,0222	4,9496
Extrativista	1692	30.734.137,06	0,1198	0,1330
Aquicultor	788	30.203.022,39	0,0558	0,1307
Pescador	1573	22.427.465,13	0,1114	0,0971
PESSOA FÍSICA ou JURÍDICA, produtor de sementes mudas, sêmem para inseminação artificial e embriões	448	16.255.344,04	0,0317	0,0703
SILVICULTOR	171	6.227.398,83	0,0121	0,0269
COOPERATIVA de PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, na condição de produtor rural.	1	1.000.000,00	0,0001	0,0043
Silvícola/indígena	114	823.580,39	0,0081	0,0036
AGROINDÚSTRIA	1	208.000,00	0,0001	0,0009
PESSOA FÍSICA ou JURÍDICA da atividade de pesquisa agropecuária.	10	174.746,22	0,0007	0,0008
Quilombola rural	36	114.911,00	0,0025	0,0005
TOTAL BRASIL	1.417.185	24.360.925.137	100,0000	100,0000

FONTE: BACEN, MATRIZ DE DADOS DO CRÉDITO RURAL, elaborada pelo autor

Perceba-se que os públicos não convencionais (pescadores, silvicultores, aquicultores, extrativistas, quilombolas e silvícolas/indígenas) têm participação mínima na execução do PRONAF, 0,3 % dos contratos e 0,39 % dos valores. Dito de outra forma, no ano de 2018, de cada R\$ 100,00 financiados no PRONAF, **trinta e nove centavos financiaram públicos não convencionais**.

O que se pode pensar é que o PRONAF, apesar de todos os esforços no sentido de ampliar o leque de públicos beneficiários, parece não tê-los alcançado efetivamente. O relatório do ano de 2018 é contundente: 99,63 % dos contratos e 94,85 % dos valores foram realizados em financiamento de atividades dos beneficiários tipo PRODUTORES RURAIS, pessoa física ou jurídica.

Cabe, ainda, dizer que se somadas as participações referentes a financiamento de **cooperativas**, chegaremos a cerca de 5% dos valores contratados.

A seguir veremos as linhas de crédito rural ao amparo do PRONAF dedicadas ao financiamento de cooperativas de agricultores familiares.

2.14.5. O PRONAF para cooperativas da agricultura familiar

Da mesma forma que o PRONAF pode financiar estabelecimentos familiares, pode financiar suas cooperativas. A condição de acesso também é o Documento de Aptidão ao PRONAF, desta vez na sua modalidade jurídica, a **DAP Jurídica**.

A DAP jurídica nada mais é do que o documento que habilita cooperativas ao acesso de PRONAF, resultado da comprovação de que esta cooperativa de produção agropecuária tenha, no mínimo, 60% de seus sócios classificados como beneficiários do Pronaf e que, no mínimo,

55% da produção beneficiada, processada ou comercializada pela cooperativa seja oriunda destes associados enquadrados no Pronaf.

Nesta seção serão descritas as principais linhas de crédito ao amparo de PRONAF disponibilizadas para o financiamento de cooperativas da agricultura familiar, a saber:

1. Pronaf Cotas-Partes (Crédito para Integralização de Cotas-Partes por Beneficiários do Pronaf Cooperativados).
2. Pronaf Custeio de Agroindústria Familiar (Crédito para Custeio para Agroindústria Familiar).
3. Pronaf Agroindústria (Crédito de Investimento para Agregação de Renda).

2.14.6. PRONAF Cotas Partes - Crédito para Integralização de Cotas-Partes por Beneficiários do Pronaf Cooperativados

Esta linha é emblemática para cooperativas, pois permite que os associados capitalizem o seu empreendimento econômico, em um tipo de financiamento no qual cada associado assume o risco de parte da operação, no valor da sua cota-parte.

Operações de capitalização podem ser decisivas para cooperativas com pouco tempo de existência, que ainda não contam com patrimônio suficiente para apresentar como garantias para instituições financeiras. Funciona como o que se conhece popularmente como uma “vaquinha”, entre associados, para colocar recursos na cooperativa.

Esta linha foi lançada no Plano Safra da Agricultura Familiar 2006/07, e vem sendo aperfeiçoada desde então. Destaque-se que, em 2013, houve uma alteração substantiva, a inclusão da possibilidade de utilização dos seus recursos para a realização de saneamento financeiro.

Trata-se de uma linha de crédito rural cujo objetivo é permitir que associados capitalizem suas cooperativas, com limite individual por associado portador de Documento de Aptidão ao PRONAF(DAP) de R\$ 40 mil, e um limite global por cooperativa de R\$ 40 milhões, com prazo até 6 anos e taxas de 4,6 % ao ano.

Supondo uma cooperativa hipotética, que tenha 100 (cem) associados, depreende-se que esta cooperativa poderia acessar **até R\$ 4 milhões** com taxas de juros privilegiadas, no contexto do sistema financeiro nacional, com prazo de até 6 anos para reembolso do financiamento.

Na tabela a seguir, temos um demonstrativo da execução da linha PRONAF COTAS PARTES no Brasil. No relatório original do BACEN pode-se perceber que todos os contratos de PRONAF Cotas Partes foram na modalidade investimento (nenhum nas outras modalidades permitidas, para Custeio ou para Comercialização).

Tabela 33 - Execução da linha PRONAF COTAS PARTES, Brasil, de 2013 a 2018.

BRASIL, PRONAF COTAS PARTES, COOPERATIVAS, 2013 a 2018						
UNIDADE	FEDERATIVA	Quantidade de Contratos	Valor Total, R\$ 1,00	% do total de contratos	% do total de valores	Valor médio contratos, R\$ 1,00
SANTA CATARINA		24	275.740.000,00	44,44	62,09	11.489.166,67
PARANÁ		5	95.000.000,00	9,26	21,39	19.000.000,00
RIO GRANDE DO SUL		23	59.970.000,00	42,59	13,50	2.607.391,30
PARAÍBA		2	13.380.000,00	3,70	3,01	6.690.000,00
TOTAIS		54	444.090.000,00	100,00	100,00	8.223.888,89

FONTE: BACEN, MATRIZ DE DADOS DO CRÉDITO RURAL, Rel. 10.2, elaborada pelo autor

Chama a atenção o fato de que 52 contratos, de um total de 54 contratos, foram realizados na Região Sul. Ainda, de um total de recursos de R\$ 444 milhões envolvidos, R\$ 430 milhões ou 97 % dos recursos foram realizados nos três estados da Região Sul. Este valor médio de contrato, de R\$ 8,2 milhões, destinados à realização de investimentos, sugere que as cooperativas contratantes devam ser de médio ou de grande porte.

2.14.7. PRONAF Agroindústria

A linha de crédito rural PRONAF Agroindústria tem duas finalidades, Custeio e Investimento, cuja descrição será feita a seguir.

PRONAF CUSTEIO PARA AGROINDÚSTRIA FAMILIAR - Crédito de Industrialização para Agroindústria Familiar - Esta linha foi lançada no Plano Safra 2004/05, e seus recursos são destinados ao custeio de agroindústria familiares, tanto de pessoas físicas, empreendimento familiares rurais registados como pessoa jurídica, cooperativas singulares e cooperativas centrais. A taxa de juros é de 4.6 % ao ano, e o prazo de reembolso é de 12 meses.

Ao dizer custeio, é importante diferenciar de custeio agrícola de um agricultor, que se destina a financiar lavouras. Esta linha, como diz sua ementa, destina-se ...

ao custeio do beneficiamento e industrialização da produção, inclusive aquisição de embalagens, rótulos, condimentos, conservantes, adoçantes e outros insumos, formação de estoques de insumos, formação de estoques de matéria-prima, formação de estoque de produto final e serviços de apoio à comercialização, adiantamentos por conta do preço de produtos entregues para venda, financiamento da armazenagem, conservação de produtos para venda futura em melhores condições de mercado e a

aquisição de insumos pela cooperativa de produção de agricultores familiares para fornecimento aos cooperados; (<https://www3.bcb.gov.br/mcr/10-6>)

Na modalidade PRONAF CUSTEIO PARA AGROINDÚSTRIA FAMILIAR, em seis anos, de 2013 a 2018, em todo o Brasil, foram realizados 454 contratos, em um montante de R\$ 1,3 bilhões, e estes contratos tiveram valor médio de R\$ 2,87 milhões.

2.14.8. PRONAF para Investimento em Agroindústrias

Denominada Crédito de Investimento para Agregação de Renda, a linha de crédito Pronaf Agroindústria existe desde plano safra de 2004/2005 e seus recursos são destinados à realização de investimento nas agroindústrias familiares, tanto de pessoas físicas, empreendimento familiares rurais registrados como pessoa jurídica, cooperativas singulares e cooperativas centrais.

Esta linha de crédito tem algumas particularidades muito importantes. Permite que:

1 - o contratante financie também capital de giro associado ao investimento, limitado a 35% do valor financiamento para investimento; 2 - até 30% (trinta por cento) do valor do financiamento possa ser destinado para investimento na produção agropecuária objeto de beneficiamento, processamento ou comercialização; 3 - até 15% (quinze por cento) do valor do financiamento de cada unidade agroindustrial possa ser aplicado para a unidade central de apoio gerencial, no caso de projetos de agroindústrias em rede, ou, quando for o caso de agroindústrias isoladas, para pagamento de serviços como contabilidade, desenvolvimento de produtos, controle de qualidade, assistência técnica gerencial e financeira.

E esta linha de crédito tem como limite o montante de até R\$ 30 milhões, prazo de reembolso de até 10 anos incluindo até 3 anos de carência e taxas de juros de 4,6 % ao ano. Em seis anos, 2013 a 2018, a linha Pronaf agroindústria para investimento realizou 1.631 contratos para cooperativas, no valor total de R\$ 845 milhões.

Tabela 34 – PRONAF AGROINDÚSTRIA destinado a Investimento, 2013 a 2018.

BRASIL, PRONAF AGROINDÚSTRIA, COOPERATIVAS, INVESTIMENTOS, 2013 a 2018				
Faixa de Valores	Qtd. Contratos	Valor Total	% contratos	% valores
Até 10.000,00	298	1.489.312,02	18,27	0,18
10.000,01 a 20.000,00	227	3.429.539,61	13,92	0,41
20.000,01 a 30.000,00	145	3.656.217,01	8,89	0,43
30.000,01 a 50.000,00	349	14.353.356,21	21,40	1,70
50.000,01 a 100.000,00	260	19.578.896,48	15,94	2,32
100.000,01 a 200.000,00	163	23.030.762,48	9,99	2,72
200.000,01 a 300.000,00	20	4.920.422,19	1,23	0,58
300.000,01 a 500.000,00	22	8.671.234,37	1,35	1,03
500.000,01 a 1.000.000,00	24	17.756.088,61	1,47	2,10
1.000.000,01 a 2.000.000,00	39	56.451.619,77	2,39	6,68
2.000.000,01 a 3.000.000,00	15	35.659.640,34	0,92	4,22
3.000.000,01 a 5.000.000,00	24	94.610.367,45	1,47	11,19
Acima de 5.000.000,00	45	562.105.719,54	2,76	66,47
Total	1.631	845.713.176,08	100	100

FONTE: BACEN, MATRIZ DE DADOS DO CRÉDITO RURAL, Rel. 7.2, elaborada pelo autor

Perceba-se que os menores contratos, estrato de valores de até R\$ 10 mil, foram em número de 289 contratos, ou 18,27% dos contratos, e absorveram 0,18% dos valores. Ainda, tiveram um valor médio de R\$ 4.997,00, ou cinco mil reais. De outro lado, no estrato superior - contratos com valores acima de R\$ 5 milhões, foram realizados 45 contratos, ou 2,76 % do total destes, que absorveram 66,47 % dos recursos contratados nestes 6 anos em tela, e tiveram valor médio de R\$ 12.491.000,00, ou R\$ 12,5 milhões, valor médio **2.500 vezes (duas mil e quinhentas vezes) maior** que os contratos do estrato de contratos com valor de até R\$ 10.000,00.

Cabe destacar que **todas as cooperativas que possuem DAP Jurídica** estão formalmente habilitadas ao acesso de financiamentos da linha PRONAF Agroindústria.

Mas, ao que parece, a imensa maioria das cooperativas de crédito rurais integrantes do campo político da AF não financiaram as suas parceiras cooperativas de produção. Este autor, em recente consultoria realizada para a FAO, durante o ano de 2016, que tratou, justamente, da questão do financiamento e da capitalização de cooperativas. Os resultados apontaram para uma situação inusitada: as cooperativas integrantes do campo político da agricultura familiar - campo que durante anos lutou pela construção de políticas públicas adequadas para agricultores familiares para suas cooperativas, praticamente não acessaram PRONAF para cooperativas.

Informações obtidas com as CRESOL, as cooperativas de crédito rural integrantes do CPAF deram conta que estas cooperativas de crédito rural pouco financiaram suas parceiras cooperativas de produção também integrantes do campo político da AF.

Na Cooperativa Central de Crédito Rural SICOPER, integrante do Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito Rural, com sede em Passo Fundo, RS, que congrega 28 cooperativas singulares de crédito rural, tem dentre seu quadro de associados 48 cooperativas de produção, havia registro de apenas uma operação de crédito para cooperativa, no caso uma operação de PRONAF Agroindústria.

Na Cooperativa Central de Crédito Rural CRESOL CENTRAL SC/RS, também integrante do Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito Rural, com sede em Chapecó, SC, que congrega 37 cooperativas singulares de crédito rural, e tem dentre seu quadro de associados 17 cooperativas de produção, também havia o registro de apenas uma operação de crédito para cooperativa, também uma operação de PRONAF Agroindústria.

E cooperativa central de crédito rural CRESOL BASER, também integrante do Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito Rural, com sede Francisco Beltrão, PR, que congrega 76

cooperativas singulares de crédito rural, e tem dentre seu quadro de associados 15 cooperativas de produção, não realizou nenhuma operação de PRONAF para cooperativas com suas cooperativas de produção associadas.

Dito de outra forma, o campo político não conseguiu aproveitar ou beneficiar-se das excelentes linhas disponíveis. E mesmo as CRESOL, as cooperativas de crédito rural integrantes do CPAF não financiaram suas parceiras. A saber, a CREHNOR foi extinta no ano de 2017.

2.14.9. O financiamento da produção de leite, o PRONAF Custeio Pecuário

Cabe esclarecer que os relatórios de PRONAF destinados ao financiamento de atividades pecuárias, tanto Custeio Pecuário como Investimento Pecuário, disponíveis na Matriz de Dados do Banco Central do Brasil permitem desagregação para diversos tipos de pecuária, como avicultura, suinocultura, bubalinocultura, cunicultura, por exemplo, e para bovinocultura. Ocorre que bovinocultura pode se referir tanto à bovinocultura de corte como de leite, tornando impossível saber o que interessa a este estudo, financiamento do PRONAF para a atividade de produção de leite.

Isto posto, veremos a seguir um relatório de PRONAF Custeio obtido com a CRESOL SC/RS, central de cooperativas que agrega 30 cooperativas singulares e concentra suas atividades nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em que há a desagregação por atividades, inclusive para a produção de leite.

O relatório obtido contém 232 linhas, e faz referência a centenas de atividades que foram financiados por PRONAF Custeio ao longo de 13 anos, 2006 a 2018, pelas cooperativas singulares integrantes da Central. Em 117 linhas da planilha, cada um com uma atividade distinta, consta a informação da realização de 10 contratos ou menos de 10 contratos e, em 49 linhas consta um contrato, de atividades diversas, em 13 anos.

Tabela 35 – CRESOL SC/RS – custeio agrícola e pecuário, 2006 a 2018, atividades selecionadas.

CRESOL SC RS, PRONAF CUSTEIO, AGRÍCOLA e PECUÁRIO, ATIVIDADES SELECIONADAS, 2006 a 2018					
ATIVIDADES CUSTEADAS	VALOR, R\$ 1,00	CONTRATOS	VALOR MÉDIO	% RECURSOS	% CONTRATOS
TOTAL	2.114.793.797,59	191.475	11.044,75	100,00	100,00
LEITE	523.785.191,08	36.301	14.428,95	24,77	18,96
MILHO	445.844.371,73	55.069	8.096,10	21,08	28,76
SOJA	390.316.283,62	27.357	14.267,51	18,46	14,29
TRIGO	115.751.636,10	7.399	15.644,23	5,47	3,86
ARROZ	54.083.860,40	2.128	25.415,35	2,56	1,11
FEIJÃO	8.344.297	1.580	5.281,20	0,39	0,83
TOTAIS	1.538.125.639,87	129.834	11.846,86	72,73	67,81

FONTE: CRESOL SC/RS, elaborada pelo autor.

O que se pode depreender da tabela anterior é que a atividade leiteira foi a atividade mais financiada pelas 30 cooperativas de crédito rural filiadas à CRESOL CENTRAL SC/RS, com cerca de 25% dos recursos realizados. Do total de R\$ 1,54 bilhão contratado em Pronaf Custeio, R\$ 523 milhões couberam à atividade leiteira. E que o conjunto das atividades listadas na tabela anterior, sete atividades, ficaram com 75% dos recursos contratados nestes 13 anos.

Cabe destacar algumas questões, do foi possível perceber nesta seção que o PRONAF, provavelmente o mais importante instrumento de política pública dedicado à agricultura familiar.

Primeiro, desde sua origem, o PRONAF tem sido um tanto “sulista” na sua execução.

Segundo, financia cada vez mais *commodities* agrícolas destinadas à exportação, como a soja, ou associadas a exportação, no caso de carnes, que é o caso do milho, e cada vez menos comidas, como a mandioca e o feijão.

Por fim, pouco ou nada alcançou aqueles públicos não convencionais, como pescadores, silvicultores, aquicultores, extrativistas, quilombolas e silvícolas/indígenas.

3. A TRAJETÓRIA DAS COOPERATIVAS DA AF

Neste capítulo abordaremos a trajetória das CLAFs, à luz do conceito de *path dependence*, e das entrevistas realizadas, e de informações sobre a CLAFs, obtidas no transcorrer da pesquisa.

Antes de tudo, cabe repetir o que são cooperativas da AF. A rigor, desde o ano de 2006 qualquer cooperativa que tiver 60% ou mais de associados pronafianos no seu quadro social estão habilitadas para obter um Documento de Aptidão ao Pronaf para pessoa jurídica, uma DAP Jurídica. Algumas cooperativas de grande porte, como por exemplo, a COSULATI, de Pelotas, RS, ou a Languirú, de Teutônia, também no RS, podem se apresentar publicamente como sendo uma cooperativa de agricultores familiares e, efetivamente o são, do ponto de vista normativo, conforme o que definiu a Lei nº 11.325 de 24 de julho de 2006.

A lei definiu estabelecimentos familiares e estabeleceu as regras para obtenção de DAP Jurídica o que permite o acesso a financiamentos ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar, o PRONAF e para acessar outras políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, o PAA, e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, o PNAE.

A saber, a maioria, senão a totalidade, das cooperativas de produção agropecuária do Rio Grande do Sul, quiçá da Região Sul, possui DAP Jurídica. Mas, via de regra, não se denominam da AF ou, dito de outra forma, não tem no seu nome esta expressão, que é uma expressão de uso mais recente. As cooperativas mais antigas costumavam se denominar de outra forma – vinícola, tritícola, agrícola, de suinocultores, arroseira, de lã, mista, agropecuária, etc.

Também cabe repetir as principais categorias elencadas para a realização das entrevistas, cuja síntese será exposta no transcorrer deste capítulo. Como já foi dito na introdução, inclusão e sustentabilidade são as categorias centrais, e foram analisadas à luz da *path dependence*, portanto, sempre levando em conta: *conjuntura crítica*, com bifurcação e nova trajetória, rendimentos crescentes e *lock in*, ou fechamento por dentro.

Por fim, cabe destacar que nem sempre foi possível obter dados sobre as organizações que centralizavam as CLAFs. Algumas já não existem mais, como é o caso da COORLAC e da ASCOOPER, e o SISCLAF mudou o software de gestão há poucos anos, e as informações que vinham sendo gerenciadas pelo antigo software foram perdidas. No caso do SISCLAF, foi possível obter algumas informações a partir do ano de 2015.

A seguir, sempre tratando da trajetória da CLAFs, serão apresentadas as chaves de compreensão à luz da *path dependence* – as categorias conceituais e os depoimentos

3.1. A origem das CLAFs e o processo de inclusão

Como já relatado, este grande campo de cooperativas orientou-se pela constituição de cooperativas de pequeno porte, com atuação municipal ou local, democráticas, dirigidas pelos próprios agricultores, orientadas para a inclusão e para a manutenção dos agricultores menos viáveis. Desta forma, estava delineada **a opção por uma determinada trajetória**.

Sobre isto, Ari de David, engenheiro agrônomo que participou tanto do processo de criação da cooperativa central COORLAC, quando da extinção da estatal CORLAC, no Rio Grande do Sul, entre os anos de 1992 e 1993 como, a seguir, da criação do sistema SISCLAF no Paraná, como assessor ligado à ASSESSOAR.

Ao apresentar-se, Ari diz:

Nos anos 80 havia uma crise no cooperativismo tradicional e ressurgiu o debate sobre o cooperativismo de leite da agricultura familiar. No Paraná construímos as cooperativas de leite da agricultura familiar, as CLAFs, e em seguida, surgiu o SISCLAF.

A ASSESSOAR, ONG que tinha com centro de seu trabalho a construção de um modelo de desenvolvimento alternativo com agricultores e movimento sindical, “em um debate de contestação do modelo da Revolução Verde...um grande movimento baseado no associativismo, que depois resultou em um projeto cooperativista.

Depois voltei ao RS para participar do processo de cooperativa da estatal CORLAC, nos anos 90. Nos primeiros anos da década de 1990 surgiram as CRESOL...

Perguntado se havia uma crítica às grandes cooperativas, a cooperativas ditas tradicionais, dentre os integrantes do campo que deu origem às CLAFs, Ari de David segue:

Aquele distanciamento da alta cúpula da cooperativa de sua base social...das decisões da cooperativa em relação a base social... a COTREL (Erechim) tinha quase 40 mil associados...não tinha mecanismo de dialogar com o associado, cooperativas atendiam mal, não tinha nada preparado...o cooperado era associado porque era sua praticamente a única alternativa.

Gervásio Plucinski, ao referir-se a origem das CLAFs, relata que começou sua militância...

...na pastoral da juventude e, em 1986 e 87, criaram a Pastoral Rural, e fui militar na PR. Quando emancipou o município e este grupo puxou a fundação de um sindicato, em Áurea, numa assembleia de 1.240 pessoas, salão paroquial cheio, eu fui eleito presidente, tinha 25 anos, um processo muito bonito, apoiado pela Igreja. Este processo acompanhou a emancipação de muitos pequenos municípios da região - a cada emancipação poderia criar um novo STR. Gerou no início dos anos 90, um grande grupo de sindicatos combativos na região, e o debate era que nós tínhamos que atuar no econômico e criar cooperativas. Mas este debate estava muito inicial quando o governo anunciou a privatização da estatal CORLAC. Nós nos

posicionamos contra, e o governo aceitou fazer a cooperativização e então no dia 31 de maio de 93 nós criamos a COPERAL por 17 municípios, para assumir a unidade de Erechim, a COOPASUL, de Campinas do Sul, a COOPerval de Erval Grande e a COPERAL de Aratiba, todas para assumir as respectivas unidades da estatal.

A criação das cooperativas foi muito pensada no social, e no político, menos no econômico. Eu acabei sendo presidente, ninguém topou... em junho já começamos a recolher leite, 1.700 produtores... só que a gente não entendia nada.

Olavo Gheidini, ex presidente da ASCOOPER relatou que ...

Tinha dado uma crise no leite, o pessoal estava comercializando o leite a 14 centavos e havia cooperativas pagando 28 centavos. Aí começamos a organizar cooperativas. As primeiras foram criadas em 1998, depois veio Marema, Coronel Martins, Jupιά, Formosa do Sul e criamos uma associação, e vieram outras, de tendências políticas diferentes.

Mario Farina disse que participa desde a criação das cooperativas, que na época ...

...havia um debate no departamento rural da CUT e aí, em 1993 veio o tema da cooperativização da CORLAC, aí criamos a COPERAL, em Erechim, COOPerval em Erval Grande, a COOPAL em Aratiba, a COOPASUL em Campinas do Sul, e a COOPAC em Constantina, e a COCEL Cooperativa Central Alto Uruguai. Havia muita disputa neste processo, nós não sabíamos se teríamos controle sobre processo, havia grandes cooperativas, as tritícolas, como a COTRIGO...

3.1.1. A inclusão e os rendimentos crescentes, os feed backs positivos

Após sua criação, passaram a incidir os rendimentos crescentes, diretamente ligados ao processo de inclusão. Ari de David, perguntado se a inclusão era uma bandeira das cooperativas, disse:

...se tu olhares... o surgimento do Sistema Cresol, é justamente para inclusão daqueles agricultores que não acessavam o crédito rural no Banco do Brasil, foram anos de luta... e o surgimento das CLAFs foi justamente no sentido de incluir aqueles agricultores que vinham sendo desligados pelas grandes empresas... as empresas só aceitavam aqueles que tinha um patamar de produção...Era isto que animava o cooperativismo de leite, nos reuníamos aqueles agricultores que produziam pouco, 40 ou 50 litros, que as empresas não queriam mais, não valia a pena, o custo, além do problema da qualidade... alguém precisava, se aproximar, incluir ele...este era o centro do debate.

Gervásio Plucinski, ex presidente da COORLAC, atual presidente da UNICAFES/RS, reforça o que já foi relatado, sobre inclusão:

Eu sou pequeno agricultor de Centenário, trabalhei na lavoura até os 26 anos, por aí, e comecei a minha militância na pastoral da juventude....Quando emancipou o município e este grupo puxou a fundação de um sindicato, em Áurea, numa assembleia de 1.240 pessoas, salão paroquial cheio, eu fui eleito presidente, tinha 25 anos, um processo muito bonito, apoiado pela Igreja. Este processo acompanhou a emancipação de muitos pequenos municípios da região - a cada emancipação poderia criar um novo STR.

A criação das cooperativas foi muito pensada no social, e no político, menos no econômico. Eu acabei sendo presidente, (já que...) ninguém topou... em junho já começamos a recolher leite, 1.700 produtores... só que a gente não entendia nada.

Conforme Mario Farina, *este grupo aqui, no Alto Uruguai, eram mais de 3 mil associados.*

Esta opção por uma determinada trajetória implicou, para contrapor à trajetória das cooperativas tradicionais, em uma espécie de **privilegiamento do associado**. Era fundamental dentro do movimento cooperativista alternativo, produzir uma distinção clara com aquelas cooperativas ditas “tradicionais”, que teriam privilegiado a patrimonialização e ou capitalização em detrimento dos associados.

E, mesmo que este “privilegiamento do associado” possa ter acontecido com variações de forma, sempre implicou, em alguma medida, em renunciar a processos de patrimonialização ou capitalização e de inserção em mercados.

No caso da COORLAC, o privilegiamento do associado apareceu, inicialmente, de forma muito peculiar, a direção da cooperativa passou a pagar o leite em dia, já que o Estado do Rio Grande do Sul, ex proprietário, atrasava pagamentos.

Gervasio Plucinski relata que *...nós assinamos um compromisso de pagar o leite no 5º dia útil de cada mês, o grande problema era que a estatal demorava até 60 dias para pagar. No primeiro mês, 1.700 notas e 1.700 cheques, tudo à mão, tivemos que fazer um mutirão. Nós entregávamos o leite para o Estado, e no quinto ou sexto mês, o estado não pagou, foi um problema. Nós fomos buscar dinheiro emprestado nos sindicatos, eu e dois diretores penhoramos as nossas terras e fizemos um financiamento em banco, para pagar o leite do mês.*

A saber, Central COORLAC chegou a abrigar 24 cooperativas e mais de 6 mil associados no início dos anos 2000.

No caso da ASCOOPER, de Santa Catarina o mote para a aproximação de novos associados, e sua inclusão, foi o preço pago, que chegou a ser o dobro que se praticava no mercado

Olavo Gheidini, técnico em agropecuária ecológica, bacharel em Sociologia, mestre em Agroecossistemas, ex dirigente da ASCOOPER, relata que *tinha dado uma crise no leite, o pessoal estava comercializando o leite a 14 centavos e havia cooperativas pagando 28 centavos. Aí começamos a organizar cooperativas. Depois, fortalecer o instrumento (a cooperativa), para mudar o sistema produtivo... a porta de entrada era igualdade de preço (entre os produtores associados) e o preço maior... Aí começamos a organizar cooperativas. As primeiras foram criadas em 1998, depois veio Marema, Coronel Martins, Jupiá, Formosa do Sul e criamos uma associação.*

A ASCOOPER chegou a representar 14 cooperativas, até deixar de realizar suas atividades, no ano de 2017.

No caso do SISCLAF a aproximação com novos associados também foi influenciada pelo preço pago. AD relata que *era discurso e tal, agora vamos distribuir renda pagar mais 5 centavos... Os diretores navegavam de braçada, carro novo, iam na rádio e diziam nós pagamos*

4 centavos a mais e no mês seguinte enchia de agricultores para a se associar...até o leiteiro (motorista do caminhão que recolhia o leite) trazia novos associados...

O SISCLAF chegou a ter, no ano de 2009, 27 cooperativas associadas. (RIPPEL 2016, p.139)

O crescimento do número de associados da Cooperativa Mista de Pequenos Agricultores da Região Sul, COOPAR, serve de exemplo. Criada no ano de 1992, no município de São Lourenço do Sul, por 41 agricultores familiares, no ano de 2005 já contava com 1.600 associados.

Perceba-se os rendimentos crescentes, ou *feed back* positivos aparecem na forma de preço pago em valores maiores que os praticados pelo mercado local ou regional e, também de pontualidade no pagamento, permitindo que as cooperativas agreguem novos associados ao seu quadro social. Os retornos positivos são aqueles resultados que informam a correção de uma determinada opção e geram um sentimento de que, “*não se mexe em time que está ganhando*”, como já foi dito.

3.2. A sustentabilidade - A questão da estrutura de capital, reservas e sobras e a questão da qualidade

Para melhor compreender a questão da capitalização é importante perceber que não se trata de preconizar que estas cooperativas de leite do campo da AF, as CLAFs, viessem a se comportar como as cooperativas consideradas tradicionais, que buscassem constituir grandes patrimônios, e mais que isto, que o fizessem às custas de recursos dos associados. Mas, sim, se trata de perceber que qualquer empreendimento econômico – uma padaria ou um restaurante, deveria contar com alguma reserva de capital para fazer frente a qualquer adversidade ou contratempo e que também, permitisse fazer pequenos investimentos eventualmente necessários para o bom andamento do negócio.

Ari de David, ao tratar o tema da Capitalização das cooperativas integrantes do sistema SISCLAF relata *...Eu tinha 28, 29 anos...quando a gente começou a fazer o projeto do Sisclaf, no Paraná...eu já tinha participado do projeto da CORLAC no RS, as cooperativas viram (perceberam) uma mina de ouro, para um diretor sindical que nunca via dinheiro, de repente ele estava sentado num monte de 2 milhões de reais por mês para pagar...era discurso e tal, agora vamos distribuir renda pagar mais 5 centavos... e eu batia naquele conselho, gente a crise vai vir...porque eu tinha vivido no RS este sofrimento é fundamental a gente montar uma gordura, um colchão administrado pelo conselho... por que eu olhava lá no Paraná como é que as cooperativas grandes faziam, tem os momentos bons e elas poupavam para épocas de crise. Eu dizia, vamos pagar o que o mercado paga...O mercado pagava 3,4 centavos a menos...mas como o discurso político...eu dizia, vocês vão ser picado pelo próprio veneno, vamos fazer uma*

reserva, quando vier a crise os laticínios vão comer a base das cooperativas fez um boom do cooperativismo, mas um boom insustentável...fazer reserva, como as CRESOL faziam...

A integralização (de capital social) tem um sentido...as cooperativas de leite não capitalizavam, movimentavam um fortuna e não capitalizavam, mas o associado pressionava o conselho para pagar mais...para não capitalizar, para repassar tudo, todo o mês os caras distribuía tudo, aí fechava o mês em zero, aí a primeira crise que dá...tudo quebra. Deu problema na Cresol, no BB...

As CLAFs optaram por repassar toda a renda do leite para os associados. A saber, isto acontece da seguinte forma: Se o leite coletado pela CLAF é vendido por R\$ 1,00, a CLAF retira um percentual, geralmente baixo para fazer frente às suas despesas administrativas, e nada mais. Não faz mais nenhuma retenção, como forma de criar alguma reserva financeira.

Por fim, no caso de haver sobras, estas costumavam ser repassadas aos associados quando da realização das assembleias gerais ordinárias.

Gervásio Plucinski ao tratar de sobras, diz que ... *para nós dizermos, tivemos um ano ou dois grandes resultados, com folga, sobras, nunca tivemos... andamos sempre ... quando conseguia empatar, soltava foguete, terminar em zero, era bom.*

Olavo Gheidini sobre estrutura de capital, sobras e reservas diz que...

A gente tinha que ficar se matando para conseguir uns projetos não reembolsáveis para pagar salário de funcionários. As cooperativas não apoiavam a sua associação. E havia um puxa e empurra na ASCOOPER, cada mudança de direção, mudava orientação. As compras coletivas eram assim, elas não fortaleciam a central, era desgastante. Os dirigentes não eram assalariados, este era um problema, mas se você fizesse a retenção de valor, aí havia uma não compreensão... porque o único jeito de segurar o agricultor era o dinheiro, uns 10% estava aí por uma compreensão política da necessidade de ter uma cooperativa, o resto estava pelo interesse econômico só.

A não capitalização não aconteceu por uma pressão da própria base, não foi uma opção estratégica ... se você fosse capitalizar, você ia tirar dinheiro do pagamento do leite, aí o cara dizia...se continuar assim, no mês que vem saio da cooperativa.

Já Fábio Bender, da COOPAR, de São Lourenço do Sul, RS, sobre este tema da estrutura de capital, diz que a COOPAR, de forma aparentemente distinta, costuma produzir sobras, e incorporá-las ao capital da cooperativa quando da realização da assembleia geral... *Não, não há retenções. R\$ 145 milhões de faturamento no ano passado, este ano vai ser R\$ 160 milhões. No ano passado sobrou 6 milhões, que foi retida, não há distribuição de sobras, a direção argumenta na assembleia (sobre a necessidade de incorporação das sobras ao capital da cooperativa).*

Ainda, referindo-se ao tema da capitalização, Fábio Bender diz que ...*a gente tem feito muitos investimentos, mas o grau de endividamento é pequeno, usa FINAME, por exemplo. Estamos pensando em uma nova indústria...já adquirimos uma área de 17 hectares, um investimento de até 30 milhões, mas estamos segurando, a situação está difícil. Nós estamos atentos à situação, há muito desemprego, o fim do polo naval, eu chego a receber 5 currículos por dia, tem soldador...*

Mario Farina, diretor da AGRICOOP, que agrega três cooperativas remanescentes da ex COORLAC, sobre capitalização, sobras e retenções:

No ano de 2018, tivemos prejuízo. A estrutura acaba onerando.

Por fim, Alexandre Mendonça, ex presidente da COPASUL relata que, em decorrência da Operação Leite Compensado, a COPASUL terminou com dívidas de quase R\$ 4 milhões, resultado de balanços negativos nos anos de 2014 e 2015. Não havia reservas de capital, a COPASUL terminou entrando em liquidação no ano de 2018.

3.2.1. A qualidade

O leite, como qualquer alimento, deve ser produzido a partir de mínimos de qualidade biológica. A época, no ano de 2002, o Ministério da Agricultura editou a Instrução Normativa 51/56 (IN 51/56), uma normativa que tratava de regular as condições sanitárias sob as quais o leite era produzido e, quiçá, criar condições para que o leite brasileiro pudesse ser exportado.

Sobre qualidade, os entrevistados disseram que:

Ari de David diz que...

*... sabíamos que nosso leite tinha problemas...era um dilema, porque nós tínhamos indústria na época (COORLAC) o leite chegava coagulado na plataforma de Taquara, o leite em pó ficava azedo, Erechim o leite chegava coagulado...o pessoal que veio da igreja e da área sindical se preocupava com a exclusão, além daquele problema da água no leite, tinha bastante, havia o problema do leite de péssima qualidade, que tinha bastante disto, mas nós temos indústria na mão, então nós precisávamos no preocupar com qualidade...**o leite em pó não passava na venda em São Paulo, muito leite em pó voltou...** porque não passava na qualidade, a nossa marca (CORLAC) vai sofrer... a preocupação de não excluir, mas a preocupação da qualidade... foi intenso, muito grande, balançou tudo...*

Gervásio Plucinski diz que *nós tínhamos que evoluir, a gente tinha muitos problemas de qualidade no nosso produto.*

A questão que fica, é que a qualidade é central para a inserção em mercados, mesmo que para uma cooperativa fornecedora de matéria prima – leite cru, para outros laticínios, o que foi, e ainda é o caso da maioria das CLAFs. A qualidade do leite impacta o rendimento industrial. É possível fazer um quilo de queijo com 9 litros de leite de boa qualidade, mas pode ser necessário 11 litros de leite de qualidade menos para fazer o mesmo quilo de queijo.

Cabe, a reforçar o problema da qualidade, o fato de que foram descobertas fraudes no leite da COPASUL e da ASCOOPER, o que resultou em prisão de dirigentes. A fraude, neste caso, era a adição de conservantes não permitidos.

3.2.2. O campo político da AF – a instrução normativa e suas consequências

Ao recorrer à noção de campo político, no caso o campo político da agricultura familiar, o que se pretende é entender como acontecia o processo de governança das CLAFs. Este campo político da agricultura familiar, CPAF, se estruturou a partir do III Grito da Terra, ocorrido no ano de 1996, se estruturou a partir de sindicatos de trabalhadores rurais filiados à CUT Rural, ONGs de assessoria, cooperativas de crédito rural e cooperativas de produção agropecuária dedicadas a produção de leite.

Os depoimentos de alguns entrevistados configuram a existência de espaços comuns de decisão sobre questões centrais para este campo. O campo político, de Bordieu, apresenta alguns elementos centrais. Um campo político é um espaço de disputa de poder, é um espaço onde se joga um jogo, e é constituído por agentes, instituições, regras, e estas regras e instituições compõem que o Bordieu denomina *habitus*.

Para Bordieu, campo político é um *microcosmo, isto é um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social*” ...há uma gênese do campo político uma história social do nascimento do campo político”. (BORDIEU, 2011 p. 195).

Bordieu também relata que o funcionamento dos campos tende a produzir uma espécie de fechamento, da mesma forma que os institucionalistas históricos relatam a ocorrência de *lock in*, ou o travamento por dentro da instituição, na medida em que ocorre a autonomização do campo.

A inclusão era um tema central para este campo político, a inclusão de agricultores familiares nas suas organizações como o elemento de disputa, tanto em relação à CONTAG, como com o MST e o MPA.

Houve momentos em que o tema da **qualidade** motivou disputas internas CPAF. Havia divergências entre as direções das CLAFs, que percebiam a necessidade de selecionar produtores – selecionar neste caso implicaria, quase sempre em excluir do quadro social, e os setores sindicais, que pressionavam na direção contrária, tensionando para que as cooperativas continuassem a incluir novos associados.

Ari de David, referindo-se ao comportamento do campo político nos temas da inclusão e qualidade - *Havia o Fórum Sul do leite...havia o debate, era muito importante o tema da exclusão, havia no Paraná, o SISCLAF a ASCOOPER em SC e a COORLAC no RS. Tu tinhas um público muito desigual na base, tinha o pequeno, e o pequenininho. E tinha... o associado entregava o leite bom para a Nestlé e o leite ruim para CLAF... Qualquer debate,*

não andava, a FETRAF queria que recolhesse tudo...até aqueles caras que botavam água, era mais ideológico, era companheiro, você começa confundir o processo, era leite ruim, mas o cara era companheiro...Tu entendes, porque a NESTLÉ e a BRF selecionavam, elas sabem que é que não é... e eu dizia que a gente recolhia tudo que era branco...

Gervasio Plucinski, também referindo-se ao comportamento do campo político nos temas da inclusão e qualidade - *Mas...que temos que salvar todo mundo, e isto vinha para dentro das cooperativas, e tinha o Fórum Sul, conversava, debatia, e influenciado pelo movimento sindical ...quando começa a apertar na qualidade, a gente perdeu muitos companheiros dirigentes, porque o leite dos companheiros não passava na qualidade. Aí começa uma briga, quando precisava da gente para fazer frente (refere-se à necessidade do movimento sindical fazer a defesa da CLAFs)...agora não vai mais levar meu leite...Os caras ficavam loucos, muitos deixaram...tinha um caso...um dirigente...o leite vinha com muita água, o cara punha água no leite, flagramos isto, 5 litros de água no tarro. E tu vais perdendo parcerias...*

Olavo Gheidini – sobre as disputas internas ao CPAF, relata que *mas a APACO sempre foi muito visada, disputada. Havia um grupo, da (Nome) que queria manter a APACO independente, no sentido de ela ser um fomentador de produção diferenciada, produtos ecológicos... e a FETRAF, que queria fazer uso da APACO como bandeira dela, e eleger deputado (cita um nome).*

Esta disputa desgastou muito, esta disputa de Fetraf versus a organização autônoma das cooperativas, mas não tendo que assumir uma bandeira de uma pessoa dentro de um partido (nomina). Eu fui muito perseguido por isto, eu era contra, mas o trabalho que eu tinha era muito sustentável junto às cooperativas...O grupo mais ligado à FETRAF tentava enfraquecer a ASCOOPER. Eram 18 cooperativas com cerca de 140/150 sócios cada cooperativa. A ASCOOPER já fazia compras coletivas, de insumo, marca de sal mineral, leite com SIF, convênios com UFSC, certificação de sementes orgânicas. E eles queriam levar tudo para Chapecó, não queriam que constituíssemos as coisas aqui. Nós (ASCOOPER) fazíamos a captação de recursos, como PRONAF território, custeio para formação... e aí dividíamos entre as cooperativas associadas...Nós tínhamos um movimento muito grande e tinha muita gente, no campo político partidário, querendo ser o pai...

Wilson Alba dirigente da FETRAF SUL tem uma percepção distinta sobre a ação enquanto campo político: *Na época, o nível de conflito era menor, a base de tudo foi o sindicato. Um marco um divisor de águas, quando nós estávamos criando da Frente Sul, o racha da CONTAG, 1998, uma turma voltou para FETAG, outra criou o MPA e outra ficou na Frente Sul e criou a FETRAF. O fórum sul da CUT, o DESER, e a CRESOL BASER... faltou a capacidade de dialogar com um projeto nacional, ainda governo FHC. A dificuldade de fazer um debate sobre um projeto de desenvolvimento e a dificuldade de estabelecer qual era o papel das organizações, dos sindicatos, das CRESOL das cooperativas de produção. Nós tínhamos uma boa elaboração, mas uma dificuldade de implementação. Nós não conseguimos fazer como o MST, que centralizava a ação, nós nunca conseguimos. As CLAFs? Lá no paraná tinha uma rede de cooperativas, o Sisclaf, com muita dificuldade, em SC também muita dificuldade, tá muito, muito fragilizado. Há poucos...o pessoal não consegue sentar e estabelecer uma estratégia articulada.*

Mario Farina - *era complicado, se fazia bons planejamentos... por exemplo, na área da qualidade, mas as cooperativas não seguiam o combinado...as cooperativas de crédito fazem isto, operam em conjunto, as de produção nunca fizeram isto, se jogavam à autonomia... As*

cooperativas sempre procuraram envolver os agricultores para que crescessem, no caso da IN 51/56 em meados de 2000, mas, nem todos são vocacionados. Havia um debate, havia todas as linhas de Pronaf, havia como fazer investimento nas propriedades. Houve conflito das cooperativas com o sindicato, nós entendíamos que ele deveria fazer as melhorias que precisavam ser feitas para se manter na atividade, não só combater a normativa...para produzir leite você tem que ter uma escala mínima, havia uma certa utopia, que um agricultor com 10 litros por dia iria ser viável.

Portanto, sobre o tema da qualidade, diretamente relacionado a inclusão ou exclusão, havia um dilema interno ao CPAF. Não selecionar terminou impondo consequências. Ocorre que alguns produtores mais capitalizados das CLAFs terminaram adquirindo os resfriadores modernos, fizeram a troca para a nova tecnologia de resfriamento, que era mais vantajosa e permitia a sua adequação às normas da IN51/56.

3.3. A IN 51/56 e o *lock in* ou o fechamento por dentro

As consequências deste dilema envolvendo inclusão e seleção interna, ou exclusão apresentou-se de forma mais evidente justamente quando do surgimento da IN51/56.

A IN51/56, no ano de 2002, previa um período de implantação de 5 anos, uma transição para que os agricultores pudessem fazer os ajustes necessários, ou, melhor dito, o ajuste, já que se tratava, essencialmente, de resfriar adequadamente o leite na propriedade e assim, diminuir os índices de contagem bacteriana total, CBT, e de contagem de células somáticas, CCS, a saber os dois principais indicadores de qualidade de leite. Para tanto, o ajuste consistia em adquirir um tanque resfriador por expansão para substituir os antigos resfriadores por imersão de tarros (um tanque de água fria no qual os tarros eram imersos).

Esta substituição era vantajosa. Esta troca reduziria consideravelmente o gasto de energia elétrica, o leite seria melhor conservado, e poderia ser melhor remunerado e, o que é mais importante, haveria em média, redução de pelo menos uma hora por dia de trabalho penoso, com os tarros – carregar tarros de 25 ou de 50 litros, lavar tarros, etc., trabalho este, diga-se de passagem, sistematicamente realizado pela mulher.

Ocorre que alguns produtores associados das CLAFs investiram nos resfriadores por expansão e adequaram-se às normas da IN51/56, e passaram a perceber um problema, no seu dia a dia.

Para melhor entender este problema, faz-se necessário recorrer a um exemplo, hipotético. Tomemos o caso da CLAF Y, que atua no mesmo território produtivo da COOP X, uma cooperativa “tradicional”. A COOP X decidiu impor aos seus produtores a troca de equipamentos de resfriamento, e a CLAF Y não.

Os produtores associados a estas cooperativas costumam se conhecer, podem ser amigos, vizinhos, parentes. Durante o processo diário de coleta do leite da CLAF Y pode ter acontecido uma situação indesejada para aqueles produtores que adquiriram os resfriadores “modernos”. As produções, de leite, de vários produtores eram coletadas pelo mesmo caminhão, na linha do leite, e costumavam não ser segregados no tanque do caminhão. Assim, leites de melhor qualidade, em função do resfriamento adequado, eram misturados, no tanque do caminhão, com leites de menor qualidade.

E a comercialização, assim como a remuneração pelo leite, é feita com base no volume e na qualidade. Logo os produtores passaram a saber que a COOP X remunerava melhor o leite de um vizinho, que usava resfriadores “modernos”, e que tinha qualidade similar ao seu - R\$ 0,20 ou R\$ 0,30 (centavos) a mais por litro. Se um produtor da CLAF X com produção média de 200 litros/dia recebesse R\$ 1,00 por litro e seu vizinho, também com produção média de 200 litros dia, recebesse R\$ 1,30, o segundo terminaria recebendo uma receita, a maior, de cerca de R\$ 22 mil, ao final de um ano de trabalho.

Lembrando, a COOP X impôs a troca de tecnologia de resfriamento, e a CLAF Y não. E o produtor da CLAF Y poderia trocar de cooperativa. Esta era uma reclamação recorrente dos dirigentes das CLAFs, a perda dos produtores mais consolidados. Então, neste caso hipotético, a CLAF Y teria passado a sofrer os efeitos regressivos, ou uma **causação circular cumulativa negativa**, e de outro lado a COOP X passaria a sofrer os efeitos positivos da **causação circular cumulativa**, absorvendo os agricultores mais produtivos.

Causação circular cumulativa é um conceito desenvolvido por Gunnar Myrdal⁴, sociólogo e economista sueco, Prêmio Nobel de Economia em 1973. A preocupação de Myrdal era com “*as enormes e sempre crescentes desigualdades econômica entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos*”. (MYRDAL, 1960, p 13.).

Na teoria da causação circular cumulativa são destacados dois tipos de efeitos, os efeitos propulsivos e os efeitos regressivos. Os efeitos propulsivos, ou *spread effects*, são efeitos positivos centrífugos, e propagam seus efeitos desde um centro de expansão econômica para as

⁴ Myrdal desenvolveu estudo emblemático no final da década de 1930, nos EUA, acerca do problema racial e no ano de 1944, Myrdal foi publicado seu livro denominado “Um Dilema Americano: Problema Racial e Democracia Moderna”. Nesta obra analisou as causas da pobreza das populações negras e as eventuais saídas para esta situação, que dependeriam de um fator externo. Myrdal identificou a necessidade da interferência de políticas planejadas para romper com o círculo vicioso da pobreza dos negros norte-americanos e, desta forma, demarcava com os economistas liberais adeptos das teses do equilíbrio estável.

regiões vizinhas. E os efeitos regressivos ou *backwash effects* podem ocorrer nas regiões mais distantes do centro de expansão econômica que vem produzindo seus efeitos propulsivos. As forças econômicas tendem a orientar seus esforços para os centros mais dinâmico, “esvaziando” as outras regiões.

No caso do exemplo, hipotético, da CLAF Y, a eventual perda dos produtores com maiores produções causava dois problemas: em primeiro lugar, a diminuição do volume total da sua produção. Segundo, configurava-se uma limitação das suas possibilidades de crescimento, na medida em havia a tendência de permanência, no seu quadro de associados produtores de leite, daqueles menos viáveis. Neste exemplo, pode-se dizer que a CLAF Y perdia pelo alto, perdia os produtores com maior produção, e incluía por baixo, produtores com menor produção, formando um círculo vicioso. CLAF Y sofrendo efeito regressivo, e cooperativa tradicional beneficiando-se dos efeitos propulsivos.

Segue depoimentos acerca das perdas de produtores nas CLAFs:

Gervásio Plucinski, em seu depoimento, relata episódio em que ocorreu perda de produtores. *...entrou a Parmalat, numa parceria com a COTREL, e levou 60% a 70% dos transportadores que transportava o leite para nós. Foi uma luta. Nós pegamos todos os sindicatos, os fusquinhas, uma noite dura, de casa em casa, nós conseguimos segurar, pusemos uns caminhões velhos. Seguramos um 65 % dos produtores, não do leite, já que os maiores foram para COTREL, os pequenos ficaram conosco...mas sobrevivemos, ficamos com muitas rotas inviáveis...*

Mario Farina, também sobre perdas de produtores... *Mas, para produzir leite você tem que ter uma escala mínima, havia uma certa utopia, que um agricultor com 10 litros por dia iria ser viável. Se não me falha a memória a nossa média este ano deve ser de 174 litros/ dia por produtor, e lá no início era de 20 litros dia. O grupo todo aqui, no Alto Uruguai, eram mais de 3 mil produtores, no início dos anos 2000, é claro diminuiu o número de produtores, hoje são 375 produtores. Antigamente 20% dos produtores produziam cerca de 80 % da produção, 80% dos produtores produziam 20%.*

Olavo Gheidini é contundente, ao dizer que *... trabalhávamos com produtores pequenos, quando ele crescia ele saía da cooperativa, nos pagávamos o mesmo preço para todos, aí ele achava que tinha que ganhar mais...Eu sempre tive claro que as cooperativas, se não adotassem uma política mais agressiva, elas deixariam de existir, mas não achei que ia ser assim ...*

Neste momento o campo político da AF, CPAF, fez uma opção aparentemente coerente com sua origem e trajetória, e resolveu fazer o possível para obstar, do jeito que pudesse, a entrada em vigor da IN51.

Recapitulando, as CLAFs apresentaram crescimento do seu quadro social, incluindo a quase todos, literalmente. Acatar a IN51/56 e assumir a sua implantação, e produzir leite de melhor qualidade, poderia colocar as CLAFs em uma disjuntiva: mesmo que a troca de

tecnologia fosse muito fácil e acessível, provavelmente os menores produtores não se interessariam em fazê-la e as cooperativas teriam que excluir aqueles produtores menos viáveis, ou cortar na própria carne, reduzir sua base social. Significaria impor condicionalidades, o que nunca havia sido feito.

Então os sindicatos ligados à FETRAF iniciaram campanhas contra a IN 51/56. E, paulatinamente foram obtendo mais tempo, postergando sua implantação. E houve outro fato, talvez mais determinante. Já estávamos no Governo Lula II, e a economia dava sinais positivos, oriundos principalmente do crescimento do salário mínimo, o PIB começou a crescer e o consumo de lácteos aumentou. Neste momento, a existência das CLAFs passou a ser funcional para as grandes cooperativas de leite e para os grandes laticínios privados, já que simplificava o processo de captação dos grandes laticínios.

Então, mesmo com problemas de qualidade, e a resistência ao acatamento da IN51/56, a situação das CLAFs se manteve estável, enquanto o mercado de leite esteve aquecido, até os anos de 2012/2013, quando a economia brasileira começou a dar sinais de arrefecimento. O consumo de lácteos reduziu, e o mercado de leite começou a agir modo mais seletivo. Já que o consumo começava a reduzir, não fazia sentido comprar qualquer leite.

De forma geral, todas as cooperativas tradicionais/empresarias aderiram à IN51/56 por um motivo muito simples - a troca de sistema de resfriamento garantia qualidade da matéria prima, melhorava o rendimento industrial e permitiria a produção de produtos finais – queijos, iogurtes, etc, de melhor qualidade.

Lembrando, muitos dos associados das CLAFs não resfriavam corretamente o seu leite, e isto reduzia a qualidade.

Importa destacar que muitos pequenos produtores terminaram abandonando a atividade. Informações obtidas com a COPERAL, uma das duas cooperativas singulares remanescentes do Sistema COORLAC (a outra é a COPERVAL), dão conta de uma significativa alteração do perfil dos produtores associados.

Tabela 36 – COPERAL, perfil da produção, dezembro de 2005 e outubro de 2019.

Estratificação da produção de leite da COPERAL, dezembro de 2005 e outubro de 2019								
CLASSIFICAÇÃO, litros por mês	DEZEMBRO DE 2005				OUTUBRO DE 2019			
	Nº DE PRODUTORES	% DE PRODUTORES	PRODUÇÃO	% DA PRODUÇÃO	Nº DE PRODUTORES	% DE PRODUTORES	PRODUÇÃO	% DA PRODUÇÃO
até 500 litros	273	27,2%	80.394	5,5%	0,0	0,0	0,0	0,0
501 a 1.000 litros	284	28,3%	205.351	14,1%	7	3,0%	5.280	0,35%
1.001 a 2.000 litros	232	23,1%	324.905	22,4%	35	14,8%	53.483	3,56%
2.001 a 3.000 litros	97	9,7%	235.293	16,2%	35	14,8%	87.973	5,86%
3.001 a 4.000 litros	58	5,8%	201.593	13,9%	30	12,7%	107.280	7,14%
4.001 a 5.000 litros	22	2,2%	99.100	6,8%	31	13,1%	139.371	9,28%
5.001 a 6.000 litros	14	1,4%	75.700	5,2%	20	8,4%	109.314	7,28%
6.001 a 10.000 litros	15	1,5%	110.493	7,6%	44	18,6%	340.525	22,67%
10.001 a 20.000 litros	7	0,7%	99.335	6,8%	25	10,5%	343.418	22,86%
Mais de 20.000 litros	1	0,1%	21.270	1,5%	10	4,2%	315.569	21,01%
TOTAL	1003	100,0%	1.453.434	100,0%	237	100,0%	1.502.213	100,0%

FONTE COPERAL, elaborada pelo autor

No mês de dezembro de 2005, havia 557 produtores, 55,5% do total entregando menos de 1.000 litros por mês. A média diária de produção deste grupo foi de 17 litros, neste mês de 2005.

No mês de setembro de 2019, o grupo de produtores que entregaram menos de 1.000 litros era de apenas 7 produtores, o que indica uma mudança significativa do perfil produtivo dos associados da COPERAL.

Cabe destacar também a redução do número total de produtores, para uma produção muito semelhante, cerca de 1,5 milhão de litros. Havia 1003 produtores em dezembro de 2005, e 237 produtores em outubro de 2019.

A COOPAR, de São Lourenço do sul, apresentou o mesmo tipo de mudança de perfil dos produtores, muito embora um aumento significativo do número total de produtores e do volume coletado.

Tabela 37 - COOPAR, perfil da produção, dezembro de 2005 e outubro de 2019.

Estratificação da produção de leite da COOPAR								
CLASSIFICAÇÃO, litros mês	DEZEMBRO DE 2005				OUTUBRO 2019			
	Nº produtores	% de produtores	Produção	% da produção	Nº produtores	% de produtores	Produção	% da produção
ATÉ 500 LITROS	89	20,4	26.790	2,43	4	0,44	1.260	0,02
501 a 1.000 LITROS	97	22,2	69.820	6,33	28	3,09	18.000	0,33
1.001 a 2.000 LITROS	109	24,9	154.830	14,03	141	15,58	180.000	3,31
2.001 a 3.000 LITROS	56	12,8	136.356	12,35	150	16,57	367.000	6,74
3.001 a 4.000 LITROS	26	5,9	89.696	8,13	143	15,80	440.000	8,09
4.001 A 5.000 LITROS	12	2,7	54.313	4,92	96	10,61	390.000	7,17
5.001 a 6.000 LITROS	6	1,4	33.093	3,00	71	7,85	370.000	6,80
6.001 a 10.000 LITROS	27	6,2	207.437	18,80	142	15,69	1.140.000	20,95
10.001 a 20.000 LITROS	7	1,6	82.533	7,48	93	10,28	1.425.000	26,19
MAIS DE 20.000 LITROS	8	1,8	248.787	22,54	37	4,09	1.110.000	20,40
TOTAL	437	100	1.103.655	100	905	100,00	5.441.260	100,00

FONTE COOPAR, elaborada pelo autor

No mês de dezembro de 2005 havia 42,6 % dos produtores com produção até 1.000 litros por mês, e este grupo entregou 8,76 % da produção. No mês de outubro de 2019 havia 3,55 % dos produtores com produção até 1.000 litros por mês, e este grupo entregou 0,35 % da produção.

O caso da COOPAC é semelhante. No mês de novembro de 2017, a COOPAC contava com 244 produtores de leite, ante 653 no mesmo mês de novembro de 2006, e produziu 1.439.007 (1,44 milhão) de litros, ante 1.290.750 (1,29 milhão) de litros em dezembro de 2006.

Uma redução de 62,63% no número de produtores e um crescimento de 11% na produção, em 11 anos. No ano de 2017 a COOPAC, fundada em 1993, arrendou sua bacia leiteira para a Cooperativa Aurora, com sede em Chapecó, SC. A Cooperativa Aurora é uma cooperativa central, com 13 cooperativas associadas, e é considerada uma das maiores processadoras de alimentos do Brasil.

3.4. Sustentabilidade, inclusão e sua relação

Por fim, as das questões centrais da investigação proposta, a sustentabilidade e a inclusão. Nesta secção pretende-se demonstrar a que tipo de sustentabilidade nos referimos, e de que forma inclusão e sustentabilidade eventualmente se relacionam.

Sustentabilidade - É cada vez mais vulgar a utilização do conceito sustentabilidade apenas como sustentabilidade ambiental, como se o conceito servisse a múltiplos propósitos. É possível, por exemplo, visitar páginas eletrônicas de grandes empresas processadoras de cimento, petróleo, minérios, celulose, etc, e encontrar extensas referências ao seu **processo sustentável de produção**.

Os planos alternativos de desenvolvimento rural, PADRs, constituídos pela CUT Rural e pela CONTAG incorporaram o termo sustentável, aqui com uma conotação mais dirigida para a noção de **viabilidade**, como descrito a seguir:

*Na intervenção do sindicalismo rural da CUT/RS no processo produtivo, avançamos em elaborações de diretrizes para um **projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável para viabilizar a agricultura familiar**, adotando a agroecologia como novo princípio tecnológico...colocamos a importância da viabilização da agricultura familiar em debate na sociedade. (CUT, 1996, p 11, grifos do autor).*

Esta investigação utiliza o conceito de sustentabilidade de forma distinta, referindo-se às condições que as CLAFs apresentam, ou deveriam apresentar: uma certa longevidade do empreendimento cooperativo que deveria ocorrer, simultaneamente, ao atingimento de seu

propósito central como sociedade de pessoas, a melhoria das condições de vida do quadro de associados.

Cabe destacar que não se trata de perceber, simplesmente, a viabilidade econômica das CLAFs. Se trata de verificar a capacidade que estas cooperativas da AF apresentaram, ou apresentam, de realizar seu propósito mais original, a inclusão produtiva de um grupo de agricultores, até então excluídos das cooperativas tradicionais, e da sua capacidade de conferir longevidade ao empreendimento cooperativo.

Assim como é possível falar de capacidade de ser longeva, é possível referir à sua capacidade de persistir no tempo, de ser durável, resistente, permanente ou mesmo resiliente.

Em sua tese de doutoramento – *Economia Solidária e Desenvolvimento Humano: um estudo da sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários e das condições de vida de catadoras e catadores de materiais recicláveis*, Angélique Van Zeeland optou por definir sustentabilidade como ...

“a competência de assegurar a existência do empreendimento ao longo do tempo, garantindo a capacidade de atingir seus objetivos sociais, econômicos, políticos e ambientais” (ZEELAND, 2016, p.24).

Da mesma forma, ao fazer referência à inclusão como uma tarefa fundamental da ação cooperativa, é possível referir a **alcance**, ou em que medida a ação cooperativa alcança seu grupo de associados, no sentido de abrigar este grupo social sob seu “guarda-chuva institucional”.

Neste sentido, Yaron, Benjamin e Piprek, em estudo do Banco Mundial datado de 1997, propuseram uma metodologia para avaliar a auto sustentabilidade de instituições financeiras rurais (IFRs) envolvidas em processo de desenvolvimento local e de redução de pobreza rural, com a incidência de recursos subsidiados de organizações multilaterais e ou governos locais. A preocupação dos autores era com a eficiência, no sentido do atingimento das metas e objetivos destes programas.

No entendimento dos autores, **auto sustentabilidade** de IFRs seria medida através de dois critérios – sustentabilidade e alcance, como relata Pretto...

Sustentabilidade, conforme YARON, é dada pela maior ou menor capacidade que uma determinada IFR tem de realizar suas operações e atingir seu público sem que para isto concorra a existência de subsídios. Subsídios são, ainda segundo YARON, o principal fator que pode vir a comprometer a sustentabilidade de instituições financeiras rurais. Além da existência de subsídios, as taxas de juros, os custos operacionais e a capacidade de captar depósitos e poupança também são fatores que

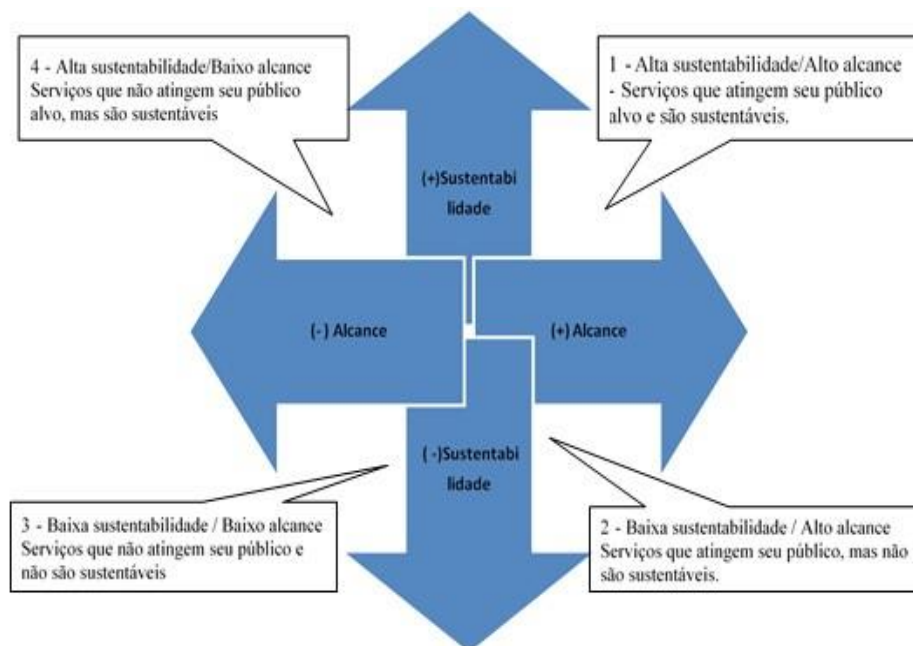
*podem determinar a maior ou menor sustentabilidade de uma IFR....Já **alcance** é uma medida utilizada para medir o quanto uma Instituição Financeira Rural é bem sucedida na tarefa de atingir a sua população meta e em que grau a Instituição Financeira Rural atende às demandas por serviços financeiros desta mesma população. (PRETTO, 2009 p 19).*

Cabe destacar uma questão central na tese desenvolvida pelos autores, que vai ao encontro da questão da sustentabilidade das cooperativas da AF: os autores entendem que há, de certa forma, um dilema entre alcance e sustentabilidade. Dito de outra forma, os autores entendem que sempre que uma IFR busca aumentar seu alcance, pode estar piorando sua sustentabilidade, como relata Pretto, para o caso de cooperativas...

“...é que sempre que a cooperativa busca incluir mais e mais associados, pode estar piorando as suas condições de sustentabilidade. Ao atingir públicos cada vez mais empobrecidos, que são os sempre citados na finalidade social das organizações econômicas da AF, a cooperativas se defrontará com o fato de que este público contribui pode afetar negativamente a sua sustentabilidade. (PRETTO, 2009, p 20).

A seguir, está disposto um diagrama, adaptado do original, com objetivo de simplificar a compreensão:

Diagrama 1 – Alcance e Sustentabilidade



Fonte: PRETTO, 2009, adaptado de YARON et al., 1997

Fica claro que os autores propõem que as IFRs busquem posicionar-se no **Quadrante 1** – alta sustentabilidade e alto alcance – serviços que atingem seu público alvo e são sustentáveis. Cabe destacar que, mesmo que esta metodologia tenha sido criada para instituições financeiras rurais, é perfeitamente possível adaptar para CLAFs ou qualquer outro empreendimento cooperativo, se for o caso.

Ainda, no sentido de capturar o sentido correto, para o caso desta investigação, do conceito sustentabilidade é possível utilizar, por analogia, o **conceito de limiar de renovação** desenvolvido por Mazoyer e Roudart na obra **História das agriculturas do mundo, do neolítico à crise contemporânea**. Este conceito foi desenvolvido pelos autores para avaliar a capacidade de um estabelecimento rural em permanecer na atividade e garantir a sua reprodução social. Conforme os autores, uma unidade produtiva fica acima de um limiar de renovação quando sua produtividade é superior ao rendimento do trabalho ao preço de mercado. Então a unidade de produção dispõe de sobras, e de uma capacidade de investimento que permite fazer crescer sua produtividade e produção.

Ainda, relatam que, se a sua produtividade se igualar ao rendimento do trabalho a preço de mercado, a unidade produtiva perderá a sua capacidade de realizar investimentos e de acompanhar a evolução tecnológica, e ficará abaixo do limiar de renovação comprometendo sua capacidade de permanecer na atividade.

3.5. 2014 - A nova conjuntura crítica – a recessão, a Operação Leite Compensado e o futuro

Lembrando, por volta do ano de 2012 o ciclo de crescimento da economia brasileira começou a dar sinais de esgotamento, assim como o consumo de leite e derivados.

Em meados de 2014 o Ministério Público do RS deflagrou a Operação Leite Compensado, que visava combater as fraudes no leite. As empresas compradoras, com receio de terem seus nomes envolvidos na operação, pararam de comprar leite que não tivesse garantias mínimas de qualidade, e o mercado spot/livre de leite literalmente parou.

A Operação Leite Compensado complicou sobremaneira a vida econômica da maioria das CLAFs. Durante esta operação dirigentes de duas CLAFs, a COOPASUL, de Campinas do Sul, RS, e a ASCOOPER, foram presos, e suas cooperativas entraram em crise irreversível, que culminou em processo de liquidação (liquidação, para cooperativas equivale a falência de empresas não cooperativas).

Olavo Gheidini, ex presidente da ASCOOPER, um dos entrevistados, relata... *estávamos na mira da operação (Leite Compensado) alguém colocou citrato de sódio no leite de uma das associadas, a CLAF de Formosa do Sul, era fraude. Eu fiquei dez dias preso, eu era o responsável* (como presidente da ASCOOPER).

...a cooperativa de Formosa do Sul estava enterrada em dívidas, porque eles insistiam em tocar sozinhos aquele centro de resfriamento. Chegou uma hora eles tiveram que ceder o centro de resfriamento para fazer coletivamente. Aí procuramos a COOPEROESTE, que era a

cooperativa mais próxima ideologicamente. Só que a COOPEROESTE também está inserida em um mercado de disputa, correndo com Central Aurora, Tirol, Piracanjuba.

Aí aconteceu que duas carretas não passaram na qualidade, e fazer o que com 70 mil de prejuízo? Quem carregou todas as cooperativas para o fundo do poço foi a Coop. Formosa do Sul, nós tentamos salvar ... acabou nós indo para o buraco junto com eles. Tudo foi por conta da COOPLEFORSUL – quando nós ganhamos aquele laticínio, ganhamos coletivamente (PRONAF Território), mas depois que eles quiseram administrar só eles.

Eu acho que eles fizeram tanta dívida... por pressão de mercado, terminavam pagando o leite para o produtor com preço maior que eles vendiam, para não perder a base. Aí eles foram pegando dinheiro com a CRESOL, e a dívida foi avolumando. E o problema era o fulano (nome). E havia problemas administrativos, não havia gestor contratado, coloca um presidente pra fazer gesto que não sabia nem fazer gestão da sua propriedade.

Alexandre Mendonça, médico veterinário, assumiu a presidência da COPASUL, uma CLAF de Campinas do Sul, após a ação da Operação Leite Compensado diz que *assumi a cooperativa depois que o presidente, três funcionários e três transportadores e leite foram presos pela Operação Leite Compensado...fechamos a cooperativa dois anos depois...Infelizmente os produtores nos abandonaram.*

Quanto ao futuro, das CLAFs e dos produtores, as expectativas dos entrevistados não são alentadoras, passando pela necessidade de atuar em grãos até o eventual abandono da atividade pelas cooperativas. Algumas declarações tem um tom resignado, ao fazer referência à necessidade de atuar em “grãos”, já que dizer “grãos” é essencialmente dizer soja transgênica. Os depoimentos falam também, da possibilidade de as CLAFs atuarem no mercado de alimentos, diversificar e focar nos associados que querem permanecer na atividade.

Mário Farina, em seu depoimento, disse que *não vê muito futuro no leite*, e que até as grandes cooperativas estão com dificuldades a AGRICOOP, que hoje conta com 375 produtores deve ter seu quadro reduzido para cerca de 200 produtores, em dois ou três anos. Mais, cita como exemplo uma Cooperativa integrante do campo, a COASA, de Água Santa, RS, que **foi para a soja**, e vão faturar R\$ 600 milhões este ano e de outra, nova, criada a partir da estrutura de uma cooperativa extinta, em Sananduva, RS, que faturou R\$ 16 milhões, fundamentalmente com comercialização de soja.

Olavo Gheidini diz que o futuro das CLAFs é *ir definhando*, já que o processo produtivo está cada vez mais mercantilizado.

Vilson Alba, dirigente da FETRAF, ao falar sobre futuro, foi mais contundente, chegando a se perguntar se os sindicatos (da FETRAF) **vão ter quem representar.**

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS – REMANDO CONTRA A MARÉ

Ao iniciarmos as considerações finais, cabe resgatar a pergunta que foi o **problema de pesquisa** - Por que, apesar do crescimento da produção e consumo de leite vivido no Brasil e na Região Sul do Brasil, nos últimos vinte anos, da existência de PRONAF e de outros instrumentos de políticas públicas em vigor neste período, como o PAA e o PNAE, não há evidências de que as CLAFs tenham conseguido ocupar um espaço relevante no mercado de leite? Por que parecem apresentar uma razoável dificuldade de consolidar ou conferir sustentabilidade ao seu projeto econômico, mesmo tendo contando com ambiente econômico favorável e com políticas públicas adequadas?

Lamentavelmente, desde o ano de 2015, quando este projeto de pesquisa foi iniciado, salvo raras exceções (que parece ser o caso da COOPAR, de São Lourenço do Sul) a situação da CLAFs evoluiu negativamente. Redução do número de produtores de leite, saída dos produtores menores, com alteração no perfil dos produtores, fechamento ou liquidação de cooperativas (como o caso da ASCOOPER e da COPASUL) afastamento da atividade (como foi o caso da COOPAC, que arrendou sua atividade leiteira) fusões (como é o caso da AGRICOOP, a cooperativa central que sucedeu a COORLAC, e que a partir do ano que vem será apenas uma cooperativa singular), e redução do número de cooperativas do SISCLAF, de 27 para 8 cooperativas singulares.

Da mesma forma, as **hipóteses** trabalhadas na investigação também foram confirmadas com os depoimentos tomados. Em especial, foram confirmadas as duas hipóteses centrais: 1), de que o privilegiamento na inclusão de associados sobre outras metas afetou a sustentabilidade das CLAFs; 2) a prevalência de associados de pequeno porte e a restrição (quando não pura e simples ausência) de reservas de capital (na medida em que repassavam a totalidade da receitas do leite para os associados) deprimiu ainda mais a sustentabilidade.

Isto posto, cabe reafirmar a adequação da teoria da *path dependence* como referência teórica. Uma conjuntura crítica, no final dos anos 1980 deu origem ao um novo cooperativismo que deveria ser, acima de tudo, inclusivo. Funcionou desta forma por um bom tempo e as cooperativas cresceram em número de associados, configurando os rendimentos crescentes, ou feed backs positivos, informando ao campo político o acerto na escolha do caminho,

Em meados dos anos 2000 havia uma certa euforia no campo político da agricultura familiar, e ela não era infundada. A economia brasileira já havia iniciado seu ciclo virtuoso, com crescimento do PIB, do emprego e da renda - na esteira do crescimento da renda, cresceu o consumo de leite, o produto das CLAFs, o PRONAF já era uma política pública bastante

significativa, assim como o PAA, e havia um governo, reeleito, comprometido com algumas das principais bandeiras defendidas pelo CPAF.

À época, por volta do ano de 2007, as CLAFs formavam um conjunto de 63 cooperativas, COORLAC com 22 cooperativas singulares ASCOOPER com 14, e SISCLAF com 27.

Neste mesmo ano, um evento externo, a introdução da IN 51/56 produziu o que se chama *lock in*, ou o fechamento por dentro. O campo político, em particular a sua fração sindical, a FETRAF, incidiu sobre as direções das CLAFs no sentido de resistir à implementação da normativa. Não havia porque mexer no time que estava ganhando e acatar a IN51 implicaria em excluir produtores, aqueles menores que não viam motivos para fazer a troca da tecnologia de resfriamento. As CLAFs como já dito, teriam que **cortar na própria carne e terminariam reduzindo a base social do campo político.**

O campo político saiu vitorioso nesta disputa e implantação da IN51/56 foi postergada. Mas, as grandes empresas que atuavam na cadeia produtiva implementaram a normativa e, evidentemente acentuaram-se as diferenças. Ao implementar a normativa, produzia-se leite de melhor qualidade, e obtinha-se melhores remunerações, em um evidente exemplo de causação circular cumulativa.

No ano de 2008, os efeitos desta opção, ou do *lock in*, começaram a aparecer. A carga da inclusão ficou pesada para a COORLAC. Em se tratando de CLAFs, o caso da COORLAC é emblemático, e era tido como modelo para as CLAFs dos três estados do Sul. Recuperemos sua história.

A COORLAC foi criada no ano de 1994 a partir da doação, por parte do governo do estado do Rio Grande do Sul, de uma companhia estatal de produção e industrialização de leite, a CORLAC. Doada para associações de produtores que entregavam leite para a ex-estatal, ela foi transformada em um sistema de cooperativas de leite, e chegou a ocupar um espaço relevante na produção de leite do RS.

No ano de 1999, captou 45,5 milhões de litros, o que correspondeu a 3,56 % do leite produzido no RS. No ano de 2006 congregava mais de seis mil produtores de leite organizados em 20 cooperativas singulares e seis cooperativas centrais, chegou a industrializar 72 milhões de litros de leite. Ainda, no ano de 2006, anunciou a construção de uma nova fábrica no município de Erechim; fábrica que custaria cerca de R\$ 35 milhões, seria financiada pelo

BNDES e BRDE, e teria capacidade de processar 320 mil litros por dia – o equivalente a cerca de 116 milhões de litros por ano. Esta fábrica nunca foi construída.

Conforme Mario Farina, ex dirigente da COORLAC, nunca houve acordo interno entre as CLAFs da COORLAC, sobre a nova indústria, pois *havia um medo de comprometer o patrimônio dos dirigentes, se desse errado e até dos associados. [Ao mesmo tempo] precisava uma fábrica nova. Era isto ou ficar para trás.*

Em 2008, COORLAC, de uma só vez, arrendou suas instalações industriais e vendeu a marca CORLAC para a Laticínios Bom Gosto.

Mas, o cenário econômico do país ainda era muito bom, e a demanda por leite continuava aquecida, favorecendo a todos os que atuavam na cadeia produtiva. Havia uma “corrida ao leite” (com todos os desvios que esta corrida poderia estimular, como as fraudes, por exemplo).

Ainda, neste período, foram anunciados vários investimentos, e o RS estava no centro deles. Nestlé em Palmeira das Missões, Italcac em Passo Fundo, Bom Gosto em Tapejara, novas plantas industriais das cooperativas “tradicionais” como CCGL em Cruz Alta, COSUEL em Arroio do Meio, Languirú em Teutônia, COSULATI em Pelotas, só para citar alguns mais significativos.

Mas no ano de 2012, a economia brasileira começou a dar sinais negativos. O PIB brasileiro cresceu 7,5% em termos reais em 2010 e 4% em termos reais em 2011. Mas cresce apenas 1,9% em termos reais em 2012. No ano de 2013 a taxa de crescimento apresenta discreta recuperação e passa a 3% reais. Mas em 2014 ela cai para 0,5% reais. O nível de emprego, que continuava estável, sustentado pelas políticas salarial e social, que estimulavam as compras e pelo setor de serviços (que é muito empregador). Mas as pressões de custo e fiscal elevaram a meta inflacionária, e o Banco Central elevou a taxa de juros, valorizou o real e expôs a indústria, inclusive o setor de laticínios, à concorrência externa.

Como se isto não bastasse, no ano de 2014, as CLAFs sofreram um duro revés: teve início no Rio Grande do Sul, a operação “Leite Compensado” para combater as fraudes no leite, conduzida pelo Ministério Público Estadual do RS, que logo envolveu os Ministérios Públicos de Santa Catarina e do Paraná. A combinação desta operação com os sinais já visíveis de desaquecimento da economia esfriou os ânimos da cadeia produtiva e freou o mercado *spot*. As empresas compradoras passaram a selecionar o leite que iria ser comprado pela qualidade.

A COPASUL, de Campinas do Sul, e a ASCOOPER, com suas 14 cooperativas, foram atingidas diretamente, resultando em prisões de dirigentes, interdição dos postos de resfriamento, retirada de produtores e prejuízos consideráveis.

Qualidade foi o problema central, diretamente relacionada à opção por não excluir: o *lock in*. A aquisição de resfriadores de expansão - a nova tecnologia que geraria exclusão - teria minimizado o problema, pois era a condição necessária para garantir a qualidade do leite com o resfriamento correto e, no limite, poderia ter evitado o escândalo e a investigação criminal,

Tivemos, portanto, a partir do ano de 2014, uma nova conjuntura crítica. Ela foi claramente percebida pelos dirigentes entrevistados. ao serem arguidos sobre o **futuro da atividade**, suas respostas não foram nada alentadoras.

Mas, muito embora o problema e as hipóteses aventadas tenham se confirmado, é fundamental destacar que, no entendimento do autor, **as CLAFs remavam contra a maré**. A liberalização do mercado de leite, desde os anos 1980 na Europa e em seguida no Brasil, pavimentou o terreno para a ação das grandes empresas, o que pode ser visto na seção concentração. E o crescimento da economia do país aqueceu o mercado de leite.

E houve mais fatores, como a introdução da soja transgênica e o surgimento do “fator China” (há quem diga que, se a China é a fábrica do mundo, o Brasil é a fazenda), que contribuiu para dificultar a vida das CLAFs. A soja passou a competir com a produção de leite, levando vantagem no que concerne ao fator força de trabalho. Enquanto o leite ainda é uma atividade que exige a presença de determinada força de trabalho na propriedade, a soja é totalmente mecanizada e seus serviços podem ser terceirizados. Cabe lembrar que o plantio de soja transgênica no Brasil foi regulamentado no ano de 2005.

Outro fator, pouco comentado nas entrevistas, foi a acentuada redução da população rural, em particular da população jovem dos estabelecimentos familiares, um fenômeno que não é recente. O Censo Agro 2017 informa que, no Rio Grande do Sul, apenas 1,24% da população rural dos estabelecimentos familiares tem **até 25 anos**, e que 55% da população rural destes estabelecimentos tem 55 anos ou mais. Parece razoável que a redução da população rural - em particular de jovens - somada ao avanço da soja transgênica esteja contribuindo fortemente para o deslocamento da produção de leite, tão exigente de mão-de-obra ao longo de todo o ano.

No Capítulo 2, na seção concentração entre produtores, vimos que houve intensa redução do número de produtores que comercializaram sua produção de leite. O Censo Agro 2006 apontou a existência de 282 mil produtores que venderam leite, na Região Sul, número

que baixou para 129 mil no Censo Agro 2017, sendo que a produção de leite da Região Sul aumentou em quase 70% no mesmo intervalo de tempo.

Como exemplo tomemos o caso do Rio Grande do Sul. No Censo Agro 2006, os 130 mil produtores que comercializaram leite, venderam 2,28 bilhões de litros. No Censo Agro 2017, os 56 mil produtores que comercializaram leite, venderam 2,62 bilhões de litros. Houve uma evidente concentração entre produtores, e ao que parece, este processo de concentração ainda está em curso. Manifestações públicas de movimentos sociais - como sindicatos ligados à FETRAF - falam na possibilidade de abandono da atividade por mais 20 ou 30 mil produtores no Rio Grande do Sul, na medida em que a nova instrução normativa do MAPA entre em vigor (IN 76/77).

Por fim, cabe recuperar algumas informações. Este grupo de CLAFs estudado chegou a ser composto em meados dos anos 2000 por 63 cooperativas: COORLAC com 22 CLAFs, ASCOOPER com 14, e SISCLAF com 27 cooperativas singulares.

No ano de 2019, as duas CLAFs remanescentes da antiga COORLAC que formam a AGRICOOP, COOPAL e COPERAL, estão em processo de fusão, devendo iniciar o ano de 2020 como uma cooperativa singular. A ASCOOPER já não é mais uma organização ativa, existe apenas de direito. O ex. presidente entrevistado, Olavo Gheidini, relatou que há problemas de natureza legal impedindo sua extinção, e que algumas cooperativas singulares remanescentes seguem suas atividades, *mas estão definhando* – este foi o termo utilizado. A COOPAC, uma das CLAFs criadas na esteira da cooperativização da estatal CORLAC, arrendou sua atividade de produção de leite para a cooperativa Aurora, de Santa Catarina, no ano de 2017.

O SISCLAF, que contava que chegou a ter 27 cooperativas singulares filiadas, hoje tem 8 CLAFs.

Ao que parece, a COOPAR, de São Lourenço do Sul, RS, é a única CLAF, dos três estados do Sul, que permanece na atividade **com indústria própria**. Dito de outra forma: todas as outras CLAFs pesquisadas não processam leite, apenas organizam a produção, coleta e comercialização de leite cru que é produzido pelos seus associados.

4.1. A questão da capitalização, ou estrutura de capital e a gangorra da sustentabilidade.

Cabe destacar uma questão central desta investigação: a questão da capitalização de organizações econômica, ou a necessidade de uma determinada estrutura de capital.

Qualquer atividade produtiva – repito, qualquer! - necessita de uma estrutura mínima de capital. É assim com a fruteira da esquina, com o posto de gasolina, o artesão, a pequena indústria, grande banco, construtora de porte médio ou o agricultor familiar⁵.

Quando se diz “estrutura de capital” diz-se, simplesmente: ter uma reserva, um **dinheiro guardado** para uma eventual necessidade. A maioria das CLAFs – seja por decisão de seus dirigentes, seja por imposição da assembleia dos cooperados – repassavam a totalidade dos valores auferidos na venda do leite de seus associados para estes, sem fazer retenções, por pequenas que fossem.

Ao menor revés – por exemplo: uma empresa que comprou o leite e atrasou o pagamento - forçava as CLAFs a recorrerem ao sistema financeiro, tomar empréstimos de curto prazo e pagar os juros escorchantes. Mais que isto: vários destes empréstimos foram tomados com base em garantias pessoais. E, até, por pessoas físicas, por dirigentes abnegados. Dentre eles Gervásio Plucinski, que penhorou suas terras para tomar um empréstimo e poder pagar o leite no dia certo, para que não fosse necessário atrasar pagamento para os produtores associados.

Esta situação, para uma organização econômica, equivale a andar no fio de uma navalha. **E chama a atenção o fato de que estas CLAFs terem feito pouco, ou mesmo nenhum, uso das linhas de PRONAF destinadas ao financiamento das cooperativas.**

E, a par de uma condição econômica permanentemente frágil, as CLAFs continuaram incluindo. O esquema proposto por Yaron, um certo balanço entre alcance e sustentabilidade é, na realidade, um certo balanço entre uma determinada condição econômica e uma determinada capacidade de incluir mais. Funciona como aquele brinquedo infantil, a gangorra. Para que a brincadeira flua, precisa que em cada ponta estejam duas crianças com pesos semelhantes, para que se produza algum tipo de equilíbrio, mesmo que instável.

⁵ Muhammad Yunus recebeu o prêmio Nobel da Paz no ano de 2006 por seu trabalho com o Grameen Bank, o banco dos pobres, que minimizou a pobreza rural dos agricultores de Bangladesh justamente por melhorar a estrutura de capital destes.

4.2. As possibilidades de futuro

Cabe dizer que as possibilidades já não são muitas, e não se trata aqui de manifestar posições pessimistas. Trata-se apenas de perceber o que vem acontecendo já há alguns anos. E de perceber que as condições de sustentabilidade de atividades econômicas de qualquer natureza são sempre complexas em épocas de crise e recessão.

Ao compararmos os dados do Censo Agro 2006 com os dados do Censo Agro 2017, recém divulgado, percebermos uma redução da presença da agricultura familiar na agropecuária brasileira. Redução do número de estabelecimentos familiares (11% a menos), uma redução na participação no Valor Bruto da Produção, 33% a menos, e uma redução do número de estabelecimentos que produzem leite, 13% a menos em todo o Brasil e 30% a menos na Região Sul.

No próximo período, uma leitura atenta dos dados do Censo Agro 2017 permitirá uma análise mais apurada da real situação da agricultura familiar.

Quanto ao futuro da produção de leite pelos agricultores, não há nada que indique reversão deste processo de seleção ou exclusão que está em andamento. Pelo contrário, as decisões da política econômica do atual governo parecem acentuar o processo de recessão, e continuar a forçar a redução do preço do leite, colocando muitos agricultores familiares que produzem leite abaixo de seu **limiar de renovação**.

E, sempre é bom ter no horizonte que a média de produção de leite nos vizinhos Uruguai e Argentina (litros ano por produtor) é cerca de dez vezes maior que a média brasileira, o que indica que este processo de concentração entre produtores pode estar longe de ser encerrado. Tomando estas médias como possíveis, poderíamos inferir que existe a possibilidade de produzirmos a mesma quantidade de leite com cerca de 10% dos produtores que hoje estão envolvidos na atividade. Mas, isto pertence ao futuro, hoje não há como prever o ritmo deste processo.

Este processo de concentração somente poderá ser estancado se houver a interveniência de políticas públicas adequadas. Relatório da Comissão Europeia dá conta de que entre os anos de 2006 e 2015, dez anos consecutivos, o setor lácteo recebeu € \$ 2,96 bilhões (euros) em subsídios de vários tipos, sendo € \$ 196 milhões somente no ano de 2015. (disponível em https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/food-farming-fisheries/farming/documents/milk-intervention-report-2015_en.pdf)

E, finalmente, não há como pensar futuro sem fazer referência às **cadeias curtas**.

No que se refere ao leite, é bom lembrar, havia o agricultor que produzia e vendia leite na vizinhança, o leiteiro, em circuito curtíssimo de comercialização direta, de produtor ao consumidor. Por volta dos anos 1960/1970, as normas sanitárias eliminaram esta possibilidade de comercialização, substituída por circuitos mais formais, pequenos laticínios locais ou regionais que distribuíam leite agora pasteurizado, mas ainda em cadeia curtas de fornecimento.

A introdução do leite UHT alterou rapidamente esta situação, conduzindo o leite de cada dia a um processo de comercialização em cadeia longa.

Em relação a outros alimentos, pode-se dizer que estes circuitos curtos foram desaparecendo, e este processo pode ser associado à criação das Centrais de Abastecimento, as CEASAs, nos 1970. Com a urbanização do país, o abastecimento da população passou, paulatinamente, a se dar cada vez mais por dentro do que se denomina cadeias longas de abastecimento.

O jogo jogado nas cadeias longas é o jogo dos grandes, é o jogo das commodities. Grandes produtores, grandes laticínios, grandes supermercados, grandes volumes, grandes valores, financiamento através da emissão de ações, em Bolsas de Valores, etc.

O jogo dos pequenos só pode ser o jogo das cadeias curtas, e elas devem acontecer através de ações coletivas, fundadas no trabalho cooperativo sem, necessariamente, criar cooperativas. Cooperativas podem vir a surgir, mas devem ser resultado de uma certa acumulação de conhecimento, confiança, domínio, saber fazer e de capital.

Estes circuitos curtos de fornecimento de comidas devem, sempre, atuar na forma de redes. Redes de associações, redes de produtores, redes de consumidores, mecanismos de financiamento solidários nos moldes de microcrédito e, sempre que possível, com produção orgânica.

5. REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão, Hucitec, São. Paulo – Rio de Janeiro – Campinas: Ed. HUCITEC/UNICAMP, 1992.
- BELLUZZO, Luis Gonzaga. Finança global e ciclos de expansão, in FIORI, José Luís (org.) – Estados e moedas no desenvolvimento das nações / José Luis FIORI (organizador), – Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- BERNARDI, Bruno Boti. (2012) O conceito de dependência de trajetória (PATH DEPENDENCE): Definições e controvérsias teóricas. Perspectivas, São Paulo, v.41, p.137-167, jan./jun.2012.
- BIANCHINI, Valter. Vinte anos do PRONAF,1995 a 2015: avanços e desafios / Valter Bianchini. – Brasília: SAF/MDA,2015.113p. ISBN MDA: 978-85-8354-009-0, disponível em (http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/PRONAF_20_ANOS_VALTER_BIANCHINI.pdf).
- BURUMA, Ian - ANO ZERO: Uma história de 1945 / Ian BURUMA; tradução Paulo Geiger, - 1ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2015.
- CAZELLA, Ademir Antonio - HISTÓRICO, CARACTERIZAÇÃO E DINÂMICA RECENTE DO PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Ademir Antonio Cazella, Lauro Mattei, Sérgio Schneider. www.sober.org.br/palestra/12/06O365.pdf.
- CUT – Central Única dos Trabalhadores, Departamento Rural, Resoluções do 3º Congresso Estadual – organizando a produção, construindo um novo sindicalismo, fortalecendo a agricultura familiar. Porto Alegre, 04 a 06 de dezembro de 1996, impresso.
- DESER, Conjuntura Agrícola, Nº 156, fevereiro de 2007 (disponível em <http://www.deser.org.br/documentos/imagem/Pronaf.pdf>).
- EICHENGREEN, Barry J. A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional / Barry J. Eichengreen – Tradução Sérgio Blum: São Paulo: Ed. 34, 2000.
- EMATER/RS - Relatório socioeconômico da cadeia produtiva do leite no Rio Grande do Sul: 2015 / realização: Instituto Gaúcho do Leite, IGL e Emater/ RS-Ascar; elaboração: Jaime Eduardo Ries e Susel Lisiane Jensen Bittencourt. – Porto Alegre RS: Emater/RS-Ascar, 2015. 76 p.
- EMATER/RS - Relatório socioeconômico da cadeia produtiva do leite no Rio Grande do Sul: 2017 / realização: Emater/ RS-Ascar; elaboração: Jaime Eduardo Ries. – Porto Alegre RS: Emater/RS-Ascar, 2017. 64 p.
- EW, Ani Reni – Reestruturação do cooperativismo agropecuário no Rio Grande do Sul, os casos Cosuel e COAPEL – anos 90. (<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/1668>). FAO INCRA – o novo retrato da agricultura familiar – o Brasil redescoberto. Brasília 2000. Coordenação GUANZIROLI, Carlos Enrique, FAO e CARDIM, Silvia Elizabeth de C. S.,
- FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo (2007) Path dependency e os Estudos Históricos Comparados, Associação Nacional de História – ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – 2007.
- FIORI, José Luis – Estado de bem-estar: Padrões e crises. <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/FIORIbemestarsocial.pdf> (acessado em 12 de abril de 2016).

- FIORI, José Luís – Estados, moedas e desenvolvimento, in Estados e moedas no desenvolvimento das nações / José Luis FIORI (organizador), – Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- GOODMAN, David; SORJ, Bernardo e WILKINSONS, John. DA LAVOURA ÀS BIOTECNOLOGIAS - agricultura e indústria no sistema internacional. books.scielo.org/id/zyp2j/pdf/goodman-9788599662298.pdf
- GRISA, Catia y SCHNEIDER, Sergio. Brasil: dos décadas de políticas públicas para la agricultura familiar, in SABOURIN, Eric, SAMPER, Mario, SOTOMAYOR, Octavio, Coordinadores. Políticas públicas y agriculturas familiares en América Latina y el Caribe Balance, desafios y perspectivas. Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), octubre de 2014. Disponível em (<https://www.cepal.org/es/publicaciones/37193-politicas-publicas-agriculturas-familiares-america-latina-caribe-balance>).
- GRISA, Cátia; WESZ JUNIOR, Valdemar João; BUCHWEITZ, Vitor Duarte. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. Revista de Economia e Sociologia Rural (Impresso), v. 52, p. 323-346, 2014. Disponível em (http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000200007).
- HALL, Peter A. and TAYLOR, Rosemary C. R. (2003) As três versões do neoinstitucionalismo. Lua Nova 58 - 2003, pp.193-223.
- IBGE, Censo Agropecuário 2006, https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf
- JUDT, Tony – Pensando o século XX – JUDT, Tony, Timothy Snyder; tradução Otacílio Nunes. – 1. Ed – Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.
- LEITE, Sérgio, Políticas Públicas e Agricultura no Brasil/organizado por Sérgio Leite.- Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, 2001.
- MAZOYER, Marcel e ROUDART, Laurence: História das agriculturas do mundo, do neolítico à crise contemporânea: Marcel Mazoyer/ Laurence Roudart, Coleção Histórias e Biografias. Editions du Seuil, 1997/1998, Instituto Piaget, Divisão Editorial, Lisboa.
- MYRDAL, Gunnar – Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas. Rio de Janeiro, 1960. Instituto Superior de Estudos Brasileiros, Ministério de Educação e Cultura.
- NUNES, Sidemar Presotto - O crédito rural do Pronaf e os recentes instrumentos de política agrícola para a agricultura familiar, Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais.
- NUNES, Sidemar Presotto - O campo político da agricultura familiar e a idéia de “projeto alternativo de desenvolvimento”, dissertação de mestrado. Curitiba, 2007.
- PICOLOTTO, Everton Lazzaretti – as mãos que alimentam a nação agricultura familiar sindicalismo e política / Everton Lazzaretti Picolotto, 2011.289 f.
- PIERSON, Paul; SKOCPOL, Theda. (2008) El institucionalismo histórico e la ciência política contemporânea. Revista Uruguaya de Ciencia Política, vol 17, diciembre, 2008, pp. 7-38. Instituto de Ciencia Política, Montevideo, Uruguay.
- POLANYI, Karl – A grande transformação: as origens de nossa época/ Karl POLANYI; tradução de Fanny Wrabel. - 2. ed.- Ria de Janeiro: Campus, 2000.
- PRETTO, José Miguel - Amplitude e restrições ao acesso de Pronaf Investimento no Rio Grande do Sul – um estudo de três operações de financiamento envolvendo cooperativas de crédito rural, cooperativas de produção agropecuária e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. Dissertação de Mestrado, 2005.PGDR/UFRGS.

PRETTO, José Miguel – Elementos para a discussão de um projeto sustentável para a agricultura familiar in *Desenvolvimento democracia e gestão do crédito: a agricultura familiar em debate* / organizado por Cláudio Risson; Egon Gabriel Júnior; Jandir Pauli. - Passo Fundo IMED, 2009. 342p.

SANDRONI, Paulo – *Novíssimo Dicionário de Economia*, 11ª Edição, 2002, Editora Best Seller.

SKIDELSKY, Robert. *Keynes* / Robert Skidelsky; tradução de José Carlos Miranda. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

TAVARES, Maria da Conceição. *Império, território e dinheiro* - in FIORI, José Luís (org.) – *Estados e moedas no desenvolvimento das nações* / José Luis FIORI (organizador), – Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

THERÉT, Bruno. (2003) *As instituições entre as estruturas e as ações*. LUA NOVA Nº 58 – 2003.

TORRES FILHO, *Japão: da industrialização tardia à globalização financeira* – in FIORI, José Luís (org.) – *Estados e moedas no desenvolvimento das nações* / José Luis FIORI (organizador), – Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

VAN ZEELAND, Angelique Johanna Willemien Maria. *Economia Solidária e Desenvolvimento Humano: um estudo da sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários e das condições de vida de catadoras e catadores de materiais recicláveis*. Angelique Johanna Willemien Maria van Zeeland / 2016. 240 f. Tese de doutoramento, UFRGS, FCE, PPG em Economia.

WANDERLEY, Maria N. B. *Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade*, Estudos sociedade e agricultura, n. 21, out., 2003.

World Bank. documents.worldbank.org/curated/en/680961468136490369/Rural-finance-issues-designs-and-best-practices

YARON, J; BENJAMIN Jr, M; PIPREK, G. 1997. *Rural Finance, Issues, Design & Best Practices*. Séries 14.